

82.00412

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

"A HORA D'ÁGUA"
PEQUENA PRODUÇÃO E ESTADO

AUREA DE ALMEIDA BARBOSA

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

MARÇO 1966

AUREA DE ALMEIDA BARBOSA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia, com área de concentração em Sociologia Rural, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do Grau de Mestre.

ORIENTADORA: GHISLAINE DUQUÊ

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

MARÇO - 1988



B238h Barbosa, Aurea de Almeida
"A hora d'agua : pequena producao e estado / Aurea de Almeida Barbosa. - Campina Grande, 1988.
135 f.

Dissertacao (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Sociologia Rural 2. Irrigacao - 3. Dissertacao I. Duque, Ghislaine, Profa. II. Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 316.334.55(043)

"Mesmo que derrubar esta casa todinha aqui, terra com tudo, eu não saio não. Em sempre falava, se eles botar para fora eu fico aqui debaixo de um pé de pau, mas não saio, arrumo meus filhos tudo aqui. Tenho muito amor a isto aqui, pois isto aqui é meu pai, minha mãe, meu marido, é meus filhos, é tudo, nós vivemos é disto aqui. Se nós ficar sem isto aqui, do que nós vai viver ?"

(Camponesa de Livramento de Nossa Senhora/Ba).

**À TODOS CAMPONESES QUE PERSISTEM NA LUTA E RESISTÊNCIA
POR SUA AUTOCONSTRUÇÃO**

- À João e Aurea, meus pais, pelo apoio próximo, ou pela força transmitida mesmo à distância.
- À Eliezer, por ter assumido comigo, a decisão de realizar um Curso de Pós-Graduação, com todas as consequências subjacentes a esta opção.
- À João, Janaina, Juciana e Juliana, nossos filhos, pelo carinho e, principalmente, pela compreensão da importância, para mim, das horas gastas em estudos, mesmo quando isto significava a falta de participação nas atividades familiares.

A G R A D E C I M E N T O S

São muitas as pessoas que direta ou indiretamente co laboraram para a realização deste trabalho. Enumerá-las seria muito difícil, por isto nos limitaremos, em primeiro lugar, a um profundo agradecimento a todos. Não poderíamos deixar de registrar, todavia, alguns nomes, cuja participação foi mais constante e direta, na nossa vida acadêmica, nos movimentos so ciais que participamos, ou mesmo na nossa vida pessoal.

À Professora Josefa Salete B. Cavalcanti que fez a orientação acadêmica e assessoria ao Projeto de Pesquisa, com muita competência e dedicação.

À Professora Ghislaine Duquê, professora e amiga, que aceitou a orientação deste trabalho, no momento em que lhe era difícil dispor de tempo, diante dos compromissos acadêmicos assumidos.

À Professora Regina Novaes, que apesar dos transtornos de uma mudança, ficou disponível para as reflexões sobre es texto.

À Professor Margot Shulze e Norma Mentalvo de Soler que aceitaram fazer parte da Banca Examinadora.

Ao Professor Rômulo Araújo, pelas orientações e su gestões.

À cada um dos demais professores do Mestrado de So ciologia, pelo comprometimento e seriedade.

À todos colegas do Mestrado pelos debates realizados e colaborações prestadas. Em especial, ao amigo Fernando Bar roso, primeira pessoa a nos prestar orientação sobre a vida acadêmica, em Campina Grande, e a nos oferecer irrestrito apoio.

À todos funcionários da UFPb, que atuam no Banco de Dados, na Biblioteca, na Coordenação do Mestrado de Sociologia, em especial, Vera e Joãozinho, pela cortesia e eficiente atendimento.

Ao João que, com muita presteza, datilografou os originais deste trabalho, sacrificando um final de semana.

À todos companheiros do Movimento dos Sem Terra, em especial, aos amigos Paulo Afonso, Maria Paula, Professor Roberto Novaes, Pe. Cristiano, Tereza Braga, Mercês, Gilvanete, pela experiência política transmitida através da luta, e pelas reflexões que permitiram uma melhor compreensão da questão camponesa.

À todos camponeses de Livramento, que prestaram informações sobre suas experiências individuais e coletivas de vida.

À todas as pessoas de Livramento e Rio de Contas, que colaboraram, oferecendo dados sobre a realidade desses municípios. Ressaltamos o apoio dos amigos José E. Lima Assunção, Raquel Tanajura, Mário do Carmo Tanajura, Francisco Tanajura Machado, Rodrigo S. Meira Júnior e Professor José Pereira da Silva.

Ao jornalista Raimundo Marinho, pela atenção com que prestou depoimentos sobre Livramento e pela colaboração oferecida através do jornal "A Tarde".

Aos técnicos do DNOCS e EMATER-Ba, que nos facilitaram acesso às informações sobre o Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado. Neste último órgão, destacamos o apoio, durante o curso, dos amigos Abdon e Eliete Jordão.

À CAPES, pela colaboração recebida.

À EMBRATER e a EMATER, que tornaram possível a realização do curso de pós-graduação.

R E S U M O

Este estudo se refere ao processo de luta e resistência de pequenos produtores para construir e manter a sua identidade de camponês (o que será chamado de processo de auto-construção camponesa). A análise é feita no contexto de intervenção estatal, tendo como base empírica o caso dos camponeses irrigantes das terras desapropriadas de Livramento de Nossa Senhora/Ba.

Através do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, o Estado propôs a irrigação de cerca de 5.000 ha de terras, utilizando o sistema de aspersão, incluindo uma área onde há quase duzentos anos é usado o sistema de irrigação por inundação e infiltração. Ao iniciar as desapropriações, o Estado afasta os ex-proprietários das terras indenizadas e garante a permanência dos camponeses que aí trabalhavam, com relações fundamentadas na parceria. Nada lhes exige como pagamento pelo uso da terra. Este é o Estado que se apresenta como "aliado" do campesinato, mediando o processo de consolidação de sua identidade camponesa. Mas este Estado mostra, de forma contraditôria, sua face depositor, na medida em que os resultados de sua ação traduzem não a realização dos objetivos do campesinato, mas o processo de modernização em curso no setor agro-pecuário brasileiro. Os camponeses reagem a este tipo de intervenção, mas são limitados por dificuldades de sua própria organização e pela fragilidade dos aliados. Na essência, o Estado cumpre suas funções de legitimação/coerção para atingir os objetivos de formação de produtores capitalizados, ligados ao circuito industrial/financeiro, setor que representa a fração hegemônica do bloco dominante. Ao tempo em que serve à acumu

lação capitalista, o Estado traz no seu interior, a correlação de força entre classes e frações sociais.

As conclusões encaminham no sentido de compreender melhor que a participação do Estado no processo de construção camponesa - através da distribuição de terra e assistência técnica/creditícia - não significa acesso ao poder. Portanto, não pode ser aceita como solução à questão de reprodução camponesa.

RESUMÉ

Cette étude se réfère au processus de lutte et résistance de petits producteurs pour construire ou conserver leur condition de paysans*, dans le contexte d'une intervention officielle. La réflexion se base sur l'analyse d'un cas : celui des petits irrigants des terres désappropriées de Livramento de Nossa Senhora (Bahia).

Dans ce projet d'irrigation de la Vallée Brumado, l'Etat se propose d'irriguer près de 5.000 ha. de terres, utilisant le système d'aspersion, en incluant une zone où est utilisé, depuis 200 ans déjà, un système d'irrigation par inondation et infiltration. Quand commencent les désappropriations, l'Etat écarte du projet les ex-proprétaires des terres, indemnisés et garantit la permanence des paysans qui y travaillaient, la plupart comme métayers, sans exiger de ceux-ci aucun paiement en échange de l'utilisation des terres. C'est un Etat qui se présente comme "allié" du paysanat, servant d'intermédiaire à la consolidation de sa condition paysanne au point de pénaliser l'oligarchie locale.

Mais l'Etat révèle son caractère contradictoire lorsque son intervention aboutit non pas à la réalisation des objectifs paysans mais à l'accomplissement du processus de modernisation en cours dans le secteur agricole. Les paysans réagissent, mais leur résistance est limitée par la faiblesse de leur propre organisation et par la fragilité de leurs alliés. Au fond, l'Etat joue son rôle en légitimant et contrôlant. Son but réel est de former une classe de producteurs capitalisés, intégrés au circuit des échanges industriels et financiers, représentant la fraction hégémonique du bloc dominant. Mais en même temps qu'il est au service de l'accumulation capitaliste, l'Etat constitue un espace où s'exprime la corrélation de forces entre classes et fractions de classe.

Les conclusions vont dans le sens de mieux comprendre que la médiation de l'Etat dans le processus de construction paysanne, si elle permet la distribution de terre et l'octroi d'une assistance technique et de crédit, ne signifie pas pour autant l'accès au POUVOIR. Elle ne peut donc pas être considérée comme une solution efficace à la question de la reproduction paysanne.

* ce que nous désignerons par l'expression "construction paysanne"

I N D I C E

. INTRODUÇÃO	
. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	
CAPÍTULO I - A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO EM LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	
1- CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO E ATIVIDADES ECONÔMICAS	2
2- CONTEXTO HISTÓRICO	6
2.1 - HISTÓRIA DO MUNICÍPIO	6
2.2 - A FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO	6
2.2.1 - O CAMPESINATO	6
2.2.2 - A OLIGARQUIA	20
2.3 - A HISTÓRIA DA IRRIGAÇÃO TRADICIONAL	29
CAPÍTULO II - O CAMPESINATO, CLASSES SOCIAIS E ESTADO: CONCEPÇÕES TEÓRICAS	
1- O CAMPONÊS	36
2- O ESTADO	40
3- O CAMPONÊS E AS POLÍTICAS DO ESTADO	49
CAPÍTULO III - A INTERVENÇÃO DO ESTADO EM LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA ..	
1- O PROJETO DO VALE DO RIO BRUMADO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE IRRIGAÇÃO DO NORDESTE	55
2- AS PRIMEIRAS REAÇÕES: A ENCRUZILHADA DOS INTERESSES	72
3- O ESTADO E SUAS CONTRADIÇÕES	89
4- OS LIMITES DA AUTOCONSTRUÇÃO CAMPONESA	118
. CONCLUSÕES	121
. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	129

I N T R O D U Ç Ã O

O presente trabalho tem como objetivo central o estudo do processo de autoconstrução camponesa,¹ na área de irrigação secular do município de Livramento de Nossa Senhora/Ba, num contexto de intervenção estatal.

Livramento está situado no vale do Rio Brumado, fazendo parte da Bacia do Rio de Contas, na microrregião da Serra Geral, oeste do Estado da Bahia. Há aproximadamente 200 anos, foi iniciada a construção, neste município, de um sistema de irrigação por inundação e infiltração, através do aproveitamento das águas do Brumado, utilizando-se unicamente a força da gravidade. Durante o período de Brasil-Colônia, no final do século XVIII e século XIX, os canais deste sistema foram feitos pela mão de obra dos escravos negros, força de trabalho também utilizada nas atividades da agricultura irrigada implan

(1) Este termo é usado por Colin Henfrey* que assim se expressa: -"o campesinato brasileiro sempre teve que enfrentar a necessidade de se construir e reconstruir continuamente, lutando para entrar e ficar na terra, ou sendo expulso para entrar nela novamente... Este processo obrigatório e constante de autoconstrução do campesinato brasileiro..." (HENFREY, Colin. *Poço Encantado, a Formação de um campesinato brasileiro. Caderno do CEAS, nº 110, julho/agosto, 1987, p. 54*). Neste estudo sobre os camponeses irrigantes de Livramento, além de se focalizar a questão da autoconstrução, no sentido de ocupação de espaços físicos, procurou-se entendê-la sob o prisma da ocupação de espaços políticos.

(*) Professor da Universidade de Liverpool, Inglaterra, onde é membro do Departamento de Sociologia e do Instituto de Estudos Latino Americanos e Coordenador do Grupo de Estudos da Agricultura Brasileira.

tada neste vale. Esta área de irrigação, que corresponde à cerca de 2.000 ha, tornou-se um "oásis" encravado na região semi-árida da Serra Geral.

No início dos anos setenta deste século, o Estado iniciou uma intervenção na região, com a proposta inicial de implantar um moderno sistema de irrigação por aspersão, em cerca de 5.000 ha da área do município. Neste plano estava incluído o sistema de irrigação secular, que deveria ser destruído e substituído por aquele "mais moderno e eficiente".

Para compreender a presença histórica dos camponeses nesta área do sistema de irrigação secular, o primeiro capítulo é iniciado com uma caracterização geográfica do município de Livramento e sua contextualização histórica, seguida de um estudo sobre a formação da população do município. Destaca-se de um lado, o campesinato e seu processo histórico de autoconstrução, através da ocupação de espaços, com ênfase aos traços que implicam uma cultura de resistência dos camponeses de origem africana, que têm presença marcante no caso estudado; de outro, a formação das oligarquias, constituindo um bloqueio para o processo de autoconstrução camponesa.

O segundo capítulo traz as principais referências teóricas do trabalho. Considera-se que o Estado, como relação social e aparato institucional, reflete o desenvolvimento e a estrutura da sociedade onde está inserido e a luta que se dá no seu interior, entre as frações inter e intra classes sociais. O campesinato é pensado neste capítulo a partir de formulações de Shanin, Jollivet, Henfrey. Sua presença na história agrária brasileira é marcada por um processo de autoconstrução, gerado, de forma dialética, dentro das entranhas da estrutura social vigente. O Estado e as relações com o campesinato são definidas a partir das políticas estatais que visam, no seu discurso, beneficiar esta fração subordinada. As contradições

decorrentes destas ações, determinam os posicionamentos ambíguos assumidos pelos órgãos estatais frente aos camponeses: ora como aliados, ora como opositores, ora como elementos que criam campos de tensões, aprofundando diferenciações, antagonismos e conflitos sociais.

O terceiro capítulo refere-se à intervenção do Estado em Livramento de Nossa Senhora. Primeiramente é feita uma análise sobre o Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado no contexto das políticas de irrigação do Nordeste. Estas políticas de Estado são estudadas tendo como fundamento, as condições históricas concretas da sociedade que define a sua especificidade. A ação do Estado em Livramento de Nossa Senhora revela, em tamanho micro, os movimentos "onda do mar" que as políticas estatais, no Brasil, tem percorrido ao longo de sua história. Certamente este processo não se dá de forma mecânica, pois há de se considerar que as ações oficiais são questionadas e definidas também pelas demandas e pressões das frações de classes locais, inclusive as frações subalternas. As contradições da intervenção estatal é outro aspecto focalizado neste capítulo. Os interesses que entram em jogo das diversas frações de classe, as reações da oligarquia local, as alianças do campesinato, a utilização de medidas coercitivas pelo Estado são analisados. Em seguida, apresenta-se o processo de legitimação do Estado, traduzido pela garantia de permanência dos camponeses sem terra, nas propriedades indenizadas. Também relata-se aquelas ações que penalizam o camponês. É o Estado que se apresenta, à "favor" e "contra" o campesinato, face e verso de uma mesma moeda. Por último, são analisados alguns aspectos dos limites da autoconstrução camponesa. As conclusões deste estudo são encaminhadas no sentido de compreender que o processo de ocupação do espaço pelos camponeses, através das terras distribuídas pelo Estado, não pode ser enca

rado como solução à questão de reprodução do campesinato. Esta é uma questão política, cujas alternativas de soluções se dão pela correlação de forças entre as frações de classe. Mais do que ocupar espaços físicos, a autoconstrução camponesa consiste em ocupar espaços na luta pelo PODER, único meio que poderá possibilitar aos camponeses, alcançarem objetivos em favor dos reais interesses de sua classe.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

O projeto inicial deste trabalho tinha como objetivo pesquisar as estratégias de resistência dos camponeses irrigantes frente à intervenção estatal. Todavia, após seis anos de ausência,² no primeiro contato direto com a área, através de entrevistas com camponeses, com representantes do Sindicato dos trabalhadores e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - constatou-se que não havia movimento organizado que defendia ou reivindicava os direitos básicos da reprodução camponesa. Era, portanto, necessário garimpar a área de estudo, na tentativa de localizar as ações explícitas e aquelas disfarçadas, que pudessem revelar resistência por parte dos camponeses. Isto significava disponibilidade de tempo e recursos, bloqueios de difícil solução naquele momento.

Optou-se, então, por um estudo da autoconstrução camponesa, com mediação do Estado. Chamou a atenção, o fato do órgão público ter afastado proprietários rurais de suas terras, após indenizações, e garantido a permanência dos camponeses, que trabalhavam nestas áreas, em regime de parceria. As primeiras questões foram levantadas: o Estado penaliza frações da classe dominante em favor de frações subalternas? Qual o papel que joga o técnico do Estado neste contexto?

A pesquisa durou quarenta dias, parte dos quais a pesquisadora realizou coleta de dados, percorrendo, à pé, os lo

(2) Durante o período de 1976 a 1981, a autora deste trabalho exerceu atividades na área, como técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia.

cais de trabalho dos camponeses, passando por suas residências, tomando refeições e às vezes pernoitando em suas casas.

Os dados de fonte primária da pesquisa foram levantados através de entrevistas, que tinham por objetivo verificar a situação anterior à intervenção do Estado e a atual, abrangendo o período de 9 anos. Do total de 147 camponeses que permaneciam desde o início (1979) e que poderiam fazer um resgate histórico, foram selecionados 20. Entre esses, escolheu-se 16 da área de irrigação secular e 4 que trabalhavam nesta área, mas que em 1986, foram transferidos para a nova área do sistema de irrigação por aspersão (até a data da pesquisa, havia sido feita a transferência de 29 camponeses, mais um, filho da terra, que viera de São Paulo). A referida escolha foi feita tentando-se abranger camponeses mais velhos e os mais novos, os que eram representantes dos grupos de produção ou da Cooperativa dos Irrigantes e aqueles que não ocupavam cargos. Levou-se também em consideração, as propriedades existentes, procurando-se localizar a seleção dos entrevistados, a partir de várias delas.

Com 16 entre os 20 camponeses entrevistados, foi possível gravar as histórias dos mesmos. Também foi utilizada a técnica da história oral³ com 4 camponeses. Em ambos os casos, a coleta de dados dependeu da disponibilidade dos entrevistados. Estas metodologias qualitativas foram utilizadas com o objetivo de captar dados que, por um motivo ou outro, são encobertos, quando se trata de um levantamento de dados quantitativos. Ainda serviram de indicadores do funcionamento do órgão estatal.

Durante a pesquisa foi possível a participação na

(3) *História de vida = relato de experiências individuais de vida por um determinado autor, atendendo aos propósitos do pesquisador. História oral = Todo tipo de comunicação humana que pode ser gravada, transcrita, preservada, à respeito das experiências coletivas.*

festa da padroeira do povoado, que agrega maior número de irrigantes do Estado, quando se utilizou de observações registradas em diário de campo.

O fato de haver um envolvimento da pesquisadora com os camponeses pesquisados, apresenta um lado positivo, no sentido de maior abertura para fornecimento dos dados. Todavia, há o aspecto negativo, fundamentado no necessário distanciamento do objeto de estudo, correndo-se o risco de obliteração da percepção, em determinados aspectos da realidade pesquisada.

Ainda foram levantados dados com representantes das tradicionais famílias livramentenses, através de entrevistas, que tinham como objetivo verificar a formação da oligarquia rural e dos sistemas de irrigação já existentes no município.

Visando colher informações à respeito do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, foram feitas entrevistas com técnicos do DNOCS e EMATER e com Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Durante a realização da pesquisa aconteceu, em Livramento, o Seminário de Irrigação, promovido pela Secretaria de Recursos Hídricos do Estado, com participação do DNOCS e EMATERBA. Com representantes de vinte municípios foram discutidas as principais propostas de irrigação da região. Um grupo de proprietários, ex-proprietários e representantes dos camponeses irrigantes de terras públicas debateram sobre o Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, apresentando propostas de encaminhamento. A pesquisadora se fez presente neste grupo, tendo gravado três fitas, com discussões sobre as principais questões do Projeto: acusações às ações coercitivas, realizadas no passado, pelo órgão executor do Estado; questionamentos de ações futuras, principalmente em relação ao problema da salinização no Perímetro Irrigado; pontos de conflitos en

tre proprietários e camponeses... Três fitas gravadas neste Seminário e, mais outra, com entrevista de um representante das tradicionais famílias do municípios foram roubadas,⁴ no ambiente de realização do evento.

Os dados secundários levantados referem-se à pesquisa no Jornal "A Tarde" de Salvador, à documentos com dados históricos e geográficos dos municípios de Livramento e Rio de Contas, à documentos do DNOCS sobre o Projeto de Irrigação, do PROINE sobre a Política de Irrigação e dados estatísticos do INCRA e IBGE.

(4) Das sete fitas que se encontravam juntas, três eram virgens e ainda estavam com a embalagem transparente lacrada. Quatro estavam gravadas e foram justamente estas as fitas que desapareceram.

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO EM LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA

1- CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO E ATIVIDADES ECONÔMICAS

2- CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 - HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

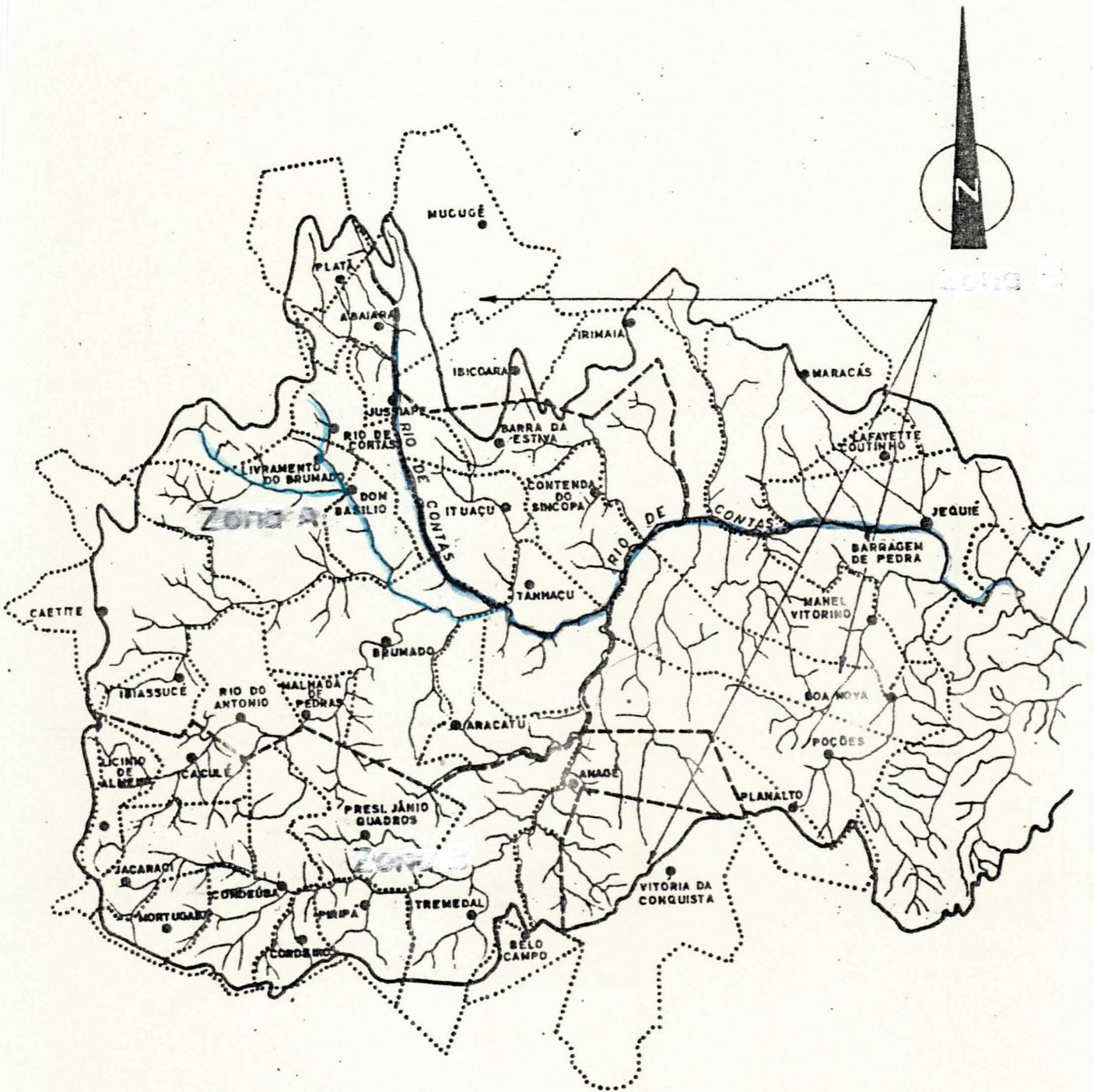
2.2 - A FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO

2.2.1 - O CAMPESINATO

2.2.2 - A OLIGARQUIA

2.3 - A HISTÓRIA DA IRRIGAÇÃO TRADICIONAL

BACIA DO RIO DE CONTAS



LEGENDA LEGEND

- LIMITE GEOGRÁFICO DA BACIA
GEOGRAPHICAL BOUNDARY OF BASIN
- - - LIMITE DAS ZONAS
ZONE BOUNDARIES
- LIMITE DOS MUNICÍPIOS
MUNICIPAL BOUNDARIES

ESCALA



RIO DE CONTAS

RIO BRUMADO

MAPA II

1- CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO E ATIVIDADES ECONÔMICAS

Na parte oeste do território baiano situa-se a Bacia do Rio de Contas, com uma área aproximada de 39.500 Km², dominados pela Chapada Diamantina. O Rio de Contas nasce nessa Chapada, a cerca de 1.000 m de altitude e desagua no Atlântico, recebendo no seu percurso, um dos seus grandes afluentes, o Rio Brumado. Partindo da Serra das Almas, no município de Rio Contas, o Rio Brumado desce a Serra-mãe em forma de majestosa cachoeira, cuja queda principal mede 153 m, já no município de Livramento de Nossa Senhora, onde recebe um de seus afluentes principais: o rio Taquari, que nele desagua próximo ao centro urbano. Estes rios fazem parte de um imenso vale que, ao longo da história, favoreceu o desenvolvimento agrícola e pecuário da região. (Ver mapa I e II).⁵

O município de Livramento de Nossa Senhora faz parte deste vale, possuindo uma área de 2.291 Km² e estando situado a 717 Km da capital do Estado - Salvador. É o quinto município mais povoado da zona fisiográfica da Serra Geral/Ba, com

(5) Devido a reduções da xerox, a escala real do mapa nº I é de aproximadamente 1:2.200.000.

densidade de 12,7 hab/km², correspondendo, em 1980, a uma população de 29.282 habitantes, sendo 8.909 habitantes na zona urbana e 20.282 habitantes na área rural. Os dados do FIBGE indicam que na década de 70/80 esta população aumentou em 16% - passando de 25.263 habitantes, em 1970, para 29.282 habitantes em 1980, havendo maior crescimento na área urbana do que na rural (40% e 8% respectivamente). Revelam ainda que em 1970, a população rural representava 74,9% - do total, decaindo para 69,5%, em 1980. A realidade de Livramento é um minúsculo retrato do que se passa pelo Brasil - em 1940, 64% da população estava na área rural; em 1960, 50%; e em 1980, 33%⁶ o que traduz o desenvolvimento do processo de êxodo rural, com concentração, nos centros urbanos, da população vinda do setor agropecuário.

O clima do município é semi-árido, estando todo seu território incluído na área do polígono das secas, sujeito à temperaturas elevadas, chuvas esparsas e ventos fortes. "Como espelho dessa condição climática, a caatinga domina amplamente - salientando-se os cactus, xique-xique, palmatória, mandacaru, macambira - restando algumas marcas de matas, nas margens dos rios e nas encostas úmidas."⁷

O município de Livramento limita-se ao norte, com o município de Rio de Contas; ao sul, com os municípios de Brumado e Caetité; ao leste, com o município de Dom Basílio; e a oeste, com o município de Paramirim.

O relevo do município é caracterizado por "terrenos antigos, bastante erodidos, formados por escarpas e planaltos. Observando-se a configuração geográfica da sede municipal per

(6) Cf. Anuário Estatístico da FIBGE, 1980. *Tabulações Avançadas do Censo Demográfico. Volume I - Tomo 2.*

(7) Cf. "O Município de Livramento" - documento do Colégio *Vilas Boas* (sem data), Livramento/Ba.

cebe-se que está localizada numa antiga cratera vulcânica, sendo emoldurada a norte e noroeste, pela serra das Almas, denominação da Serra Geral na Chapada Diamantina...".⁸ A serra aparece aos olhos do visitante que chega à Livramento, como uma muralha a proteger a cidade do lado norte. Na serra das Almas localiza-se o pico mais alto do Estado, com 1.400m de altitude.

- ATIVIDADE ECONÔMICA

A atividade econômica de destaque no município é a agropecuária, sendo a principal, a bovinocultura de corte e de leite. O número de bovinos em 1982 era 28.801 cabeças, vindo a seguir os caprinos com 17.069 e os ovinos com 11.711 cabeças (FIBGE-1982).

Em relação à agricultura, a exploração temporária principal fica para a cultura do arroz, que em 1980 correspondia a 18% da produção do Estado. As áreas de regadio são responsáveis pela maior parte da produção de arroz do município. A produtividade desta cultura, no município, alcança 2.000 kg/ha, que é três vezes maior do que a do Estado. Se se considerar somente a área irrigada, esta produtividade sobe para a média de 3.000 kg/ha (FIBGE-1980).

A agricultura fez de Livramento do Brumado, um município produtor de alimentos, destacando-se além do arroz, o feijão, o milho, a mandioca, o alho, a cebola.

Ainda é possível identificar algumas culturas industriais como a mamona, algodão e fumo.

(8) *Ibid*, p. 3.

A comercialização dos produtos se faz normalmente na feira livre da cidade de Livramento. O arroz, principal produto, é beneficiado nas máquinas locais (eram em nº de 18, em 1980) e comercializado através de intermediários, que o transportam para outros centros. Com o feijão, alho, cebola, por um lado, e com o boi de corte, por outro, passa-se o mesmo processo, isto é, são comercializados também para abastecer outras regiões.

Cabe ressaltar nas atividades econômicas, o papel desempenhado pelo sítio e o criatório doméstico. A fruticultura, como cultura perene, tem peso significativo, constituindo-se em fonte de renda auxiliar. Destacam-se as mangueiras e coqueiros que existem em toda a área irrigada. Na época da safra é comum encontrarem-se caminhões lotados, transportando mangas e ou cocos para outros centros de consumo, principalmente São Paulo. Há um "dizer" do povo que torna transparente o papel destas culturas: "Quem tem pé de manga que produz bem, forma filho". Realmente pode-se ouvir dos proprietários histórias de como destinaram a renda obtida com essas fruteiras, para sustentar filhos nos Colégios e até mesmo nas universidades.

O escoamento da produção é realizado através da BA-630 (total de 130 km asfaltados, mais 66 km em estrada de terra, para chegar à Livramento), com destino aos municípios de Brumado e Vitória da Conquista, sendo este último, polo de desenvolvimento da região, que possibilita conexões de Livramento com os mercados da capital do Estado e do centro sul do país, através da BR-116.

2- CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 - HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA

O primeiro núcleo populacional teve início em 1715, às margens do Rio Brumado, com a chegada de bandeirantes paulistas, na região, em procura do ouro, destacando-se a bandeira de Sebastião Pinheiro Raposo, o mais famoso e bem sucedido minerador de Rio de Contas. A Igreja Católica esteve presente desde a origem da povoação, com os padres jesuítas, que construíram uma capela sob a evocação de Nossa Senhora do Livramento. Em virtude da mineração do ouro, o arraial primitivo teve rápido crescimento, sendo elevado à categoria de vila, por resolução datada de 1724, do vice-rei do Brasil, Vasco Fernando Cezar de Menezes, com o nome de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio das Contas. Em 1742, a sede da povoação é transferida para um local situado duas léguas acima - atual centro urbano de Rio de Contas - quando as autoridades procuraram um lugar para fugir das doenças e febres que assolavam a região. O antigo núcleo, com a população decrescida é rebaixado a categoria de povoado, denominado Vila Velha. Em 1880, o povoado reconquistou novamente a categoria de vila, com o nome de Vila Nova do Brumado. Quase 50 anos depois, em 1921, emancipa-se administrativamente do município de Rio de Contas, recebendo a denominação de Livramento do Brumado, em 1943, e Livramento de Nossa Senhora em 1966, nome que preserva até os dias de hoje.

2.2 - A FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO

2.2.1 - O CAMPESINATO

A origem dos camponeses que atualmente trabalham em terras desapropriadas pelo Estado, no município de Livramento

de Nossa Senhora/Bacia do Rio de Contas, é marcada pela ocupação do espaço. Este processo torna-se ao mesmo tempo, dinâmico, sofrendo alterações com a evolução da sociedade, e dialético, no sentido de que não se realiza de forma linear, mas está sujeito à contestações e contradições, traduzidas em reformulações de princípios e ações.

É em função dos interesses, das pressões e do poder existente entre as classes e frações de classes sociais, que o espaço geográfico é produzido. Sua história é resultante da luta da classe dominante, constituída por grupos sociais de interesses convergentes, frente à classe dominada. "Conforme a conjuntura social, as estruturas vão se modernizando e transformando o espaço de acordo com o interesse dos grupos que dominam o poder, ou vão sendo transformadas em função das classes que ascendem".⁹

A - Nos tempos anteriores à colonização, os traços deixados pelos indígenas, na Bacia do Rio de Contas, eram escassos, destacando-se pequenas clareiras onde construïam suas habitações ou realizavam cultivos, sem a intensidade que o colonizador veio introduzir. Os traços indígenas ainda se fazem notar entre os camponeses, através do emprego de técnicas de cultivo como a coivara,¹⁰ caracterizados por pessoas de pele morena e cabelos lisos. A presença dos índios, na Bacia, se fez notar também, pelo que a história de Rio de Contas registra do tempo das bandeiras, que em travam pelo sertão em busca de ouro, subindo o Rio de Contas, a partir de sua foz, no Oceano Atlântico, "A bandeira de Pantaleão Rodrigues que percorreu toda a

(9) Cf. ANDRADE, Manuel Correa. *Poder Político e Produção do Espaço*. Recife-Pe, Editora Massangana, 1984, p. 13/21.

(10) "coivara" - galhos ou gravetos incompletamente queimados na roça e que se juntam, para os reduzir a cinzas.

extensão do Rio de Contas, foi exterminada pelos índios Aimorés, salvando-se apenas dois homens".¹¹

As transformações mais radicais que denotam a intervenção humana na paisagem da região começam a aparecer a partir do século XVII com a introdução da pecuária na região e a intervenção do homem branco. Sabe-se que o interior semi-árido baiano desempenhou um papel abastecedor de produtos pecuários para o litoral, dominado pelo cultivo da cana e produção do açúcar. A Bacia do Rio de Contas era passagem obrigatória para quem vinha das fazendas localizadas no médio São Francisco - o chamado "Rio dos Currais", devido a presença do gado - em direção ao litoral. A origem da cidade de Rio de Contas - e de outras que se tornaram célebres, como Caitité - remonta desta era, última década do século XVII, quando era conhecida por "pouso dos Creoulos".¹² Plantada no planalto da Serra das Almas, era ponto de passagem e descanso para os viajantes - tropeiros que transportavam produtos de uma região para outra - de Minas e Goiás, que se dirigiam a Salvador, então capital do país.

A colonização feita no litoral, baseada no desenvolvivimento da cana-de-açúcar, foi suporte para a expansão da pecuária pelo interior, que servia para abastecer aquela área de carne e animais de serviço. Também possibilitou a descoberta de regiões ricas em ouro e diamantes, dando origem à sociedades caracterizadas pela abundância de riquezas, que baseavam a acumulação do capital na exploração da mão de obra escrava. É no século XVIII, com a exploração do ouro, feita na parte alta

(11) *Documentos sobre a história de Rio de Contas - Prefeitura Municipal - Revista Viver/Bahia nº 17 (mimeo).*

(12) "Pouso dos Creoulos" - pelas histórias relatadas em Rio de Contas e Livramento, levantamos a hipótese que este local era refúgio de escravos negros forçados das fazendas da região.

da Bacia do Rio de Contas e seus afluentes, que se registra os traços até hoje encontrados na paisagem local. O município de Rio de Contas conheceu seu apogeu nesta época da mineração:— para lá se dirigiam portugueses, bandeirantes paulistas e mineiros, com centenas de escravos à procura do ouro. A origem dos povoados de Barra e Bananal, na zona rural do município, segundo contam os antigos, é deste período, quando os negros eram obrigados a habitar em locais distantes dos brancos. Até hoje, estes povoados se caracterizam pela ausência do elemento branco e por um relativo isolamento cultural.

A cidade de Rio de Contas, atualmente tombada pelo patrimônio histórico, apresenta uma bela arquitetura colonial moderna, com suntuosos casarões dispostos em ruas bem traçadas, destacando-se o planejamento de espaço para praças e jardins. O mesmo tipo de construção da era colonial pode ser encontrado no centro urbano de Livramento de Nossa Senhora — praça da Igreja — e na área de irrigação secular da zona rural.

Com o fim do ciclo do ouro em Rio de Contas, parte da população se dirigiu para as Lavras da Diamantina, região próxima, onde se descobriu o diamante. Outra parte se fixou na cidade em atividade de artesanato, já no começo do século XX, fabricando peças de couro e metal para viajantes que faziam o comércio com tropas de cavalos. Com o advento das construções das estradas de rodagem e a utilização de veículos motorizados, Rio de Contas, em decadência, deixa de ser a "Cidade dos Artistas" para receber a política de irrigação do Estado.

A história dos camponeses de terras públicas de Livramento revela suas origens desta região da Chapada Diamantina, onde o fim do ciclo do ouro, do diamante e do couro/metal obrigaram um enorme contingente populacional a procurar meios de sobrevivência em outros locais. A região irrigada do Vale do Rio Brumado recebeu mão de obra para a agricultura, como contam alguns camponeses.

"Sou filho de Rio de Contas, cheguei ainda pequeno com meus pais que vieram trabalhar por aqui. Eles trabalhavam de meia em terreno de regadio, plantavam arroz, feijão. Também trabalhavam alugado para fazer a feira. Quando eu cresci, minha vida foi a mesma de meus pais... Aí apareceu estas terras do DNOCS, o Joaquinção foi quem me chamou, ele conhecia o povo de lá. Foi logo depois daquela seca brava (em 1976), a gente foi fazer experimento com os canos, plantando feijão por aspersão... era no Campo Experimental do DNOCS, naquelas terras que primeiro desapropriaram". (Sr. M., 47 anos, hoje faz parte do grupo de trinta irrigantes que receberam 5 ha de terra cada um, para plantar através do moderno sistema de irrigação implantado no município de Livramento).

"Eu sou lá de cima da serra (Chapada Diamantina), vim pra cá com 11 anos de idade na companhia de um parente, trabalhar na construção da Estrada de rodagem, de Livramento à Brumado..." (Sr. C. S. 45 anos lembra-se que a estrada levou mais de 15 anos para ser terminada, pois "arrancava toco de enxadão e o dinheiro dependia dos políticos... trabalhava seis meses e parava seis. Resolveu ficar em Livramento, quando começou a trabalhar com um camponês que depois se tornou seu padrinho de crisma).

B- A ocupação e a exploração das propriedades localizadas na área de irrigação secular de Livramento - como em todo o Brasil - foi feita durante todo o século XVIII e até quase o final do século XIX, pela força de trabalho dos escravos negros, importados da África. Entre os camponeses de Livramento pode-se notar a marcante origem negra:

Sr. J. M. (58 anos) explica:

"Minha avô foi escrava da família Tanajura. Meu pai nasceu aqui, criou toda família nessas terras".

Sr. J., 83 anos fala de sua origem:

"Meu bisavô e minha visavô "veio" roubado da África... Meu avô e minha avô foi daqui do Brasil... minha avô foi nascida aqui no Umbuzeiro, ali num pé de Tamarinzeiro, que era de Rodrigo Meira... meu avô não sei, ele não era de cor... Para eles (os brancos) a vida mundana era boa, a senhora compreende, para render¹³ o povo. Ali uma moça tinha filho, não tinha nada, não tinha responsabilidade, era para render os negros que custava mil réis... Quando os negros foram libertos, eles passaram a ganhar uma pataca, mas tinha muito adjutório com leite, carne. Naquela época minha avô morreu deixando um rozário de ouro. Era difícil um negro para não ter ouro. A situação era muito melhor que a de muitos meeiros de hoje...

A importante presença dos negros entre os camponeses de Livramento encaminha a reflexão para as origens históricas de sua autoconstrução.

No período do escravismo colonial brasileiro é possível perceber o processo de ocupação de espaços do campesinato, que Ciro Flamarion chamou de "brecha Camponesa".¹⁴ Ao realizar formulações específicas sobre o "protocampesinato escravo"

(13) *Render* - a palavra é empregada no sentido de reprodução da força de trabalho.

(14) *CARDOSO, Ciro Flamarion S. Agricultura, Escravismo e Capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 135/150.*

(categoria que traduz a atribuição de uma parcela de terra ao escravo, com tempo determinado para realizar as atividades a grícolas), este autor apresenta três argumentos que fundamentam as atividades camponesas dos escravos, baseados em estudos da América Latina:

1) acesso aos meios de produção e ao tempo requerido para tais atividades - Os dados levantados levam à constatação de que este acesso é uma característica universal do escravismo americano, que teve a tendência de transformar-se em direito de fato e até, fixado por lei, em determinadas situações. Um documento publicado sobre um aspecto da luta de classes ocorrido no final do século XVI, na Bahia, revela as condições que um grupo de escravos fugitivos impõem, por escrito, para voltar à fazenda onde trabalhavam:

"Em cada semana nos há de dar os dias de sexta-feira e sábado para trabalharmos para nós, não tirando um destes dias por causa de dia santo. Para podermos viver nos há de dar rede, tarrafa e canoas" (...) Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e podermos cada um tirar jacarandás ou qualquer outro pau sem darmos parte para isso".

O autor da pesquisa, Stuart B. Schwartz explica:

"Certo número de parágrafos deixam claro que os escravos estavam acostumados a fornecer o seu próprio sustento. As exigênçias relativas a dois dias livres, sem responsabilidade no engenho, com direito a pescar, plantar arroz e cortar lenha, indicam um certo grau de independência e auto-suficiência".¹⁵

(15) *Ibid*, p. 139

2) o trabalho autônomo dos escravos - em geral o trabalho dos escravos como camponeses se restringia às culturas de subsistência, criação de aves e outros animais, de um pequeno artesanato e, esporadicamente, à cultura de exportação, usadas para o consumo e a comercialização.

3) a inserção dos escravos nos circuitos mercantis - documentos comprovam que os escravos produziam e comercializavam os seus produtos. Santos Filho constata em estudo documental de uma fazenda no vale do Paraguaçu, na Bahia, a venda de produtos, em especial o algodão, por escravos a um fazendeiro, tendo esta transação feito parte da contabilidade do proprietário.¹⁶

O efeito da atividade comercial dos escravos sobre a economia da Colônia é analisado ainda por Stuart Schwartz:

"O fato de que estes escravos eram capazes de produzir um excedente comercializável é sublinhado por sua exigência de que o dono da fazenda lhes consiga um barco grande para levar os seus produtos ao mercado de Salvador, livrando-os de pagar fretes usuais. Temos aqui uma prova de que mesmo escravos, utilizados na agricultura, participavam diretamente da economia de mercado e eram capazes de acumular capital. Isto explica como certos escravos adquiriam as somas necessárias para comprar a sua liberdade. Além disso, essa prova deveria provocar algum questionamento da generalização, tão frequentemente repetida, de que, porque os escravos não podiam acumular capital, não havia mercado interno no Brasil Colonial, e portanto não havia verdadeira oportunidade para um desenvolvimento indus

(16) SANTOS FILHO, Lycurgo. *História de uma comunidade no Ser*
tão baiano, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956.

trial. Até compreendermos melhor a relação entre os escravos e a economia monetária, essa generalização é quando muito hipotética".¹⁷

As constatações feitas sobre a "brecha camponesa" da qual fazem parte as atividades agrícolas e comerciais dos escravos no Brasil Colonial, servem para confirmar uma das principais origens do campesinato brasileiro - do qual faz parte o camponês irrigante de Livramento de Nossa Senhora, na Bahia - a partir de raízes africanas, origem essa preservada pela cultura de resistência dos escravos e traduzida na luta pela conservação de sua autonomia camponesa.

C- O processo de pulverização das propriedades rurais - que se desenvolveu em Livramento, resultado da divisão por herança e/ou venda das terras centralizadas nas mãos da oligarquia rural, também deu origem à presença do campesinato.

Neste município, repetiu-se a história que dominava toda a época colonial brasileira: de uma exploração comunitária da terra feita pelos índios - assistiu-se à apropriação privada da mesma, realizada pelos colonizadores. Na história inicial de Livramento encontra-se:

"Joaquim Pereira de Castro, fidalgo português, da estirpe de uma das mais nobres famílias portuguesas na época do Brasil colonial aqui se aportava, por volta de 1765. Recebeu procuração na Bahia, do Conde da Ponte, então governador da Capitania da Bahia, Senhor de Terras da Casa da Ponte, desdobramento das ditas do domínio do Cas

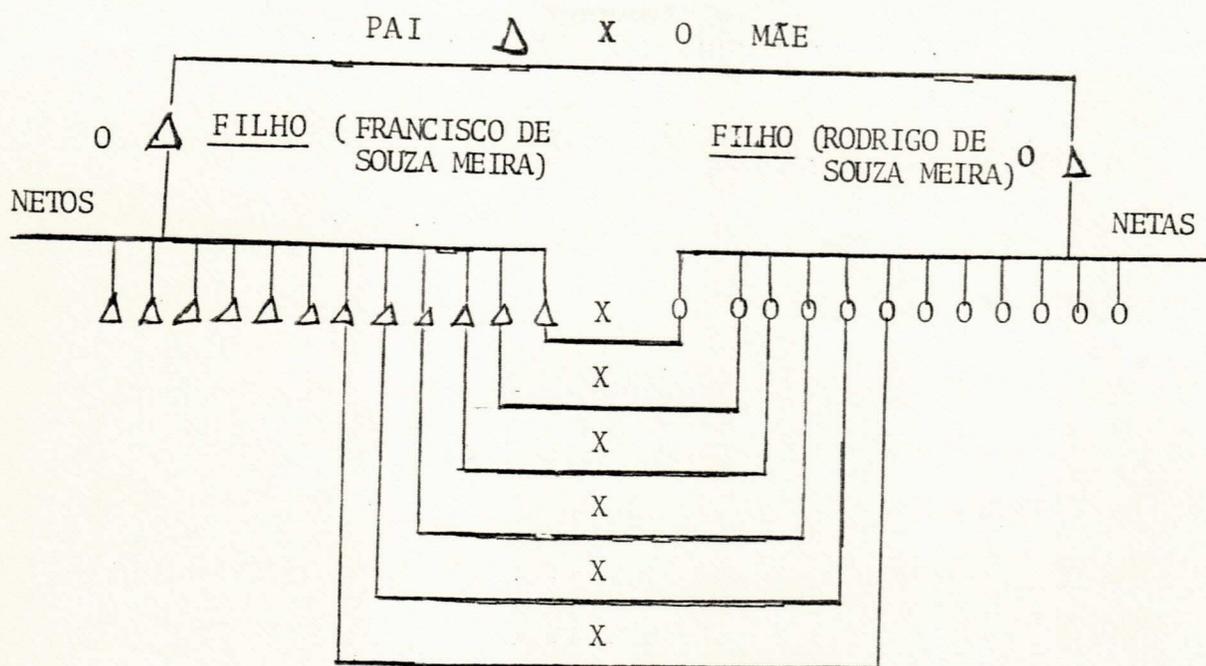
(17) *Ibid*, pg. 148.

telo de Garcia D'Ávila. Dita procuração outorgava poderes de vender as referidas terras do alto sertão, outrora cognominado sertão de Cima".⁽¹⁸⁾

Os camponeses que se localizavam, em Livramento, não tinham acesso à terra, principalmente as irrigadas, cujo monopólio ficou restrito a algumas famílias tradicionais como os Meiras, os Tanajuras, os Castros, os Vilaboas, os Alcântaras e outras. Um dos descendentes vivos de Joaquim Pereira de Castro, da quarta geração, hoje com 83 anos de idade, conta que o fidalgo português ficou com as terras do lado esquerdo do Rio Brumado, enquanto que os filhos de outro fidalgo - Francisco de Souza Meira, que chegou de Portugal em 1788 - se estabeleceram nas terras da margem direita. Foi nesta área do Rio Brumado, que se instalou o sistema tradicional de irrigação.

As primeiras gerações destas famílias tentaram assegurar a unidade do patrimônio territorial, através de casamento convencional entre primos, sobrinhos, tios, mantendo uma rede de parentesco que possibilitou por mais de dois séculos, assegurar a unidade patrimonial. No passado, o fato mais evidente que ilustra esta realidade social foram os casamentos realizados entre doze, dos vinte netos de Francisco de Souza Meira, como pode-se observar pela figura (página seguinte).

(18) Dados do arquivo particular do Livramentense Mário do Carmo Tanajura.



As pessoas que conseguiram penetrar nestas famílias por laços matrimoniais vinham de outras famílias portadoras de terras ou possuíam diploma universitário. É o caso do médico José de Aquino Tanajura, recém-formado, que veio exercer sua profissão, na região, por ocasião da grande febre, "a cólera morbus". Ficando doente, estabeleceu-se em Rio de Contas, cujo clima facilitava o tratamento. Um dos descendentes da quinta geração da família explica:

"...Ele era chamado por todos de Pai Dotô. O velho Joaquim construiu aquela casa para ele, na Lagoa, e deu terra, porque ele não podia, ele não tinha condições. ...ele entrou na política e foi representante desta região toda, de Andaraí, Caititê até bem perto de Vitória da Conquista, uns quarenta e tantos municípios hoje, foi deputado desta região, por mais de quarenta anos. Já no último mandato ele foi eleito senador da Bahia (naquele tempo a Bahia tinha Senado) chegando a ser presidente do Senado..." (Francisco Tanajura Machado).

Apesar do esforço das primeiras gerações para manter a unidade das propriedades, o que se observou na área irrigada do Rio Brumado foi um processo de pulverização das terras, divididas pela enorme quantidade de herdeiros, hoje já chegando a oitava geração. Há de se considerar também, o processo de venda, resultado da fase da dispersão que caracteriza as famílias proprietárias da área.

O 1º levantamento específico das propriedades que possuam terras irrigadas secularmente, foi feito pelo DNOCS em 1961 e registrou o total de 4.810,7 ha, sendo, porém, a área efetivamente irrigada pouco superior a 2.000 ha. A identificação das propriedades irrigadas demonstrou o predomínio da pequena propriedade, resultado da divisão das terras, como demonstram os dados a seguir:

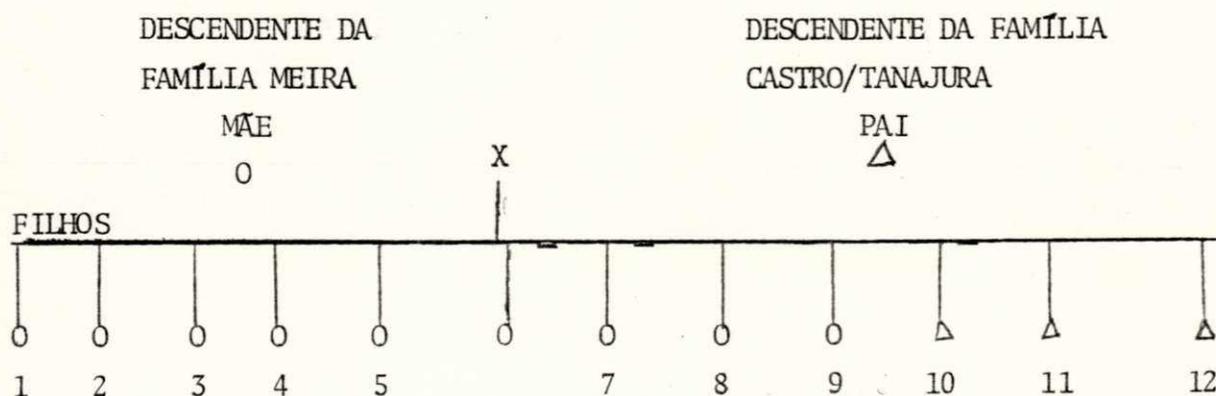
GRUPOS DE ÁREA (ha)	PROPRIEDADES		ÁREA	
	Número	%	ha	%
0 a 5	191	51,8	441,7	9,2
5 a 10	69	18,7	511,3	10,6
10 a 15	37	10,0	452,0	9,4
15 a 20	24	6,5	418,8	8,7
20 a 25	12	3,3	266,7	5,5
25 a 50	16	4,3	540,5	11,2
acima de 50	20	5,4	2.179,7	45,4
TOTAL.....	369	100,0	4.810,7	100,0

Fonte: Levantamento do DNOCS - 1961.

Como se observa, 54,6% da área estavam ocupadas com 94,6 das propriedades até 50 ha. Somente na faixa de 0 a 10 ha es

rização, uma tendência à polarização: - de um lado, muitos pro_prietários em pouca terra, e de outro, muita terra (45,4%) pa_ ra poucos donos (5,4%). O levantamento demonstra ainda que as propriedades de mais de 50 ha não passavam de 270 ha, área considerada grande nas propriedades irrigadas, onde a possibi_lidade de duas produções anuais _____ valoriza as terras, quan_ do as mesmas são comparadas às de sequeiro.

Muitos dos descendentes das famílias tradicionais fo_ ram deixando as terras, procurando melhores condições de vida nos centros urbanos. Veja-se o que se passa com uma família, quinta geração de Joaquim Pereira de Castro, que traduz a fase de dispersão referida anteriormente.



- 1- nenhuma relação com a terra. Vive em Livramento, onde é fun_ cionária estadual. Casada com um comerciante da cidade.
- 2- nenhuma relação com a terra. É professora primária.
- 3- nenhuma relação com a terra. É professora no Colégio local.
- 4- nenhuma relação com a terra. Reside na capital do Estado. Fez curso universitário.
- 5- nenhuma relação com a terra. Reside em Livramento
- 6- nenhuma relação com a terra. Reside em Vitória da Conquista.
- 7- nenhuma relação com a terra. Reside em Vitória da Conquista. Fez curso universitário.

- 8- tem relação com a terra. Reside em Livramento, onde é professora de Colégio local. Casada com um primo, possuem uma padaria no centro urbano, além de administrar terras na zona rural
- 9- falecida
- 10-não tem relação com a terra. Reside fora de Livramento. Fez curso universitário
- 11-falecido
- 12-falecido.

Um dos descendentes explica: "A terra que me coube como herança foram alguns décimos de hectares. Nem fui procurar".

Entre os camponeses que hoje ocupam terras do Estado, encontram-se descendentes destas tradicionais famílias.

- . Dona Z., 55 anos, recebeu por herança uma terra não suficiente para o trabalho de toda sua família. Por isto pagava renda a seu irmão, comerciante na cidade.
- . Sr. O. é neto de grande proprietário da área. As terras de seu avô foram vendidas e ele tornou-se parceiro dos novos donos.

A presença, nas terras desapropriadas de camponeses, pertencentes às famílias que por séculos asseguraram a unidade territorial da área irrigada, indica mais uma de suas origens. Como se notificou anteriormente, houve um processo de pulverização das propriedades, ficando muitos descendentes com quantidade reduzida de terra, insuficiente para a força de trabalho disponível. Outros, não chegaram a ter acesso à terra, permanecendo na área, através de relações de parceria, estabelecidas

2.1.2 - A OLIGARQUIA

O monopólio da terra pela oligarquia agrária constituiu um forte bloqueio para a autoconstrução ou reconstrução do campesinato. A história da realização da propriedade da terra no Brasil é a história da luta desta oligarquia para impedir ao camponês, o acesso a um espaço independente. E ela o consegue, não somente porque tem a propriedade da terra, mas pelo fato de controlar todo o processo produtivo, o que lhe confere o PODER de impor seus interesses a toda sociedade, fazendo valer suas ideologias.

A estrutura agrária da área de irrigação secular, em Livramento de Nossa Senhora foi marcada pela polarização já observada nos dados do levantamento do DNOCS/1961: propriedades até 5 ha ocupavam 9,2% de área, enquanto as demais de 50 ha estavam em 45,4% da área total (veja p. 17).

Se se considerar a situação fundiária do município de Livramento, onde está inserida esta área irrigada, constata-se uma polarização maior ainda conforme quadro abaixo:

	Nº DE PROPRIEDADES	%	ÁREA	%
0 - 5	662	18,3	1.726,2	1,2
5 - 10	523	14,7	3.616,2	2,6
10 - 15	382	10,7	4.031,5	3,0
15 - 30	693	19,4	12.879,8	9,5
30 - 50	530	14,9	6.791,9	5,0
50 - 100	577	16,5	39.567,4	28,7
+ 100	200	5,7	67.816,7	50,0
TOTAL	5.564	100,0	136.429,7	100,0

No município, os dados de 1985 demonstram uma dife_{re}nciação bastante acentuada em relação a área ocupada, pois enquanto as propriedades abaixo de 5 ha estão em 1,2% da área total, aquelas que se localizam acima de 50 ha abarcam 78,7% das terras. Incluem-se neste levantamento tanto as proprieda_des irrigadas como as de sequeiro, não sendo possível separá-las a partir dos dados fornecidos pelo INCRA.

Também os dados levantados pelo Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, que representam aproximadamente 06% da área total do município, confirmam a realidade fundiária, com dados de 1977.

- DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS AGRÍCOLAS NA ÁREA DO PROJETO

CLASSES (HA)	PROPRIEDADES		ÁREA	
	Nº	%	HA	%
1 - 2	53	15,7	76,2	0,9
2 - 5	111	33,0	369,3	4,5
5 - 10	55	16,3	415,0	5,0
10 - 20	45	13,3	700,3	8,5
20 - 50	40	11,9	1.321,4	16,1
50 - 100	17	5,0	1.101,4	13,4
100 - 200	10	3,0	1.489,7	18,1
200 - 500	5	1,5	1.556,4	18,9
500 - 1.000	-		-	
+ 1.000	1	0,3	1.195,5	14,6
TOTAL	337	100,0	8.225,2	100,0

O quadro demonstra que as propriedades até 5 ha ocupam 5,4% da área do Projeto e aquelas que possuem mais de 50 ha, 65% do total, confirmando mais uma vez que a polarização acentuada em relação a ocupação das terras e as propriedades existentes, segundo os vários extratos, não é especificidade da área de irrigação secular.

Esses dados representam um mini-retrato da realidade nordestina. Segundo o IBGE/1980, existem nesta região 1.658.000 estabelecimentos com menos de 10 ha, ocupando uma área total de aproximadamente 4.487.963 ha, o que estabelece o tamanho médio de 2,7 ha. Por outro lado, há 10.299 estabelecimentos com mais de 1.000 ha, ocupando mais de 29 milhões de ha, o que dá em média, 2.800 ha. Isto significa que os estabelecimentos de mais de 1.000 ha possuem uma área 1.000 vezes maior do que aqueles que dispõem de menos de 10 ha. Os dados do IBGE ainda demonstram que na região nordestina 67,8% dos estabelecimentos ocupam 5,0% das terras e têm área inferior a 10 ha enquanto 0,4% dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha detêm 32,7% das terras.¹⁹

A compreensão da estrutura e da natureza da propriedade de terra, no Brasil, somente pode realizar-se com a análise do desenvolvimento do próprio capitalismo no país e de suas formas concretas de reprodução. Dois períodos caracterizam esta evolução:²⁰

- 1) aquele que se fundamenta nas relações escravistas de produção, onde o capitalismo apresenta um caráter formal. Pri

(19) Esta comparação fica prejudicada pelo fato de que o INCRA apresenta os dados a partir da categoria "propriedade" e o IBGE, utiliza "estabelecimentos".

meiro, porque a sua realização não se deu com a separação da força de trabalho das condições objetivas de produção — o trabalho é compulsório. Segundo, pelo seu envolvimento com o capitalismo mundial — o capital comercial de Portugal, e depois da Inglaterra, domina a produção, estabelecendo um sistema econômico colonial dependente e escravista, como afirma Ciro Flamarion.²¹

Dois momentos distintos caracterizam este período: -

. a terra é doada ou simplesmente ocupada — a Coroa de Portugal, visando usar os recursos produtivos aqui existentes, para produzir bens que atendessem ao mercado europeu, institui o sistema de capitâneas hereditárias e o de sesmarias, grandes extensões de terras doadas a quem tivesse condições de fazê-las produzir, defendê-las e pagar o dízimo. Nota-se, desde o início, um processo discriminatório de ocupação do espaço através de distribuição desigual de terra, que passou a ser um privilégio de poucos que tinham riqueza e poder frente à corte de Portugal. Observa-se também que o papel do Estado, como representante da fração de classe hegemônica da época, foi o de assegurar trabalho para o setor exportador de cana-de-açúcar que aqui se instalou, impedindo o acesso à terra e a formação de um campesinato que a grande extensão territorial brasileira poderia encorajar. A repressão violenta contra a fuga dos escravos, a luta travada contra os quilombos, representam a expressão do controle de acesso à terra, feito por aqueles que dominavam o poder econômico, social e político da antiga Colônia.

. A terra passa a ter uma expressão monetária — em meados do século XIX - 1850 — o Estado cumpre também suas funções, ao estabelecer a Lei de Terras, visando bloquear legalmente ao cres

cente número de ocupação que se realizaram, após a extinção do sistema de sesmaria, em 1822. Esta Lei estabelecia que a aquisição de terra fosse obtida somente através de compra, estabelecendo preços além dos vigentes e pagamentos à vista.²²

2) o segundo período caracteriza-se pela generalização do trabalho livre, podendo-se identificar também duas vertentes:

. embora o trabalho seja livre – a abolição da escravidão colocou fim ao trabalho compulsório – o produtor direto não se reproduz exclusivamente pela obtenção de um salário, não havendo a separação total de suas condições objetivas de trabalho.

. o trabalhador livre obtém exclusivamente seus meios de vida através da venda de sua força de trabalho.

Após a abolição da escravatura negra, em 1888, já na primeira República – proclamada em 1889 – as oligarquias agrárias conseguiram que seus representantes, os governos estaduais, assumissem o controle das terras públicas – antes o controle era feito à nível federal – bloqueando a sua ocupação pelos camponeses e assegurando a mão de obra para substituir o sistema escravista. "A Constituinte republicana de 1891 estabelecia um federalismo extremo, a ponto de ceder praticamente todas as terras que pertenciam à Coroa, às antigas províncias".²³ Os camponeses de Livramento contam que os ex-escravos não conseguiram terra para ocupar, por isto continuaram trabalhando na mesma fazenda ou em outras, ganhando "uma pataca" ou dividindo a produção com o proprietário.

(22) Cf. GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.

Na segunda República, a situação não mudou para o campesinato, mesmo quando o eixo da acumulação capitalista passou da agricultura para a manufatura e a oligarquia agrária perdeu a posição hegemônica no bloco de poder. A exclusão do acesso à terra levou os camponeses a se transformarem em mão de obra de reserva no período da industrialização. Sua história em Livramento de Nossa Senhora é marcada por várias idas e vindas à São Paulo, "locus" da expansão capitalista no pós-30, comandada pela "região centro-sul, que dirigiu" o processo de acumulação do capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil".²⁴

Alguns depoimentos dos camponeses retratam esta realidade:

"Sr. C., 53 anos foi para São Paulo com os pais quando tinha 5 anos. Voltaram depois de 10 anos, mas como não tinham terra para plantar retornaram para São Paulo. Quando soube do "Projeto do Governo" voltou novamente para Livramento, "pois aqui é minha terra", e conseguiu 5 ha no perímetro irrigado.

Sr. G., 45 anos - na primeira vez que foi para São Paulo ficou 8 anos. Decidiu retornar a Livramento, onde ficou "tentando a vida" durante 5 anos, trabalhando como parceiro de proprietários da área. Novamente voltou para São Paulo durante o período de 18 meses, quando soube de trabalho da emergência. Retornou, trabalhou nas frentes de trabalho, conseguiu um serviço de guarda-noturno no DNOCS e uma

pequena parcela de terra do Estado para plantar. Hoje, depois de deixar o emprego do governo, faz parte do grupo de camponeses que ocupam terras desapropriadas.

Dos 5 filhos do Sr. O, 50 anos, dois estão em São Paulo, "porque aqui não tem lugar para eles, um já se formou, tem 22 anos e é professor primário e o outro, com 20 anos, foi pra lá trabalhar no escritório e acabar de estudar".

Dos 11 filhos do Sr. J. M., 58 anos, quatro trabalham em São Paulo. O quinto, que lá estava, retornou recentemente e trabalha numa das firmas contratadas pelo DNOCS para executar as obras do Projeto de Irrigação. Aspira conseguir uma gleba de terra no Perímetro Irrigado.

O município de Livramento possui um Distrito rural chamado Itaguaçu, cuja mão de obra masculina é ocupada durante o período de 6 meses, no plantio de subsistência da área e os outros 6 meses restantes do ano, nas Usinas de cana de açúcar no interior paulista. "Aqui é como se fosse um bairro de São Paulo..." dizem eles. Em sua terra natal são camponeses e, quando migram, se tornam assalariados.

No processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, a propriedade da terra não é sinônimo de luta entre capitalista e proprietário, porque a classe que a realiza é a mesma que dirige o processo produtivo. É evidente que as constatações de Marx para o caso europeu, em relação à formação de uma classe de proprietários fundiários, não é válida para a realidade brasileira.²⁵ A evolução no processo de apropriação das

terras no Brasil - primeiro como doação, o que traduzia o con trole sobre um simples elemento da natureza e, depois, como aquisição de uma 'mercadoria', exigindo desembolso de capital - não significou a separação da propriedade da terra e a proprie dade dos meios de produção.²⁶

Ao se focalizar a história do período colonial, ob serva-se que a simples propriedade da terra não possibilitava o controle do poder por uma classe, sendo necessário a união de terra e capital. Assim, o Senhor de engenho era "O" Senhor de Engenho, pertencente a uma classe de oligarcas, que exercia a dominação social e política da Colônia, não somente porque era proprietário de terra, mas pelo fato de que a esta se alia vam outros bens, que lher permitiam dirigir o processo produti vo. A constituição da estrutura dos engenhos de açúcar exem plifica esta realidade:

- . "o Senhor de engenho - que detém o controle sobre o conjunto do processo produtivo, por sua posição de proprietário da terra, dos escravos e dos meios de produção agrícola e indus trial;
- . os lavradores independentes - dirigentes do processo, ao ní vel de produção agrícola, já que eram proprietários da terra

cont...

parte da mais valia extraída no processo produtivo, onde se encontram o proprietário do capital (meios de produ ção) e vendedores da força de trabalho. Esta parte do sobretrabalho não pago ao assalariado, que o proprietário da terra adquire do dirigente do processo produtivo, o capitalista, significa a realização econômica do direi to que tem sobre a terra, vista como expressão jurídica. É, em outras palavras, a renda fundiária capitalista, "re sultado das relações sociais, nas quais se leva a cabô a exploração da terra". Neste sentido, a propriedade da terra torna-se um bloqueio para a penetração do capital na agricultura e peça chave da contradição entre capita listas e proprietários, por exigir a divisão da mais va lia produzida. (MARX, K. Miséria da Filosofia, São Paulo,

e dos escravos, mas não dirigentes do conjunto da atividade produtiva, uma vez que não possuíam engenho;

- . os lavradores "obrigados", apenas possuidores de escravos, não dispendo de terras, nem de capital".²⁷

No contexto da atual realidade brasileira pode-se localizar fatos que levam a estas mesmas conclusões.²⁸

Em Livramento de Nossa Senhora, os proprietários de terra que produziam arroz — eram também proprietários das máquinas de beneficiamento, além de serem os principais compradores da produção do município. São estes mesmos proprietários ou seus representantes — filhos, genros, sobrinhos... — que dominavam o capital comercial na área urbana e rural. Um camponês fala sobre o "barracão" utilizado para vender produtos básicos aos trabalhadores.

"... eu fui trabalhar com os Meiras, também plantando. Passei antes oito meses cortando lenha para eles, pra fazer carvão, que vendia pra Magnesita de Brumado (cidade a 66 km de Livramento, onde se dá a exploração deste minério). O dinheiro que

(27) *Ibid*, 31.

(28) *O caso recente da disputa em torno do primeiro plano de reforma agrária da Nova República — apresentado para discussão em maio de 1985, no 4º Congresso dos Trabalhadores Rurais — mostrou, na prática, a junção da propriedade de terra com o capital. Aqueles que contavam com os industriais capitalistas para defesa da proposta, a partir da análise de que a terra improdutiva constituía um bloqueio para a acumulação capitalista, foram surpreendidos pela oposição apresentada por esta fração de classe social: o capitalista individual é o mesmo proprietário da terra. Assim, embora a propriedade da terra continue sendo um obstáculo ao desenvolvimento capitalista, já não representa um "empecilho econômico"). Pois o que "o capitalista individual perde como capitalista, ganha como proprietário de terra" (MARTINS, José de Souza. Não há ter*

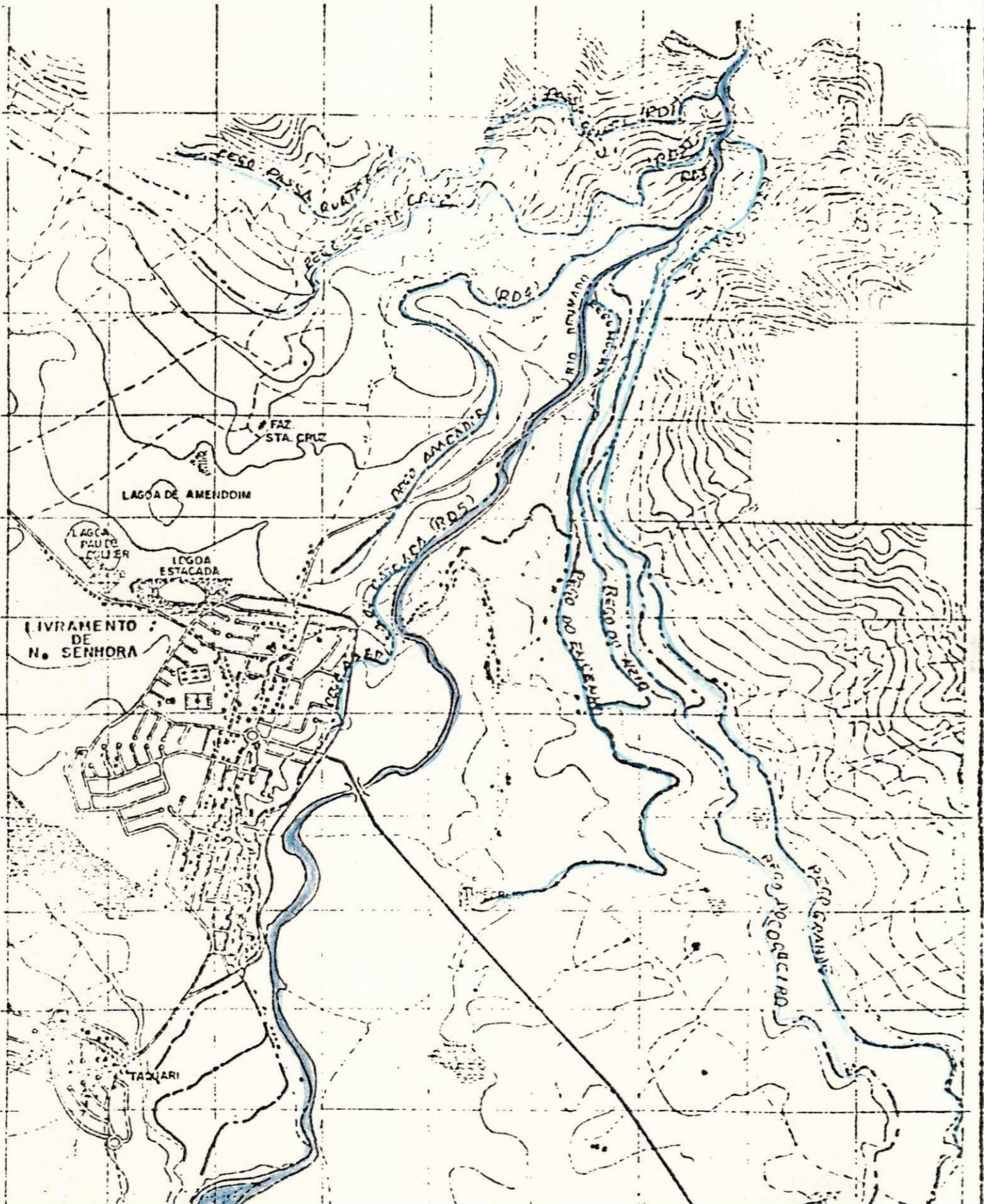
eu apurava com o carvão não dava pro barracão. Tinha um barracão no Angico, tinha de tudo, só que o quilo lá valia dois ou três na cidade. Às vezes tinha mais de 40 trabalhador que passava a semana cortando madeira e fazendo carvão" (Sr. R. 43 anos).

Esta classe que exerce o controle da propriedade da terra e do processo produtivo – a base material, a estrutura – controla também, na visão gramsciana, a sociedade civil e os aparelhos de Estado, no município. E ela o faz com o "consentimento" da classe subalterna, não somente porque domina a produção, mas pelo fato de que é capaz de fazer valer suas ideologias – suas idéias à respeito da moral, dos costumes, do comportamento institucionalizado pela sociedade – na consciência do trabalhador. Não é em vão que as lideranças políticas, intelectuais, religiosas, institucionais estão articulados com a fração de classe que exerce a hegemonia em Livramento.

2.3 - A HISTÓRIA DA IRRIGAÇÃO TRADICIONAL EM LIVRAMENTO

- Plantios autônomos do Rio Brumado (ver Mapa III)

Há em todo o município uma área irrigada que corresponde a 4.026 ha, considerada significativa, já que corresponde a 48,3% da área irrigada da microrregião administrativa e 5,7% da área do Estado. Dos 3.064 estabelecimentos rurais do município, 26,6% declararam em 1980, possuir água de irrigação, que se distribui de acordo com os seguintes tipos:²⁹



. infiltração	-	66,8%
. inundação	-	28,1%
. aspersão	-	05,1%

A maior área irrigada corresponde ao sistema do Rio Brumado, que construído há mais de 200 anos, chega a atingir uma área aproximada de 2.000 ha, quando se somam as terras de todos os imóveis rurais que dele fazem parte. Este sistema inicia-se pouco acima da cidade de Livramento (cerca de 3 km) e estende-se até próximo do município de Dom Basílio. A irrigação é feita através de canais - chamados "regos" - implantados às margens do Brumado, após o local onde o rio desce a serra em forma de cachoeira. Recebem as seguintes denominações:³⁰

MARGEM	DENOMINAÇÃO DOS REGOS	VAZÃO L/h	EXTENSÃO APROXIMADA DOS REGOS (km)
ESQUERDA:			
	Ávila	-	3
	do Engenho	50/80	3
	Sobrado	30	3
	Coqueiro	150/200	30
	Grande	500/600	30
DIREITA:			
	da Baixa (Caiçara)	80/100	4
	Santa Cruz	400/500	18
	Passa Quatro	150	18

FONTE: COBA/ERN/DNOCS

Existe ainda, entre os regos Caiçara e Santa Cruz, um outro chamado "Aparador", cuja função é aproveitar águas excedentes dos canais localizados mais acima.

Sobre a história destes regos, assim contou o Senhor Eliezer Silva Pereira, descendente da família que conseguiu o primeiro canal: "O primeiro rego foi derivado do Rio Brumado pelo português - Francisco Caires Pinheiro, que residia no sítio Caires - aproximadamente 3 km do centro urbano - por volta do ano de 1820. Mais ou menos em 1850, o proprietário Rodrigo Alves Coelho, dono de imensa quantidade de terra, faz acordo com Francisco Caires Pinheiro para a ampliação do rego dos Caires até a Fazenda da Casa Nova, nascendo daí o rego Grande, que mais tarde teve nova ampliação pelo proprietário Teodoro Alves de Castro Tanajura, hoje chegando à Fazenda Belo Sítio. No referido acordo ficou estabelecido que Caires Pinheiro teria o direito de "uma telha d'água permanente"³¹ para irrigar suas lavouras, o que é respeitado até hoje pelos descendentes ou pessoas que comprem terras dos antigos proprietários. Os outros donos de terra que se situaram ao longo dos regos instituíram o regime de "HORA D'ÁGUA", que significa a quantidade de horas que cada um tem direito para irrigar suas lavouras e que se tornou um direito consuetudinário,³² que em alguns casos constou de escrituras públicas. Sr. Mario Tanajura, um dos dois últimos descendentes vivos da quarta geração das mais antigas famílias de Livramento, explica: "A água adquirida pelos primeiros proprietários é até hoje um direito passado a herdeiros

(31) "telha d'água" = quantidade de água que passa por uma telha, colocada no rego.

(32) A frequência da água para cada propriedade varia de acordo com o rego a que pertence. Esta frequência foi estabelecida

ros ou vendida a terceiros, sem nenhum problema, pois cada um respeita, por tradição, a "HORA" que cada proprietário tem direito de tirar a sua água. Devido às divisões, atualmente há proprietários que têm até minutos d'água".

"Sr. G., 45 anos, camponês irrigante que planta em terras desapropriadas pelo Estado, após dizer que conhece muito bem o sistema de irrigação, pois nunca teve terra mas sempre foi meeiro, explica:

"Antes, os conflitos com água eram maiores do que hoje entre os meeiros, que arrendavam a terra e a água. Proprietário nunca soube o que era água, era o meeiro que tinha obrigação de vigiar, para não ser roubado. Aqui nunca houve caso de morte, mas sempre se fazia perversidade, principalmente na roça, quando se pegava um corte d'água roubado".

Em escrituras registradas no Cartório do Registro de Imóveis pode-se encontrar dados que se referem à questão da água:

"... Nas três quartas partes do Sítio Valo, dêste Termo, com DEZENOVE E MEIA HORAS D'AGUA, do rego dos Coqueiros...

...na quarta parte do Sítio Valo, deste Termo, com SEIS E MEIA HORAS D'ÁGUA..."³³

(33) Cartório de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Livramento de Nossa Senhora-BA, Livro 3-D, fls. 124, em 31/07/64.

A implantação do sistema de canais de irrigação levou os proprietários a instituírem um sistema de armazenamento da água, feito através de reservatório — as lagoas e tanques. De acordo com a "HORA D'ÁGUA" que possui por direito, cada proprietário procura fazer sua reserva de água, o que evita a irrigação noturna. Nem todos têm esta possibilidade de armazenamento, o que resulta em grandes desperdícios ou na necessidade de regadio à noite.³⁴ Sobre esta situação explicou um camponês:

"...A água aqui é de 11 em 11 dias, durante 6 horas. Hoje eu vou regar até meia noite, porque não tenho tanque para guardar a água..." (camponês que planta em terras desapropriadas)

Outro camponês de terras públicas conta:

"...Sr. F. tem 6 horas de água e é proprietário de terra, mas não tem reservatório. Aqui nas terras do DNOCS nós plantamos em 6 pessoas, numa só propriedade, que tem um tanque e 6 horas d'água. Então nós misturamos a água para colaborar com ele e todo mundo rega durante o dia".

Um proprietário explica:

"...Esta propriedade tem 15 horas d'água de 12 em 12 dias. Seis horas vêm no dia e logo se aproveita para irrigar, e as 9 horas restantes chega, à noite, e então é colocada no tanque".

Toda condução da água é feita por gravidade, através de canais sem revestimento que cortam a área de lavoura. Cada proprietário, a partir da HORA que lhe está destinada para assumir a sua água, faz controle através da "mão de pilão", no ponto em que o canal principal se liga a seu reservatório. "Nestes locais existem sangradouros quase sempre de terra, das quais se implanta um tubo, uma espécie de conduto subterrâneo. Na entrada do tubo instala-se uma válvula de controle, que consiste numa armação de madeira em forma de retângulo, presa ao sangradouro, com uma peça móvel no centro. A peça possui a extremidade inferior em forma circular, dimensionada de maneira a que se encaixe perfeitamente no tubo e, ao descer, vede a passagem da água, desobstruindo-se ao ser levantada. A peça móvel em questão denomina-se mão de pilão".^{35 e 36}

(35) COBA/ERN/DNOCS, *op. cit.*, p. 25.

(36) Além do sistema de irrigação secular, existe no município de Livramento outro denominado "Taquari/Vereda". A Sociedade Anônima Águas de Livramento, fundada em 1945 por proprietários rurais, é responsável por este sistema, que compreende uma rede interligada de canais implantados às margens dos dois cursos d'água e de lagoas existentes na área. A proposta inicial da Sociedade foi a construção de canais interligando estas lagoas, em número total de sete, realizando um aproveitamento dos recursos hídricos. Na década de sessenta, o Estado iniciou sua participação nas obras de execução da proposta, mas abandonou o trabalho sem concluí-lo. Atualmente a Sociedade tem condições de aproveitar as águas de apenas quatro lagoas. Conforme suas normas, a Sociedade cobra dos sócios 1/6 da produção pelo fornecimento da água, renda destinada às despesas de conservação de canais, fiscalização, armazenamento, máquina de beneficiamento de arroz... Existe ao longo dos rios Taquari/Vereda, além da Sociedade das Águas, um considerável sistema de canais de irrigação particulares: Cambui das Almas, Trocado, Canal do falecido João do Rego, 1º Rego Velho, Canal da Jacinta, Rego do Saco, Rego do...

CAPÍTULO II

O CAMPESINATO, CLASSES SOCIAIS E ESTADO: CONCEPÇÕES TEÓRICAS

1. O CAMPONÊS

2. O ESTADO

3. O CAMPONÊS E AS POLÍTICAS DO ESTADO

Este capítulo tem por objetivo oferecer as bases teóricas do trabalho, através da análise das concepções sobre o camponês e o Estado, assim como as relações entre estas duas categorias.

1- O CAMPONÊS

Diante do exposto, sobre a ligação dos proprietários de terra aos capitalistas, favorecendo o monopólio e o processo de concentração fundiária, ao lado do bloqueio que isto representa para o acesso democrático à terra, por parte dos trabalhadores diretos, é possível até negar-se o lugar dos camponeses na estrutura de produção e nas lutas agrárias, roubando-lhes a especificidade e transformando-os em "assalariados disfarçados".

A conceituação da categoria camponês, usada no texto, está fundamentada nas concepções de Shanin³⁷ que explica a hipótese da "nulidade", entendendo que esta fração de classe não existe de forma específica, pois apresenta uma diversidade enorme, dependendo de sua localização geográfica ou do momento histórico em que seja situada. Todavia, diante da questão de descartar ou reter este conceito, o referido autor persegue o caminho da generalização, considerando a corrente de antropólogos que, estudando de modo sistemático e comparativo as sociedades camponesas, conseguem encontrar "semelhanças" entre elas, caracterizadas em seis especificidades:

(37) Cf. SHANIN, Teodor. "A definição do camponês: conceitua

- 1) aspecto político – sociedades distantes, tanto geográfica como socialmente, têm apresentado, quando comparadas, traços semelhantes em relação ao sistema de apadrinhamento, à divisão vertical, no sentido das classes sociais, faccionismo, banditismo, guerrilha, interações políticas...;
- 2) aspecto econômico – a economia camponesa tem como característica básica o trabalho familiar, o controle dos meios de produção, a produção de subsistência. Considera-se no caso em estudo, que o camponês pode vender sua força de trabalho para manter a unidade camponesa, assim como contratar mão-de-obra de terceiros, de forma esporádica ou mesmo permanente. Em relação à economia de subsistência, constata-se que esta não exclui a vinculação ao mercado, de forma eventual;
- 3) normas, conhecimentos específicos – também foram identificados como típicos de camponeses distantes no tempo e no espaço, certos conhecimentos como a maneira de conceber o mundo, a socialização da aprendizagem profissional, o papel da tradição oral, a racionalidade, que considerada negativa, traduz o camponês tradicional e conformista e quando positiva, revela o camponês comunitário;
- 4) as unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento têm sido percebidas com graus de semelhanças. A "aldeia", a "rua" ou o "povoado" identificam o lugar dos camponeses na área rural. Repete-se em todo o mundo, dentro de um sistema de dominação mais amplo, a posição de subalternidade das entidades sociais camponesas;
- 5) os camponeses apresentam uma dinâmica social específica, principalmente em relação à reprodução social. Algumas con

influência do ano agrícola no ritmo de vida do camponês, ao aprendizado dentro da família...;

- 6) no quadro de mudanças estruturais, a especificidade camponesa tem sido considerada, de um lado, pela maneira como os camponeses reagem aos processo de mudança e, por outro, como estes processos influenciam na sociedade camponesa.

Segundo as formulações de Graziano, para contextualizar o camponês brasileiro, torna-se necessário entendê-lo como tendo uma organização específica, inserida no modo de produção capitalista. As teses que o qualificam como integrante de um sistema semi-feudal e pré-capitalista são substituídas pela concepção de que este campesinato é reproduzido historicamente pelo capitalismo, apesar de apresentar, segundo cada momento histórico, características específicas e diferenciadas. Na agricultura brasileira a especificidade da acumulação capitalista apresenta, na sua realização, um caráter desigual, embora seja a lógica do capital responsável por todo o processo. De um lado há a expropriação do produtor direto, o que resulta na entrada das relações capitalistas no campo. De outro, dá-se a dominação do capital sobre os processos de trabalhos não capitalistas, configurando-se a reprodução subordinada.

Para Jollivet, a inserção dos camponeses no modo de produção capitalista se dá de forma contraditória. Eles aparentam fazer parte da classe dominante, como proprietários dos meios de produção e, da classe explorada, na medida que lhes é extraído o sobretabalho. Não incluem seu trabalho como parte dos custos de produção, oferecendo ao mercado, produtos alimentares a preços mais baixos. Considerando especificamente a questão da renda fundiária, o camponês, ao contrário de outros proprietários, trabalha a terra que possui, benefi

lio da terra, para usufruir mais valia. Na produção camponesa, a apropriação direta da renda fundiária não se constitui em obstáculo para a acumulação capitalista. Os camponeses não podem ser incluídos na classe possuidora dos bens de produção, que cobra renda.

"... (os camponeses) não existem como classe extraíndo renda do solo, se se entender por isso uma classe que pode viver sem trabalhar, graças a renda fundiária que o monopólio da propriedade da terra lhe permitiria extrair sobre produção global de valor".³⁸

Portanto, aceita-se a formulação de Jollivet que, na estrutura de classe, a situação do campesinato é "ao lado dos trabalhadores que fornecem sobretrabalho". Este autor indica que além de entender o lugar que os camponeses ocupam na produção e na repartição da mais valia, é preciso considerar a questão das alianças, para situá-los numa estrutura de classes. Fala sobre o exemplo francês em cuja estrutura agrária atual - produto histórico da aliança burguesia e campesinato - as alianças traduzem uma relação de força e são vividas de modo conflitivo e contraditório, já que representam duas classes em posição: - por parte da burguesia, que para manter o apoio político dos camponeses é forçada a preservar a sua estrutura familiar e a sua situação de produtor independente. Ao mesmo tempo necessita promover a modernização das unidades produtivas camponesas, em benefício da acumulação capitalista; por parte do campesinato, a aliança também não se realiza de forma harmônica. O camponês aceita para manter seu estatuto de produtor independente, estando em permanente luta contra as relações

de exploração que o capitalismo desenvolve. A aceitação desta aliança nada mais significa do que uma estratégia para limitar esta exploração.

É importante considerar nestas alianças, que burguesia e proletariado não se apresentam como blocos homogêneos, mas com diferenciações próprias, sendo necessário analisar quais as frações que realizam alianças e quais os interesses que defendem. Jollivet afirma que na França, foram os camponeses médios, que se colocaram como os mais interessados na aliança com a burguesia.

Na conceituação do camponês irrigante deste estudo, ressalta-se um traço de união fundamental, constatado ao longo da história do campesinato brasileiro: — "as aspirações efetivas ao acesso estável e independente à terra" — em quantidade suficiente para manutenção de famílias extensas ou nucleares — "por parte de quem nela trabalha".³⁹ Esta concepção permite perceber a origem da presença camponesa na história agrária brasileira, nas próprias entranhas da estrutura social que dominou o país. O processo de formação do campesinato se realizou de modo dialético, através da autoconstrução — ou reconstrução — constantes, em contradição com a ordem dominante, traduzida na luta pelo espaço. Constata-se que a presença do campesinato, como sujeito de sua própria história, é um elemento conceitual importante na construção de uma teoria específica a esta fração de classe social.

2- O ESTADO

O presente estudo sobre os camponeses irrigantes de

Livramento está situado no contexto de intervenção estatal, o que serve de base para as formulações sobre o Estado contidas neste capítulo. A referência à concepção liberal fundamenta-se no fato da mesma constituir-se tradição do pensamento latinoamericano. Quanto às análises sobre a teoria respaldada na perspectiva de classe, justifica-se por ser a opção básica deste trabalho.

A concepção liberal está baseada na operação da "mão invisível" do livre mercado, para se conseguir o "optimum" de bem estar para todos os cidadãos. Neste sentido, o Estado tem uma função subsidiária, atendendo à demanda pública e investindo somente naqueles setores não lucrativos para o sistema da livre empresa.

Segundo esta concepção, "os cidadãos gozam de sufrágio universal, de eleições livres e regulares, de instituições representativas, de direitos civis efetivos e se beneficiam amplamente de tais direitos sob a proteção da lei, de um judiciário independente e de uma cultura política livre. Em consequência, nenhum governo agindo em nome do Estado, num prazo não muito longo, deixará de corresponder aos desejos e às necessidades dos interesses conflitantes".⁴⁰

A teoria baseada na perspectiva de classe e na análise marxista, ao contrário da liberal, encara o Estado como expressão das relações de classe numa sociedade, isto é das relações de dominação de uma classe sobre a outra. Os fundamentos da teoria marxista do Estado estão centralizados nos trabalhos de Marx, Engels e Lenin, o que encaminha a análise de alguns pressupostos básicos, comuns às obras dos três pensadores.

Marx formula que a base da estrutura social e da consciência dos homens está nas condições materiais da sociedade. Em consequência, a forma do Estado não resulta do desenvolvimento geral da mente humana ou das vontades humanas — como queria Hegel que analisa as instituições do Estado Prussiano, explicando que elas emanam diretamente da Idéia, do Espírito Divino, representando a auto-realização de Deus no mundo, o seu prolongamento terreno, sendo portanto, eternas. Fazendo uma revisão crítica da Filosofia do Direito de Hegel, Marx formula que o modo como as coisas são produzidas, distribuídas e consumidas — as condições materiais — numa sociedade, é o suporte de sua estrutura social e da consciência dos indivíduos.⁴¹

Os aspecto referente à sociedade civil é outra crítica de Marx à filosofia hegeliana, quando formula sua teoria sobre o Estado. Em Hegel, o Estado aparece representando a coletividade social como o Estado-sujeito, encarnação do interesse geral, com a função de recompor os fragmentos da sociedade moderna, que se encontra dividida pela separação do público e do privado, da sociedade civil e sociedade política. Com uma aparente autonomia, que o coloca acima das particularidades e interesses de classe, o Estado fundará a sociedade civil.

Para Marx, este é um Estado mistificado, uma abstração hipostasiada — abstração aqui entendida como separação, alienação — resultado de uma descrição invertida da realidade, onde os sujeitos são convertidos em predicados e os predicados em sujeitos. Marx identifica a existência do Estado determinado pela sociedade civil, entendida como conjunto das relações de produção, base da sociedade.

(41) MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*.
In: *Marx/Enaels-História - Org. Florestan Fernandes*,

O Estado é entendido não como elemento de conciliação que está acima de qualquer conflito, mas como meio pelo qual a classe dominante faz valer seus interesses particulares, transformando-os em interesse comum a toda a sociedade. Ao contrário da teoria liberal, que coloca o Estado detendo todo o poder em relação a sociedade civil, as concepções marxistas estabelecem que o Estado é determinado pelo poder da sociedade civil.

O Estado é ainda apresentado por Marx/Engels, como um instrumento coercitivo de dominação. No Manifesto afirmam que a burguesia conquistou a soberania do Estado Representativo Moderno, com o estabelecimento da grande indústria e mercado mundial e concluem que "o poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para opressão de outra"⁴² Em A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, Engels afirma que a força pública é o traço característico desta opressão, "esta força pública existe em todo o Estado; consiste não somente de homens armados, mas também de acessórios materiais, prisões e instituições coercitivas de toda a espécie".⁴³

O conceito de Estado como predomínio de uma classe sofreu reelaborações de Marx/Engels, tendo como referência os regimes que não podiam ser definidos como da burguesia, o que encaminhou a análise sobre a autonomia do Estado.

É possível identificar, em Marx, duas condições de autonomia do Estado: - em tempos normais, quando a burocracia, enquanto conjunto de burocratas individuais, se encontra em si

(42) Cf. Marx/Engels. Manifesto do Partido Comunista apud Marx/Engels-História - org. Florestan Fernandes - S. P., Editora Ática, 1984, p. 367.

(43) ENGELS, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.

tuação de relativa independência, gerenciando os "negócios políticos" da burguesia; em tempos excepcionais, quando há um esfriamento da luta de classes, onde nenhuma classe demonstra poder sobre o Estado, a burocracia acaba por controlar o poder.⁴⁴

Esta noção de autonomia fica muito indefinida, embora Marx deixe transparecer que dela dependerá a relação entre classe dominante e o Estado. Historicamente as categorias autonomia e luta de classes – aparecem interligadas, sendo que a autonomia do Estado terá certa relatividade a depender da força do proletariado, no campo da luta de classe. Entretanto, o próprio Marx afirma que apesar de poder se colocar acima dos antagonismos de classe, o Estado capitalista está sempre representando os interesses da classe dominante, usando para isto, o seu poder coercitivo e institucionalizado.

Lenine desenvolve sua análise sobre o Estado burguês a partir das teorias marxistas, sendo a destruição deste Estado, o ponto essencial de suas concepções. Saliencia-se que as idéias leninistas – em especial, na obra "O Estado e a Revolução" – nasceram num contexto histórico específico: a Revolução Russa, que exigia uma estratégia particular de ação política.

Lenin afirmava que "se o Estado é o produto do caráter inconciliável das contradições de classe, se ele é um poder que está acima da sociedade e que cada vez mais se aliena da sociedade, então é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem uma revolução violenta, mas também sem destruição do aparelho do poder do Estado..."⁴⁵

(44) CARNOY, Martin. *O Estado e a Teoria Política*. Equipe de Trad. PUCCAMP, Campinas/SP, Papirus, 1986, p. 77.

Após Lenine, uma das importantes contribuições à teoria política marxista é a de Gramsci, que faz do Estado um elemento fundamental para explicar porque a classe subalterna aceita a sociedade em classes. Outro tipo de análise é formulado em relação ao que Marx/Engels tinham pensado - eles entendiam esta aceitação a partir das relações e da natureza da produção capitalista que possibilitavam o desenvolvimento de uma "falsa consciência" da classe trabalhadora. Para Gramsci, o ponto chave do desenvolvimento histórico não está na violência da classe dominante ou no poder de coerção do seu aparelho do Estado, mas no complexo de relações ideológicas e culturais, espirituais e intelectuais, na expressão política destas relações, que representam a super-estrutura da sociedade. É a "hegemonia" da classe capitalista, que para legitimar-se, usa o Estado como aparato ideológico. Na visão gramsciana, o conceito marxista-leninista de Estado-coerção é ampliado, sendo o Estado incorporado à hegemonia da classe dominante, como parte do sistema utilizado para manter o controle sobre a sociedade.

É importante salientar que Gramsci faz suas formulações a partir da separação entre sociedade civil e a estrutura econômica. Ainda na linha marxista, mas ultrapassando estes conceitos, a teoria gramsciana considera que a sociedade civil representa todas as organizações e instituições, como sindicato dos trabalhadores, escolas, partidos políticos, igrejas, que difundem as concepções de mundo, os valores, idéias, costumes da classe dominante como um senso comum, pertencente a toda sociedade. E para que isto se efetive torna-se imprescindível que o grupo social que exerce a dominação tenha o controle da sociedade civil (consenso) e da sociedade política (coerção), buscando conquistar o consentimento das classes subalternas para esta dominação social e exercendo-a através dos aparelhos

"O Estado é o complexo das atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém a dominação como procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais governa.⁴⁶

As teorias do Estado são retomadas nas últimas décadas com muito vigor, por uma razão clara: - o setor público, que nas crises anteriores do capitalismo era colocado como "solução", atualmente constitui-se parte desta crise. "Não é somente o desempenho da economia que é posto em questão, mas também o do Estado", o que não equivale dizer - que a crise anterior - dos anos 30 - era mais econômica e que a atual é mais ideológica, "mas que a dos anos 70/80 difere por outra razão: - a hegemonia capitalista mudou substancialmente.⁴⁷

Segundo Carnoy, a teoria moderna procura explicar estas transformações com análises enormemente variadas: a causa reside no fato do capitalismo ter se transformado, passando de nacional e concorrencial para oligopolista e transnacional, com dependência direta dos subsídios do Estado; as transformações são avanços das classes trabalhadoras, no contexto da correlação de forças entre as classes sociais, redefinindo direitos individuais. O Estado se vê obrigado a reconhecer estes direitos, para favorecer sua legitimação, embora isto o coloque em contradição com as leis inerentes ao capitalismo; a crise deriva da atuação "irracional" do Estado no desenvolvimento capitalista: ou com excesso de autonomia e poder - "excesso de Estado" - ou como representantes das massas - "excesso de democracia".

Este autor formula que as teorias marxistas do Estado mais recentes, caracterizam-se por reconhecer que o Estado não pode simplesmente ser considerado como instrumento da classe dominante, como queria Lenine. Também contestam uma única visão do Estado, ao defenderem análises históricas específicas, no quadro das concepções gerais.

Em seu livro já citado, Estado e Teoria Política (1984) Carnoy apresenta uma síntese dos diversos enfoques marxistas sobre a teoria do Estado, enquadrando-os em três categorias principais:⁴⁸

A- A teoria da "lógica do capital", cujos representantes mais recentes, os "derivacionistas" na Alemanha e Inglaterra, defendem que o Estado é moldado pela característica fundamental do desenvolvimento capitalista - a tendência decrescente da taxa de lucro - constituindo-se uma resposta a esta tendência histórica e universal (derivadas de O Capital de Marx), a fim de que seja possível a manutenção do processo de acumulação do capital.

B- A teoria do "Estado Independente" tem em Claus Offe da Alemanha, seu principal defensor. Seu argumento central é de que o Estado reproduz as relações capitalistas de produção, sem controle da classe capitalista e também independente da classe subordinada, apresentando-se como sujeito político, no interior do qual se desenvolve a política e as contradições do desenvolvimento capitalista. São os políticos e os burocratas que respondem às crises do capitalismo, sendo pouca a influência da luta nas decisões do Estado. Este não deixa, todavia, de representar o interesses dos capitalistas, servindo ao processo de acumulação dentro dos limites impostos pela necessidade de legitimação frente aos trabalhadores.

C- A teoria da "luta de classe" formulada inicialmente, na Italia, por Pietro Ingrao e incorporada por Poulantzas nos seus últimos trabalhos, caracteriza o Estado capitalista como uma arena de conflito de classes.

O Estado capitalista é "uma relação, mais exatamente, uma condensação material da relação de conflito entre as classes, tal como se expressam... no núcleo do Estado".⁴⁹

Para Poulantzas, o Estado é mais do que o lugar em que a classe dominante se organiza, mais do que o elemento unificador das frações de classe capitalista: o Estado é o "locus" do conflito de classe, que possibilita aos grupos subordinados interferirem nas funções ou mesmo assumirem o aparelho do Estado. Neste ponto, Poulantzas baseia-se na situação "excepcional" do Estado de Marx e Engels, quando nenhuma classe tem poder para dominar o Estado — exemplo do Estado Bonapartista — acrescentando que, neste caso, o Estado poderia atuar visando modificação nas relações de produção. Portanto, mais que "independente", o Estado apresenta-se com uma relativa autonomia, o que conduz a luta de classe para o seu próprio interior. Esta autonomia torna-se contraditória, na medida em que a classe dominante procura exercer controle sobre o Estado, influenciando-o em favor de seus interesses.⁵⁰

(49) Cf. POULANTZAS, Nicos. *Estado, Poder e Socialismo*, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1980, 307.p.

(50) No caso do Brasil, um país pertencente ao mundo periférico, diferente daquele analisado por Ingrao — a Itália, onde o Partido Comunista teve um primeiro ministro — esta autonomia do Estado deve ser bem relativizada. Os resultados dos movimentos de pressão e/ou reivindicação de frações da classe subalterna, assim como seus avanços, têm demonstrado que aqui, os espaços de luta são muito restritos e limitados.

Acredita-se que somente através desta teoria da luta de classes torna-se possível compreender como o Estado, representando os interesses dos grupos dominantes, é, ao mesmo tempo, o lugar em que os grupos dominados, embora fora do poder, lutam para conquistar espaços. Estes podem ser traduzi - dos em avanços nos direitos de cidadania, melhoria de condições econômicas, aumento do controle social exercido pelo operariado, ampliação do direito do sufrágio... e até crescimento do partido dos trabalhadores. Somente através desta teoria é possível entender como um Estado, aparentando estar acima dos conflitos de classes, é de fato um Estado de classe, que tem a função contraditória de favor-cer o processo de acumulação capitalista, ao tempo em que se compromete com a satisfação dos interesses de toda a sociedade - incluindo, pois, as frações dominadas - tendo em vista sua auto-legitimação.

3- O CAMPONÊS E AS POLÍTICAS DO ESTADO

Na medida em que as ações do Estado são vinculadas para atender às necessidades, interesses e aspirações dos camponeses, como fração subordinada da sociedade, encaminha-se a legitimação do mesmo junto a esta categoria. Ao mesmo tempo, também são atendidas as exigências de expansão capitalista. Este processo se caracteriza pela implantação de políticas especiais, como a Política de Irrigação no Vale do Rio Brumado, concretizada através de um Projeto de Irrigação por aspersão, onde o produtor familiar é o público "privilegiado".

Analisar as políticas do Estado significa defrontar-se com uma questão de facetas variadas. Uma delas refere-se às relações contraditórias entre o processo de acumulação

ções "são heterogêneas e dependem da conjuntura política, resultado da determinação ambígua entre as necessidades do capital (necessidades indiretas de reprodução da força de trabalho) e as necessidades sociais expressadas pela luta dos trabalhadores".⁵¹ Nesta correlação de forças é importante ressaltar uma das especificidades das sociedades chamadas dependentes: pela ótica da reprodução do capital existe uma "não exigência estrutural da reprodução desta força de trabalho, devido a superpopulação relativa",⁵² o que dificulta as conquistas das frações subordinadas.

No caso brasileiro, constata-se que há uma forte tendência à política de recriação da produção camponesa, no contexto de subordinação da agricultura ao complexo agroindustrial. Esta produção caracteriza-se pela abundância de mão de obra, normalmente subempregada e ociosa, falta de capital e escassez de terra. Os programas oficiais, principalmente a partir da década de 70, tiveram como objetivo básico o fortalecimento das unidades de produção familiar, tentando o suposto equilíbrio entre a mão de obra familiar, a renda e a terra. Isto foi feito através do incentivo ao crédito rural e ao uso de "técnicas modernas de produção", traduzidas principalmente na compra de insumos, defensivos e implementos agrícolas. A intervenção do Estado tinha em vista a criação de produtores capitalizados, ligados ao circuito industrial. Estes deveriam fazer parte da classe média rural, cujo objetivo primordial era a substituição da oligarquia tradicional e seus arcaicos métodos de produção e relações de trabalho. Em outras palavras, trata-se de possibilitar novas condições de recriação da força

(51) CIGNOLLI, Alberto. *Estado e Força de Trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p. 11.

de trabalho, sem deixar de atender aos interesses do processo de acumulação capitalista.

Do ponto de vista das decisões à respeito das polí ticas no campo da Reforma Agrária, as mesmas constatações po dem ser feitas. Sabe-se que esta antiga aspiração camponesa, traduzida nas suas lutas pela ocupação de espaços foi, ao lon go da história agrária brasileira, escamoteada pelo Estado: - ou pela repressão das forças em luta; ou pela aquiescência em relação à violência pratica pelos latifundiários - hoje orga nizados na União Democrática Ruralista - contra os camponeses, tirando-lhes os meios básicos de subsistência e até o direito à vida; e ainda através de propostas de reformas que não toca cavam na estrutura fundiária, mas que reforçavam seu processo de concentração. No momento atual, a ação do Estado entre a primeira e a última versão do Plano Nacional de Reforma Agrária sofreu um grande deslocamento: antes, previa-se a atuação bási ca onde se davam os conflitos pela posse da terra; agora, pas sou-se a priorizar as áreas que exigiam estímulos à produção e produtividade, introduzindo uma política de modernização, orga nizando uma nova divisão espacial do trabalho e regulamentando o mercado da força de trabalho.

As políticas de Irrigação se enquadram nesta reali dade e são perpassadas pelos mesmos pressupostos. Sobre elas se fará uma análise no próximo capítulo.

De modo geral, as relações Estado/campesinato são por natureza contraditórias, fundamentadas no fato de que o camponês não possui, como acontece com o operário, uma classe imediatamente oposta.⁵³ O Estado pode representar o "patrão não declarado". Nas políticas de irrigação e colonização bra

brasileira, o Estado seleciona o pessoal, planeja o que vai ser produzido, a tecnologia a ser empregada, financia a produção, controla a comercialização e a administração das estruturas destinadas à produção. O camponês não domina o processo produtivo. Não possui título de propriedade da terra, apenas a força de trabalho. Não paga renda pelo uso das terras públicas, o que deixa supor que parte do valor produzido é empregado na reprodução familiar e parte é diluído no custo da produção e no processo de comercialização. Nas relações com o Estado, o camponês se coloca numa posição ambígua: — nem se constitui um assalariado, que apenas vende a sua força de trabalho, nem é um proprietário que controla todos os meios de produção.

O Estado pode aparecer como aliado, quando se legitima através de um projeto especial que "beneficia" a reprodução camponesa. Por outro lado, coloca-se como opositor, quando a penaliza, em favor dos interesses das frações dominantes, utilizando, muitas vezes, do seu poder repressivo e autoritário. Esta oposição também se manifesta nas relações contraditórias entre a expansão da acumulação capitalista e os gastos de consumo coletivo, que são feitos à fundo perdido e têm intervenção direta na reprodução da força de trabalho. Nas sociedades de economia dependente, onde o Estado é fortemente capturado pelas forças dominantes e onde são limitados os espaços de lutas das frações subordinadas, os gastos em consumo coletivo tendem a ser reduzidos. Daí a falta ou precariedade dos serviços oferecidos aos camponeses, no campo da habitação, alimentação, transporte coletivo, educação e saúde pública. Há ainda situações em que o Estado se transforma no responsável pela criação de tensões para os camponeses, evidenciadas pelo aprofundamento da diferenciação social interna já existente, pelo conflito de interesses, pela quebra de relações tradicionais,

mudanças nas relações de trabalho... Estas formas de relações podem se realizar de modo simultâneo ou não, dependendo das contradições existentes.

C A P Í T U L O I I I

A INTERVENÇÃO DO ESTADO EM LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA

- 1- O PROJETO DE IRRIGAÇÃO DO VALE DO RIO BRUMADO E AS POLÍTICAS DE IRRIGAÇÃO DO NORDESTE
- 2- AS PRIMEIRAS REAÇÕES: ENCRUZILHADA DOS INTERESSES
- 3- O ESTADO E SUAS CONTRADIÇÕES
 - 3.1 - O PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO JUNTO AOS CAMPONESES
 - 3.2 - A COERÇÃO NO REGIME MILITAR, A "PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA" NA NOVA REPÚBLICA
 - 3.3 - "ALIADO E Opositor", FACES DA MESMA MOEDA
- 4- OS LIMITES DA CONSTRUÇÃO CAMPONESA EM LIVRAMENTO

"A indústria das crises consiste precisamente no processo pelo qual as lideranças regionais tiram partido das vulnerabilidades do sistema - às secas, às inundações, às variações de preços, à concorrência, à greve, etc., deflagrando "crises" que se traduzem em pressões por compensações junto ao Estado, que responde com a concessão de subsídios "à região", apropriados por essas lideranças e que em nada alteram a situação das camadas populares efetivamente vulneráveis".⁵⁶

Constata-se que até então as ações do Estado são inscritas num contexto regional de relativo isolamento. Todavia, já a partir da década de 30, desencadeia-se um processo de integração político-econômico do arquipélago de economias regionais existentes, no país, e um novo padrão de acumulação é imposto, baseado na industrialização e comandado pelo complexo industrial do Centro-Sul. Com a centralização da estrutura política no setor urbano-industrial, inicia-se um deslocamento dos grandes proprietários rurais da direção do Estado, que passam a partiripar do bloco do poder, numa posição subordinada.

"Sua permanência refletir-se-á não só na manutenção da estrutura fundiária, mas também na não efetivação do emprego da política social e salarial desenvolvida para o setor urbano industrial, no setor rural. A subordinação exprime-se nas políticas de transferência dos excedentes do setor rural para o industrial, através de políticas cambiais favoráveis à indústria".⁵⁷

Esta situação começa a se transformar quando movi

(56) Cf. Fundação João Pinheiro - Um reexame da questão nordestina. Belo Horizonte, 1984, p. 9. (mimeo).

(57) SORJ, B. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, Rio, Zahar Editores, 1980, p. 21.

mentos reformistas exigem mudanças nas formas de intervenção estatal no Nordeste. Destaca-se a realização, em 1955, do "Congresso de Salvação do Nordeste", sediado em Recife-Pe., com repercussões nacionais, pois que proposto inicialmente pelo Partido Comunista Brasileiro, contou com o apoio de "tendências políticas, de governadores nordestinos, de parlamentares e de muitas outras autoridades e um grande envolvimento popular e intelectual".⁵⁸ Um dos pontos básicos de recomendação deste Congresso foi a reestruturação agrária e a desapropriação das terras à jusante dos açudes e barragens públicas.⁵⁹

Aliado a estes fatos, cresceu a militância política da classe trabalhadora, que passa a exigir atendimento de suas necessidades básicas, o que veio contribuir para a deteriorização das relações de dominação no campo. Destaca-se nesta cena, a atuação das Ligas Agrárias nordestinas em luta por seus interesses. Nesta fase, o Nordeste passa a ser visto como um barril de pólvora, sendo causa de preocupações da burguesia do Centro-Sul que teme pela perda do controle político estatal da região. A questão ultrapassa as fronteiras nacionais, quando os Estados Unidos⁶⁰ intervêm com uma política que visava impedir, no Brasil, um processo semelhante ao da revolução cubana.

(58) CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *Op. cit.*, p. 59.

(59) *As análises dos problemas do Nordeste, na perspectiva de mobilização e pressão em favor de sua resolução, tiveram continuidade com outros acontecimentos. Destaca-se entre eles, o Encontro dos Bispos em Campina Grande-Pb (1956), cujas reivindicações básicas foram as reformas sociais e uma consideração especial para as questões regionais.*

(60) *Quando se fala aqui nos EEUU, na verdade a referência deve ser feita às frações dominantes daquele país, a quem interessa diretamente o processo de expansão capitalista.*

As preocupações dos EEUU intensificaram-se no pós-Cuba, traduzidas em pressões aos governos latino-americanos para realização da reforma agrária, evitando o perigo do desencadeamento de revoluções. Mas esta proposta fracassou diante da pressão das oligarquias que se beneficiavam da estrutura agrária existente. Isto levou o governo americano a apoiar golpes militares, com o objetivo de que "uma elite confiável originária da classe média, promovesse reformas sociais, modernizasse a agricultura, diminuísse o poder das oligarquias e promovesse o aparecimento de uma classe média no campo".⁶¹

Para os planos americanos, o Brasil apresentava as melhores condições por sua posição estratégica no Atlântico (meio caminho entre o norte da África e a América do Norte), por suas ricas fontes de matéria prima e por sua influência política entre os vizinhos do sul.

Estes planos foram traduzidos para o campo, em programas de assistência técnica e educação rural, com o objetivo imediato de modernização da agricultura, através de concepção inovadora, que traria mudanças à agricultura brasileira. A longo prazo, destacavam-se os programas de Educação Rural, cuja ênfase centrava-se na idéia de "Extensão Rural". É desta origem que nasce, em 1949, o convênio da International Association for Economic and Social Development com o Governo do Estado de Minas Gerais, criando-se a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) mais tarde generalizada por todo o Brasil, através da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Hoje este sistema foi transformado em Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a nível estadual,

(61) MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1986, p. 20.

e Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), a nível federal.⁶²

Já em 1946, a Inter-American Education Foundation traduzia a preocupação americana em evitar as inquietações sociais e os objetivos de mudança de mentalidade no campo, com a participação de técnicos daquele país:

"A necessidade urgente e imediata do Brasil é a do aumento de sua produção agrícola e industrial, com um marcante aumento do desempenho homem-hora. A escassez de produtos primários e manufaturados, com preços fortemente inflacionados... causa grande inquietação pública e cria um solo favorável aos movimentos subversivos... Em função de quase completa ausência de trabalhadores agrícolas familiarizados com métodos de mecanização modernos, é possível que a ajuda de técnicos americanos produza efeitos significativos e favoráveis na resolução desses problemas econômicos e sociais. Os técnicos norte-americanos representam a moderna agricultura e os líderes brasileiros apreciam e desejam essa ênfase".⁶³

O que se verifica a partir da década de 50 e de modo mais intenso nos anos 60, é

"uma nova realidade no Nordeste. Se, até então, só as classes dominantes conseguiam o controle total das manifestações políti

(62) Cf. MOURA, Gerson e Margarida Maria. *A Modernização dos anos 40. Trabalho apresentado no VII Encontro Nacional da ANPOCS. Águas de São Pedro, outubro/83.*

(63) *Ibid.*, p. 07/08.

cas pelo Nordeste, identificando seus interesses com a região inteira, e participavam do bloco industrial como parceiros sem contestação, de agora em diante a dinâmica será outra. A presença da massa camponesa, dos trabalhadores rurais e dos setores sociais engajados no projeto de transformação constituirá o alicerce de um nova ordem social".⁶⁴

Diante deste quadro, o Estado não poderia manter-se omissos, tendo reavaliado e redefinido suas estratégias de ação. Uma das primeiras decisões resultou na criação de Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN - em 1956, quando foram equacionados os problemas regionais e oferecidas diretrizes fundamentadas num profundo diagnóstico da realidade, que possibilitariam redirecionar a intervenção federal na região. Em 1959, estava criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE - órgão específico de planejamento regional que deveria se responsabilizar pelas políticas de desenvolvimento para o Nordeste. No primeiro plano da SUDENE constavam as recomendações do Congresso de Salvação do Nordeste, com relação a desapropriação e irrigação das bacias dos açudes e barragens construídas pelo Governo, visando o cultivo de alimentos básicos por produtores familiares. Já o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste - CODENO - que antecedeu a SUDENE, enviara ao Congresso Nacional um ante projeto de uma Lei de Irrigação, como suporte institucional para execução das medidas propostas de desapropriação e irrigação.

Data desta época as reivindicações dos proprietários da área de irrigação secular de Livramento/Ba, fundamentadas em

(64) CARVALHO, Abdias Villar de. *A questão Nordeste no Estado Nacional*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 109.

três pontos básicos: - regularização do curso do Rio Brumado, proteção de sua nascente e produção de energia. O primeiro documento oficial onde se tem notícia sobre as origens do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, foi assinado pelos presidentes locais de três partidos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN)⁶⁵ que reivindicavam, em 1956, "urgente regularização do nível das águas do Rio Brumado, pela construção de barragens e formação de um parque florestal nas nascentes do Rio Brumado". A justificativa deste documento aparece como o seguinte argumento:

"Está localizada neste município a Cachoeira do Brumado, cuja queda principal mede 153 m de altura, havendo dela para cima 212 metros de desnível, o que representa uma diferença de nível total de 355 metros. Estes dados foram colhidos de um estudo feito, anos atrás pelo Engenheiro Vale Cabral, no qual foi afirmado que se poderia obter, com pequeno esforço, uma potência de 8.520 HP práticos. Pois bem, esta

(65) Estes partidos políticos surgiram a nível nacional, após a revolução de 30, que destronou a aristocracia açucareira, elite dominante no Estado da República Velha. Segundo Forman, "as políticas de sindicalização e de previdência trabalhista aplicadas por Vargas serviram como o ponto de partida para a mais importante das novas organizações partidárias, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que uniu os trabalhadores urbanos e os chefes sindicais sob a liderança de um novo patrono; a política de conciliação de Vargas com relação aos burocratas da classe média, os proprietários de terra e os industriais atraiu estes elementos... através do Partido Social Democrático (PSD); uma coligação anti-Vargas, composta de elementos de classe média de tendência liberal, alienados pela ditadura do Estado Novo, e de oligarcas rurais fundou a União Democrática Nacional (UDN)". (Cf. FORMAN, Shepard. Op. cit., p. 220/221). Em Livramento, os três partidos tinham como base as oligarquias rurais.

Cachoeira está a desaparecer, porque ano a ano, as águas do Rio Brumado estão por sua vez a diminuir, em virtude das secas..."⁶⁶

Em 1961 chega à Livramento a primeira equipe técnica com representantes do Governo Federal e Estadual - SUDENE, DNOCS, ABCAR, Banco do Brasil, Banco do Nordeste... - que se reúne com representantes da região - deputados, prefeitos - e do município - proprietários de terra interessados na irrigação e liderança política. Entre os órgãos presentes destaca-se a representação do Escritório Brasil/Estados Unidos do Rio de Janeiro, marcando a preocupação da burguesia daquele país, em intervir, na região, através do Estado Brasileiro.

As idéias que o GTDN/SUDENE tentaram incrementar não conseguiram se materializar, principalmente quando passaram a questionar a estrutura agrária regional. A própria Lei de Irrigação sofreu resistências das oligarquias nordestinas, que tinham peso no Congresso Nacional. Sobre a SUDENE, assim se expressou Miguel Arraes em 1963, então Governador do Estado de Pernambuco:

A SUDENE, "que surgiu como esperança, ainda não deu o grande passo que dela se espera, no sentido de planejar e programar a reforma agrária. Ela não votou sequer a lei que permite a utilização das grandes áreas próximas aos açudes públicos que custaram o dinheiro do povo e ao povo deviam mais e melhor servir".⁶⁷

(66) Cf. Cópia do ofício encaminhado ao Senado Federal, pertencente ao arquivo particular do Sr. Francisco Tanajura Machado.

(67) CARVALHO, Inaiã Maria Moreira de. *Op. cit.*, pg. 74.

O bloco industrial-agrário no poder articula o golpe militar em 1964, contrapondo-se ao movimento reformista e interrompendo o desenvolvimento das perspectivas de mudança na estrutura fundiária, com participação da massa trabalhadora. Todavia, a questão da integração dos trabalhadores rurais na estrutura do Estado burguês, permaneceu, e a fração dominante buscou soluções para conter e canalizar os movimentos sociais no campo. Foram implantadas medidas que possibilitavam uma integração ideológica-institucional — como o Estatuto da Terra — ao tempo em que utilizavam de formas de coerção severas e violentas para controle das classes excluídas do poder, destruindo suas formas autônomas de organização e participação. Um novo ciclo de expansão econômica é gerado, permitindo uma reorga nização do capital, direcionado para maior concentração e centralização, com a participação do capital estrangeiro, tendo como suporte as empresas estatais. Uma nova fase da ação do Estado inicia-se na região nordestina, "inscrita no contexto nacional da articulação e da integração econômica".⁶⁸

Nesta fase, dois pontos básicos fundamentam as intervenções do Estado brasileiro: de um lado, o econômico, baseado no processo de acumulação internacionalizada e, de outro, o político, relacionado ao bloqueio pela violência, à resistência a este processo.

A modernização do setor agropecuário brasileiro está associada à intensificação das transformações capitalistas ocorridas a partir dos anos 60. E ela só se torna possível através da intervenção estatal. Com efeito, a partir do período em que a acumulação conseguiu superar o período da recessão (1964/67) e iniciar a fase do "milagre brasileiro", ficam evidentes, nos planos oficiais, os objetivos voltados para a mo

(68) Fundação João Ribeiro. *Op. cit.*, p. 7.

dernização. O Programa Estratégico de Desenvolvimento - PED - (1968/70) propõe pela primeira vez a "adoção de uma política científica e tecnológica no país".⁶⁹ Um dos seus objetivos era a "elevação da produção e da produtividade agrícola pela transformação da agricultura tradicional, mediante mudança de métodos de produção e utilização mais intensa de insumos modernos".⁷⁰ Para isto, formulava ações integradas e relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa agrícola, programa nacional de sementes, política de fertilizantes e corretivos, política nacional de mecanização, programa de eletrificação rural, desenvolvimento da extensão rural e política nacional de irrigação.

É neste contexto que o DNOCS contrata (1969) o consórcio português COBA/ERN (Consultoria para Barragem e Planejamento/Engenharia de Recursos Naturais S/A) visando realizar um estudo total da Bacia do Rio de Contas, onde estava localizado o Vale do Rio Brumado.

Ressalta-se que desde o final da década de 50, logo após as solicitações da população de Livramento, o DNOCS iniciou intervenção na área, construindo a estrada que liga Livramento à Rio de Contas e começando, neste último município, as primeiras etapas de construção da Barragem. Recorda-se que na referida época, o órgão estatal não trabalhava através de firmas empreiteiras, mas realizava diretamente os serviços das obras hidráulicas. As primeiras escavações da barragem resultaram na identificação de uma "falha" em uma das rochas, que serviriam de base para a obra. Este foi o obstáculo técnico que paralizou a construção da barragem, por quase uma década. A partir de 1969 a COBA/ERN inicia os levantamentos na área, in

(69) AGUIAR, Ronaldo Conde. *Abrindo o pacote tecnológico. Estado e Pesquisa Agropecuária no Brasil*. São Paulo, Polis/CNPR, 1986.

(70) *Ibid*, p. 84.

clusive aqueles que indicariam a solução da questão técnica da barragem.

Os camponeses de Livramento recordam bem dos engenheiros que, sem a eles dirigirem palavra, entraram nas propriedades, "furavam buracos" e "levavam a terra para examinar". O filho de um camponês proprietário já falecido, que na época tinha 17 anos - hoje está com 35 anos - conta do receio que todos tinham desses "funcionários do governo". Lembra-se de um buraco feito em sua propriedade, ainda quando seu pai era vivo, que poderia, num acidente, quebrar a perna de um animal. Seu genitor, embora revoltado, negou-se a falar com o "funcionário do governo", preferindo "deixar este povo para lá". "Hoje - afirmou J. A. C. - as coisas são diferentes, naquele tempo todo mundo tinha receio, ninguém tinha entendimento. Se fosse agora, eu não deixava entrar na propriedade não". O Sr. G. P. V., que antes do DNOCS trabalhou como meeiro de proprietários da área irrigada, recorda-se do empregado da Fazenda Recreio que foi despedido porque, sem permissão do patrão, aceitou mostrar o local de uma lagoa, ao funcionário do Governo que fazia levantamento na área. Sr. M., 56 anos, hoje camponês que planta em terras públicas, fala do receio "que todos tinham dos "técnicos" e das touceiras de arroz que eles arrancavam para "fazer buracos", "fazendo perversidade com a lavoura".

Os estágios de pré-estudo e planejamento feitos pelo consórcio COBA/ERN foram muito prolongados na opinião dos proprietários interessados na intervenção estatal. Várias pressões foram feitas junto ao Governo Federal, uma das quais se notabilizou: uma carta-reivindicatória dizia que "as pedras onde deveria ser construída a barragem já tinham sido alisadas pelas botas dos engenheiros que estudavam a viabilidade da área" - conforme informações de A. C. S. proprietário rural e comerciante na cidade de Livramento.

O "Estudo de Viabilidade Técnico Hidroagrícola e Hidroenergético da Bacia do Rio de Contas" (COBA/ERN) foi entregue ao DNOCS em 1973. Nele estava incluído o Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado.⁷¹

Este projeto coincide com o período de Brasil-Grande-Potência do Governo Militar de Médici (1969/74) marcado pelo seu objetivo maior: - "o ingresso do Brasil no mundo desenvolvido até o fim do século".⁷² Desta época destaca-se o lançamento de programas de impacto nacional, como: PIN (Plano de Integração Nacional); PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria no Norte e Nordeste); PNI (Programa Nacional de Irrigação).

A proposta básica do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado era a de irrigar 5.493,5 ha, em Livramento de Nossa Senhora, utilizando o sistema de aspersão. Para isto, a área seria desapropriada e dividida em lotes de, em média 10ha, a serem distribuídos a 550 irrigantes - produtores familiares da região.

A área prevista do Projeto, incorporava as terras de irrigação secular, cujo sistema tradicional - feito por inundação e infiltração - deveria ser destruído e substituído por aquele de aspersão.

(71) A bacia do Rio de Contas faz parte das principais áreas de irrigação alocadas no Estado da Bahia, entre as quais se destacam: Bacias do São Francisco, Paraguaçu, Vaza Barreis, Itapecuru. O potencial disponível para a irrigação no Estado é de 1,5 milhões de ha, tendo sido irrigados, até 1981, 26.000 ha, o que significa menos de 2% deste potencial. Os investimentos em irrigação na Bahia têm os seguintes resultados: 11.000 ha dos programas oficiais, contando com aproximadamente 1.000 famílias assentadas; 13.900 ha da iniciativa privada, correspondendo a 2.905 proprietários assistidos pela EMATERBA; e cerca de 1.000 ha da grande empresa, desvinculados dos projetos oficiais. (Documento "Irrigação na Bahia" - Levantamento de Projetos. Secretaria de Planejamento, 1982.

(72) AGUIAR, Ronaldo Conde. *Op. cit.*, p. 88.

O total da área do Projeto cadastrada era de 8.302 ha (havia previsão de aproveitamento de uma área de sequeiro) dividida para efeito de planejamento, em três blocos: - do bloco I (1735 ha) faziam parte as propriedades de irrigação tradicional localizadas próximo à cachoeira, do lado direito do Rio Brumado e propriedades situadas na região do Rio Taquari, todas de pequenos produtores; no bloco II (3.011 ha) estavam a maioria das propriedades de irrigação secular: no bloco III (3.556ha) localizavam-se as propriedades de sequeiro, algumas das quais situadas à margem direita do Rio Brumado, fazendo aproveitamento das águas para irrigação. (veja mapa nº IV)

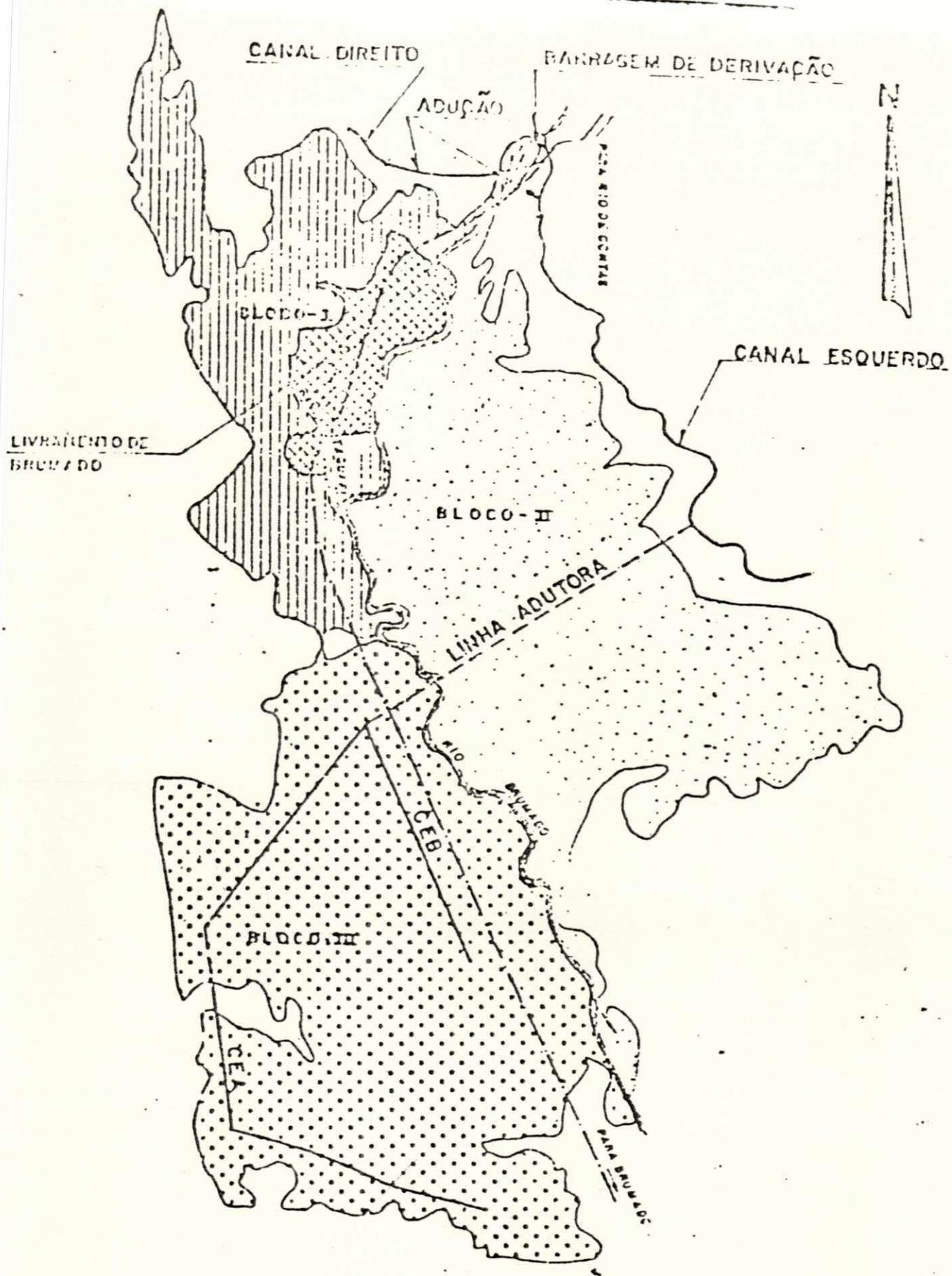
As obras deveriam começar pelo Bloco III, que possuía baixa densidade demográfica. Quando concluído, receberia a população remanejada do bloco II, para que aí fossem instaladas as obras. O bloco I passaria pelo mesmo processo. Segundo técnicos do DNOCS, esta medida visava prevenir o êxodo, resultado do deslocamento de populações, problema apresentado em outros projetos do órgão estatal.

A proposta de irrigação por aspersão vinha resolver um problema técnico de melhor aproveitamento das águas do Rio Brumado, possibilitando o aumento da área de cultivo.

Por outro lado, trazia como consequência a dificuldade técnico/econômica de ser cultivado o arroz irrigado por inundação,⁷³ que caracterizava a produção da área de irrigação tradicional.

Conforme os estudos realizados, a execução do Projeto poderia contar com as seguintes opções em relação às culturas irrigadas: feijão, milho, abóbora, arroz de sequeiro, amen

(73) A irrigação por aspersão da cultura do arroz somente é viável com variedades de sequeiro. Normalmente a produtividade destas é menor do que aquelas que exigem inundação.



MAPA IV

DNOCS
 PERÍMETRO IRRIGADO DE BRUMADO
 PLANTA ESQUEMÁTICA DAS PRINCIPAIS OBRAS
 ESCALA APROXIMADA 1:1000000

doim, cebola, alho... além das frutas: banana, côco, manga, ma
mão, melão, laranja, uva...

O centro urbano de Livramento ficou cercado pela
área do projeto, que não previu o seu crescimento horizontal.
As aglomerações rurais situadas à 3 ou 4 km da cidade — como a
Barrinha e a Matinha — e aqueles que estão à cerca de 2 km —
como a Rua do Fogo e Rua do Areião — locais onde era realizado
o comércio com os tropeiros, no passado — também foram incluí
das na área do Projeto. Foi prevista a construção de dez agro
vilas, com toda a infra estrutura básica.

Os camponeses afirmam que, naquela época, estavam to
talmente desinformados sobre a execução do Projeto. Os técni
cos da EMATER-Ba⁷⁴ que tinham a função de divulgar o Projeto,
também não tinham respostas às interrogações apresentadas pela
população, como: — desapropriações, remoção da população, sele
ção de irrigantes, distribuição dos lotes, condições de produ
ção, cronograma de execução das obras, término das mesmas...

Fazia ainda parte do Projeto, uma barragem no muni
cípio de Rio de Contas, com a previsão de armazenamento de 110
milhões de m³ de água e a vazão média de 2,4/m³/s.

A execução do Projeto ficou à cargo do Departamento
de Obras Contrás as Secas-DNOCS.

A partir da década de 1970, a política de irrigação
ganha um novo impulso. O I Plano de Desenvolvimento Nacional
estabelece o Plano Nacional de Irrigação, com metas a serem a
tingidas em regime de urgência: — de 1972 a 74, 40.000 ha. Já
o II PND apresenta metas exageradamente ambiciosas: de 1974/79,

(74) *A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural atuou na área do Projeto, de 1976 a 1981, em convênio com o DNOCS. A partir desta época, o próprio DNOCS assume os trabalhos de assistência.*

225.000 ha.⁷⁵ As metas do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, que teve sua conclusão prevista, inicialmente, para o ano de 1979, estavam incorporadas a esta última abrangência do PND. Ressalta-se que os primeiros 150 ha irrigados por aspersão deste projeto, somente entraram em operação a partir de 1987, como se verá adiante.

O Plano de Irrigação, considerado a solução para os problemas derivados das secas e que deveria melhorar as condições de vida da maioria dos nordestinos que viviam em condição de miséria, não teve os resultados esperados, com os altos custos do padrão de irrigação escolhido e a insuficiência, interrupções e cortes dos recursos pelo Estado. Conforme os dados do próprio DNOCS, em 1978, "não mais de 11,7% da área prevista para irrigação e ocupação havia sido trabalhada e das 21.300 famílias que deveriam ter sido instaladas nos projetos, somente 2.561 tinham sido efetivamente contempladas. Citando igualmente fontes do DNOCS, o jornal do Brasil de 9 de dezembro de 1979, chegava à conclusão de que, na execução do Plano de Irrigação do Nordeste, apenas 6,6% dos objetivos preestabelecidos haviam sido atingidos".⁷⁶

Como aliado importante do Plano de Irrigação, constituiu, do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), ainda no Governo Militar de Médici, o estabelecimento de uma autêntica revolução na agropecuária brasileira, com o incentivo ao "controle químico das drogas, fertilização inorgânica, a mecanização e irrigação altamente tecnificadas e consumidora de petróleo, ao uso de variedades produtivas, as monoculturas de

(75) PALMEIRA, Moacir, et alii. *O combate à seca. Acentuação das desigualdades sociais. (Contribuição de um grupo de pesquisadores à "Comissão para estudos das secas" do PMDB)*. 1981, 89 p.

(76) CARVALHO, Inaiã Maria Moreira. *Op. cit.*, p. 215.

exportação e para fins energéticos, ao uso de drogas (hormônios, antibióticos, sulfas, corantes e outros) para acelerar o crescimento, ganho de peso ou para melhorar o aspecto dos produtos e de rações balanceadas para maior produtividade".⁷⁷ O resultado dessas propostas foi a chamada "modernização conservadora", que revitalizou a grande propriedade e fez da agropecuária um mercado para a indústria, através de incentivos fiscais, financeiros, creditícios do Estado, para promover a modernização, que se constituiu também meta dos órgãos de assistência técnica e extensão rural. Ressalta-se que esse modelo agrícola inovador e modernizante de "técnicas exóticas, caras e pouco eficientes para as condições nacionais", "um modelo importado de agricultura industrial de países temperados"⁷⁸ mostra-se ineficaz, já que os alimentos que produz têm preços cada vez mais altos, sendo inacessíveis àqueles seres humanos que constituem a grande massa faminta. A "revolução verde", que se propunha resolver os problemas de fome no trópico, não conseguiu acabar com a miséria cada vez maior das frações dominadas.

Nos anos 70, o DNOCS já utilizava, através do seu Campo de Experimentação em Livramento de Nossa Senhora, os recursos técnicos da política de modernização. Culturas tradicionais e novas foram testadas, com o auxílio de sementes selecionadas, adubação química e inseticidas. Também se fizeram os primeiros testes de irrigação por aspersão, com a utilização de uma motobomba.

Em 1977, foi selecionado um grupo de 12 pequenos proprietários da área irrigada para uma experiência com o cultivo do tomate industrial. O DNOCS orientou um contrato de

(77) Cf. PASCHOAL, Adilson D. *O ônus do modelo da agricultura industrial*. *Revista Tecnológica, Brasília/14, janeiro-fevereiro/83*. p. 20.

(78) *Ibid*, p. 20.

compra e venda entre os produtores e uma indústria de Sergipe, "Frutos Tropicais". Esta firma, além de se comprometer com a compra de toda a produção, forneceria sementes selecionadas e inseticidas. O Banco do Brasil fez o crédito de custeio para a cultura e a EMATER/Ba responsabilizou-se pela assistência técnica.⁷⁹ No final da safra a experiência ficou frustrada, porque a "Frutos Tropicais" não cumpriu totalmente o contrato em relação à compra, tendo ficado perdida grande parte da produção, não absorvida pelo mercado local. Nenhuma medida foi tomada em relação ao caso, e os prejuízos ficaram contabilizados para os produtores.

2- AS PRIMEIRAS REAÇÕES: A ENCRUZILHADA DOS INTERESSES

A análise da proposta dos proprietários da área de irrigação tradicional, ao lado daquela apresentada pelo Estado, deixa evidente a contradição dos interesses: enquanto os primeiros falavam de regularização do curso do rio, de energia e elétrica e reflorestamento, a segunda apresentava um plano de modernização, que implicava mudanças na estrutura fundiária da área.

Inicialmente os proprietários aceitaram o Projeto do Estado. Levanta-se algumas hipóteses que poderiam justificar esta atitude:

- . a produtividade das terras irrigadas já tinha diminuído, após quase duzentos anos de cultivo;
- . havia uma consciência de que o sistema de irrigação tradicional resultava em desperdício de água. Portanto, tecnicamente,

(79) Relatório de atividades da EMATER-Ba. Unidade Operativa de Livramento de Nossa Senhora. Janeiro/março/77.

- o sistema de aspersão era mais viável;
- . a maioria das tradicionais famílias encontrava-se na fase de dispersão social. A indenização das terras, pelo Estado, poderia representar uma vantagem, com possibilidade de investimentos em outros setores;
 - . um processo de pulverização das propriedades marcava a área de irrigação tradicional, devido à divisão por herança e/ou venda. Os proprietários de pequenas áreas poderiam almejar, com o Projeto, a aquisição de maior quantidade de terra;
 - . O Projeto de Irrigação poderia incorporar recursos ao município de Livramento, tornando-o polo de desenvolvimento da região. Este fato favoreceria o centro urbano, onde proprietários e dominavam o comércio e o setor de serviços.

Enquanto se desenvolvia a execução das obras da barragem, no município de Rio de Contas,⁸⁰ Livramento se beneficiava com a folha de pagamento dos funcionários do Estado e dos empregados das firmas empreiteiras,⁸¹ que se estabeleceram no município, em função do Projeto.

Os problemas começaram a aparecer com as indenizações, em especial, nas propriedades de irrigação tradicional, avaliadas abaixo do valor real. O decreto que tornou, em 1976, toda área do Projeto de utilidade pública trouxe, as primeiras consequências.

Em 1977 começam a surgir as manifestações do poder público do município, conforme registra o Jornal "A TARDE" de Salvador/Ba. em 25/03/77:

(80) A cidade de Rio de Contas localiza-se no alto da serra. A comunicação com Livramento é feita através de uma estrada de 15 km, ainda não asfaltada.

(81) Segundo informações de um funcionário do DNOCS, na década da 60/70 firmas empreiteiras, principalmente do sul do país, conseguem substituir o órgão estatal na execução das obras. Os funcionários destas firmas são considerados, pelos camponeses, como representantes do Estado.

"O Prefeito Municipal... fez um apelo ao Governo para que acelere a execução do Projeto, que se arrasta desde 1969, quando foi anunciada a construção da barragem destinada a regularizar o curso do rio, que banha a área prevista ou que se revogue o Decreto que a considerou de utilidade pública..."

A demora trazia prejuízos aos produtores, pois, o Banco do Brasil e o Banco do Estado se recusavam liberar financiamentos agrícolas depois do Decreto, apesar da Autorização do Banco Central, o que, como consequência, acarretava a desativação do setor agrícola. O Prefeito ainda fala sobre as esperanças dos proprietários no início do Projeto:

"(eles estavam) satisfeitos e conformados, pois o governo acenou-lhes com uma série de vantagens, que previam a indenização das terras que seriam transformadas posteriormente em glebas e seriam revendidas através de financiamento".

Quando proprietários da área irrigada⁸² começaram a ser indenizados (1976) uma onda de descontentamento toma conta de todos, devido ao baixo preço pago pelo Estado.

"O próprio diretor regional do DNOCS, Eldan Veloso, admitiu que o valor pago pelas desapropriações, em média de Cr\$ 6.500,00 por ha, não corresponde ao que os rurícolas atribuem às suas propriedades".⁸³

(82) Durante a pesquisa de campo realizadas, foram unânimes as opiniões de que os proprietários de área de sequeiro saíram beneficiados com o valor das indenizações, em especial, Antonio Meira Vilas Boas, que juntamente com outros da família possuíam 1.233,35 ha.

(83) Cf. Jornal "A Tarde" de Salvador/Ba em 19/04/78.

Para se avaliar o que representava as terras irrigadas secularmente para os seus proprietários cita-se dois casos publicados:

"O Sr. Fausto Tanajura, cuja propriedade a_u valiada em Cr\$ 2 milhões (12 ha) foi inde_nizada por Cz\$ 150.000,00; Gonçalo Lima e irmãos... receberam Cr\$ 230.000,00 por uma propriedade de Cz\$ 1 milhão..."⁸⁴

Sabe-se de nove casos de proprietários que recorreram à justiça, devido a questão da desapropriação.

No documento da "Noronha", firma consultora contra_utada para avaliar o Projeto de Irrigação, em 1980, tem destaque

"o forte descontentamento da comunidade lo_ucal envolvida com o projeto, causado, prin_ucipalmente pelo impacto dos preços estabelecidos para o pagamento de indenizações, cujos valores encontram-se bastante aquê_um daqueles direitos, sendo ainda mais de_upreciados, pelo fato de ter sido a tabela corrigido apenas um ano apô_us a sua apro_uvação..."⁸⁵

A questão da desapropriação atingiu também os camponeses que tinham propriedades e residiam no espaço previsto para o Projeto de Irrigação. Um dos principais problemas enfrentados por eles foi a documentação exigida pelo DNOCS, motivo pelo qual existem terras ainda não pagas, embora já utilizadas pelo Estado. Esta situação pode ser exemplificada pelo caso

(84) *Jornal "A Tarde" de Salvador em 30/03/81.*

(85) *Antonio Noronha/Serviços Engenharia-1980. Concepção Geral do Perímetro Irrigado do Brumado e de sua Implantação-1980.*

do Sr. S., 50 anos, que atualmente recebeu um lote de 5 ha, irrigados por aspersão:

"O moço fez levantamento e disse que o meu terreno dava 9 ha e mandou eu assinar. Depois voltou em minha casa dizendo que a moça tinha batido errado na máquina e mandou eu assinar de novo. Quando me chamou para indenizar eu fui lá e aí me disseram que deu 3 ha e meia. Aí eu não quis assinar. Mas dava um conselho, outro dava outro e eu resolvi assinar. Aí foi que exigiram o documento da terra que eu não tinha. No dia que o moço veio medir, o dono da terra que me vendeu estava lá e garantiu que a terra era minha, só não tinha passado o documento. Agora acho que não adianta mexer, eu não tenho condições e também já entreguei ao governo".

Entre os 30 irrigantes que já estão instalados no moderno sistema de irrigação, três não receberam indenização por suas terras, devido ao problema da documentação, embora as áreas já tenham sido ocupadas pelo Estado.

Na pesquisa feita junto aos camponeses que plantam na área de irrigação tradicional localizou-se outras questões sobre as indenizações:

J. A. C., 35 anos contou que o DNOCS pagou o benefício da propriedade de sua família, mas ainda não indenizou a terra. O motivo alegado pelo órgão, na época, foi que a casa onde moravam estava "condenada", pois ficara justamente na linha onde passaria o canal esquerdo.

"Nós então derrubamos e aproveitamos a madeira para construir outra casa na cidade

de, para onde fomos morar, mas continuamos a trabalhar na roça. E hoje, veja aí, o DNOCS passou o canal longe, não precisava ter derrubado a casa".

Caso semelhante conta o Sr. IAS, 52 anos - 5,7 ha:

"Eu vim saber sobre o DNOCS pelo próprio prefeito da cidade. Na época era Meira, era José Meira (1955/59). Então eu chegando lá, ele disse para mim: Você sabe que as terras nossas vai ser toda desapropriada pelo DNOCS? Eu falei não. E depois ele disse assim, e tem uma coisa, eu acho que as pessoas não deve dar de encontro não, porque se a pessoa não aceitar, é capaz de perder. Foi assim que ele disse para mim. Eu como uma pessoa ignorante, não tava a par das coisas naquela época, não tinha experiência nenhuma, falei para ele, que jeito né? Ele falou, eu como prefeito já cedi as minhas lá do Chicão, uma parte do Chicão era dele (onde foi instalado o Centro Experimental do DNOCS). Eu falei, é assim Sr. Meira? Ele falou, é assim. Aí ficou aquele negócio das pessoas dizerem: eu assino, eu não assino. O próprio pessoal do DNOCS ficou me catequizando. Sempre eu ia lá, frequentava lá. Eles dizia assim, em tal lugar assim, as assim, a pessoa não aceitou, perdeu a terra, não sei o quê, queimaram até casa deles, isso assim, foi muita coisa. Eu fui criando aquele remorso, ficando com medo. Eu pensei, é sendo assim eu vou aceitar. Eles sempre me falavam que depois a situação da gente ia melhorar, que ia ter escola, assistência médica, posto médico, que ia ficar muito bom para o pessoal, principalmente para o homem do campo, o homem da roça. Eu achando que aquilo podia ser mesmo uma verdade, eu assinei lá a escriti

tura. Eu não pedi para indenizar, foi eles que me convidaram... Porque dizendo eles o seguinte. A medição que eles fizeram lá, ia passar em um canal aqui que ia pegar a minha casa. Eu fui o único a ser indenizado aqui. Então de qualquer maneira eu tinha que aceitar. Aí aceitei, né? E hoje eu continuo aqui e o canal não passou por aqui, mas lá em cima... Depois de passado muito tempo, eu conversando com Dr. Nilon (Ex-funcionário do DNOCS em Livramento)... Ele disse pra mim assim que a Rua do Areião, Rua do Fogo e Recreio nunca vai ser mais indenizado. Que isso aqui foi um grande erro, não era para ser indenizado, foi falta de experiência e foi falta de coragem dos homens que deixou o DNOCS entrar aqui nessa área e foi ficando assim. De forma que para mim, o DNOCS não beneficiou nada porque naquela época eu vivia nesta terra e eu era proprietário e hoje eu vivo pensando, preocupado, com medo de vir surgir alguma coisa contra mim, com esta família numerosa que eu tenho, 15 filhos vivos..."

Dona D. M. J., ex-proprietária de 2 ha de terra, no atual bloco III, conta que antes de ser indenizada sofreu "muita perseguição do povo do DNOCS", pois abriram a cerca de seu roçado para fazer medições, passaram trator para abrir estrada tudo sem o seu consentimento. "Aí as criação se soltava, a gente que vive em terreno seco tem sempre uma criação..."

Os altos custos exigidos pela obra, ao lado dos problemas estruturais que influenciavam as políticas governamentais no Nordeste e as questões de administração do órgão responsável pela execução do Projeto, indicavam que sua conclusão não se daria a curto prazo. Em 1980, o Jornal "A Tarde" assim notificava:

(em Livramento) "o Projeto começou a ser executado em 1976, com a desapropriação da área. Embora estivesse previsto para ficar pronto no final de 1979, está apenas com pouco mais de 30% das obras prontas, como informa o próprio DNOCS, acrescentando que o orçamento inicial de Cr\$ 200 milhões só para a barragem 'estourou'. Pulou para Cr\$ 893 milhões segundo cálculos do ano passado e as obras só ficarão prontas em 1982. Com apenas 30% dos trabalhos concluídos, foram gastos Cr\$ 180 milhões do orçamento primeiro de Cr\$ 200 milhões, ainda de acordo com dados do DNOCS".⁸⁶

No final da década de 70, as manifestações em relação ao Projeto, que se mantinham ao nível do espaço geográfico do município — excessão feita aos "apelos" do Prefeito Municipal por um jornal de circulação estadual — através de reações individuais, tomam um caráter de manifestação coletiva, que leva a expansão das relações sociais além das fronteiras municipais.

Estariam os camponeses até então passivos — em especial os camponeses proprietários que seriam atingidos pela desapropriação — sob a intervenção estatal ?

Em seu ensaio "Os Camponeses e a Política", Hobsbawn discute esta questão afirmando que:

"para a maioria dos camponeses presos ao solo, o problema não é ser normalmente passivo ou ativo, mas quando passar de um estado a outro. Isso depende de uma avaliação da situação política. Falando de modo geral, a passividade é aconselhável quando a estrutura do poder — local ou na

(86) Cf. *Jornal "A Tarde" de Salvador-Ba.* 19/06/80.

cional - está firme, estável, "fechada", a atividade, quando parece estar em algum sentido mudando, desviando-se ou "aberta". "Ser subalterno não é ser desprovido de poder. O mais submisso dos campesinatos é não apenas capaz de trabalhar o sistema em seu próprio proveito - ou antes para o seu mínimo desproveito - mas também de resistir e, quando oportuno, de contra-atacar".⁸⁷

Do ponto de vista da situação nacional, o fim da dêcada de 70 e início de 80, especificamente no governo militar de Figueiredo (79/85) toma forma concreta o projeto de abertura política, pressionado pela explosão das manifestações populares.

"A partir do final dos anos setenta, o país viu crescer as manifestações de insubordinação social completamente fora dos quadro institucionais e fora, portanto, de qualquer negociação política possível... Basicamente, manifestações inequívocas de desobediência civil, de negação de legitimidade às instituições públicas, às leis e ao governo...".⁸⁸

Segundo Martins as conjunturas de aberturas políticas não favorecem a ampliação de participação democrática dos camponeses e trabalhadores rurais em geral, engajados nos movimentos populares, mas significam o fortalecimento das oligarquias rurais. A história republicana é marcada pelo eterno conflito entre o Estado e os coronéis sertanejos e seus descende

(87) Cf. HOBSBAWN. *Os Camponeses e a Política. Ensaios de Opinião.* p. 50/51.

(88) MARTINS, José de Souza. *Op. cit.*, p. 98.

dentess, o que equivale dizer, o conflito entre o Estado e os proprietários de terra. Assim, a abertura política desencadeada no final dos anos setenta significou o reinício de maiores benefícios e favorecimentos políticos para as oligarquias. "A política do Brasil republicano tem sido uma dramática história de oscilação entre a centralização política e o fortalecimento do Estado, de um lado, e a descentralização política e o fortalecimento das oligarquias de outro".⁸⁹

Esta formulação das conjunturas brasileiras, embora esquemática — já que abstrai as particularidades de cada momento — ajuda a compreender a questão local. O poder político em Livramento, representado pela figura do prefeito municipal da época, herdeiro das oligarquias, filho de proprietário de terra, abandona o posicionamento anterior de "apelo" ao Estado, para assumir um enfrentamento direto. A conjuntura geral favorecia tal atitude.

"Diante da falta de objetividade do DNOCS, também o Prefeito de Livramento, Emerson Leal (1977/83) retirou seu apoio ao Projeto e promete denunciar publicamente as irregularidades de que tem conhecimento, caso não sejam reparadas".⁹⁰

Observe-se que este prefeito governava sob a legenda da Aliança Renovadora Nacional — ARENA — instituída pela ditadura militar e conhecida como o partido do Governo — num município onde a oposição aglutinada no Movimento Democrático Brasileiro — MDB — ainda não se fazia representar. Em Livramento, as eleições municipais de 76 resultaram na concorrência

(89) *Ibid.*, p. 72.

(90) Cf. *Jornal "A Tarde" de Salvador-Ba*, em 19/06/80.

de dois candidatos do mesmo partido, diferenciados em ARENA I e ARENA II.

Outro fato a considerar na conjuntura nacional, são as eleições de 1982 para prefeitos e vereadores municipais, governadores e deputados estaduais. As denúncias em relação às irregularidades do Projeto poderiam colaborar nas estratégias de uma campanha política. Desde 1978, os deputados estaduais da oposição - MDB - já começavam a se fazerem presentes em Livramento, realizando encontros e denunciando o DNOCS, pela situação do município.

"O município possui cerca de 10 mil eleitores, distribuídos entre duas legendas da ARENA... sempre despertou a atenção de políticos... Os problemas atuais surgidos com a execução do Projeto de Irrigação do DNOCS têm atraído a atenção desses políticos, principalmente da oposição, que estão tentando tirar proveito da situação e conquistar a simpatia dos eleitores".⁹¹

De modo geral, a situação a nível nacional e local tem clima de "abertura" e os camponeses não perdem a oportunidade de estabelecer alianças com as forças que lhes são favoráveis.

A Igreja Católica faz parte do complexo de instituições que denunciam o Projeto de Irrigação e constitui-se outra força onde os camponeses se apoiam.

A nível local aparece a pessoa do bispo diocesano e do Padre José Dias⁹² que se utilizam principalmente de seus ser

(91) Cf. *Jornal d'A Tarde de Salvador* de 19/04/78.

(92) Ambos residem em Livramento há 20 anos. A diocese foi criada em 1967.

mões para condenar as situações de desrespeito aos direitos da pessoa humana, em especial o direito de propriedade. Consta-se todavia, que a Igreja de Livramento não representa aquela Igreja que em 1964 assumiu o lugar das esquerdas mobilizando as populações pobres e marginalizadas e que, no campo e na cidade, passou a utilizar a palavra organização e a organizar. Não é a Igreja dos dois principais documentos produzidos pela Igreja - Marginalização de um povo (Goiânia) e Eu ouvi os Clamores do meu Povo (Recife) - em 1973, quando um grupo de bispos, padres e leigos assumem uma perspectiva de "libertação", optando pelos setores populares e confiando na sua capacidade de organização para mudar o quadro social de miséria das grandes massas, estampado pela realidade brasileira. Neste contexto, a Igreja começa a tomar posição e a avançar nos enfrentamentos com o Estado, fundamentados nos conflitos de terra. Em Livramento, as posições dos representantes da Igreja não estão respaldadas por um trabalho de organização nas bases, já que nos povoados rurais a Igreja, como instituição, somente se faz presente nas festas de Santo ou em realização de missas e batizados.⁹³ Embora envolvida por um discurso comumente chamado de progressista, ela se apresenta mais institucional, destacando-se na política partidária do município, fazendo parte do jogo de forças que disputam o poder. Um fato conhecido por todos Livramentenses pode ilustrar esta afirmação: - por ocasião da inauguração da energia elétrica na cidade, oriunda da Cachoeira de Paulo Afonso, em 1979, o Prefeito Municipal não permitiu a

(93) Durante a pesquisa notificou-se a celebração de uma missa no povoado da Barrinha, pelo Bispo Diocesano, em comemoração a Santa Padroeira do lugar. Embora a presença do Bispo significasse desenbolso de uma maior quantia - 500 cruzados - considerada alta pela maioria dos participantes da comissão da festa, responsáveis pelo pagamento da missa, todos avaliam que sua presença, mais do que a do padre, valoriza a festa.

colocação de um busto de bronze do então governador Roberto Santos (MDB) em praça pública, porque estava politicamente ligado ao ex-governador Antonio Carlos Magalhães (ARENA). O Bispo autorizou a homenagem em seus domínios e hoje, quem visita a cidade, pode conhecer o busto do governador ao lado direito/frente da Catedral.

A Comissão Pastoral da Terra, (CPT), sediada em Salvador, também se fez presente em Livramento, durante o acirramento dos conflitos, apoiada pela Igreja local. Criada no ano de 1975, em Goiânia, esta Comissão se estendeu por todo o Brasil num espaço reduzido de tempo, não com a pretensão de "criar um movimento de trabalhadores cristãos, mas de a Igreja abrir-se à problemática dos posseiros, violentamente expulsos de suas terras, solidarizando-se com eles e ajudando a sua luta".⁹⁴ Em Livramento a CPT provocou um início de organização, principalmente com aqueles que se sentiam ameaçados ou prejudicados com a desapropriação, através de reuniões feitas na área urbana e rural, quando se realizavam reflexões sobre a intervenção estatal. Este trabalho feito juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura-Bahia, resultou em várias mobilizações, destacando-se o documento assinado por cerca de 1.500 lavradores dos municípios de Livramento e Dom Basílio" e dirigido "às autoridades e ao povo em geral, para que a justiça seja feita ao povo da região". Contestando a validade do projeto de Irrigação, o documento afirma que:

• "Há mais de 200 anos, a Bacia do Rio de Contas vem sendo irrigada pelo esforço do

(94) Cadernos do CEAS, nº 94 - novembro/dezembro/84. p. 60.

povo trabalhador. Sô no município de Li
vramento existem mais de 160 mil metros
de canais, além de dezenas de barragens e
lagoas. Tudo isto foi feito pelo povo
daqui, com nosso próprio esforço. O DNOCS
quer irrigar do jeito dele o que já estamos
irrigando há muito tempo".

Falando das pressões do órgão estatal, assinala:

"Vivemos sem sossego, com cerca e árvores
sendo derrubadas e nossas terras invadi
das por empresas e serviços do DNOCS, a
brindo estradas e valas sem nosso consen
timento, destruindo casa e plantações".

"A situação é ameaçadora, não sabemos se
plantamos ou não, pois o perigo de ficar
mos com nossas terras sem água é cada vez
maior, o que se torna ainda mais grave
sobretudo para os companheiros de Dom Ba
sílio, que mesmo não estando na área do
projeto, padecerão os efeitos negativos
porque com o fechamento dos canais mui
tas propriedades ficarão sem água, e água
aqui, significa as nossas vidas".

O documento apresenta as seguintes reivindicações:

- ."que a todos seja garantido o direito de morar e produzir nas terras que ocupam atualmente;
- . que o DNOCS não realize nenhuma obra que venha modificar nosso sistema de irrigação sem o nosso consentimento;
- . que seja garantida a água necessária às áreas já irrigadas de modo a não prejudicar o cultivo e a produção de alimentos;
- . que o produto seja apenas implantado nas áreas secas, sem prejuízo para os agricultores já instalados nas áreas irrigadas;
- . que essas mesmas áreas depois de irrigadas sejam distribui - das em ordem de prioridade aos assalariados e meeiros que já trabalham na região;

- . que todos os empregados das fazendas indenizadas sejam imediatamente indenizados pelo DNOCS;
- . que o pessoal desapropriado para a realização das obras do canal e adutoras e outras obras necessárias possa escolher entre a indenização em dinheiro ou em terras, com casa construída e benfeitorias, em igualdade de condições;
- . que seja respeitado o direito à água dos trabalhadores rurais que irrigam suas terras localizadas fora do perímetro do projeto, sobretudo dos companheiros de Dom Basílio".⁹⁵

Fica evidente no documento, a reivindicação básica dos "trabalhadores rurais"⁹⁶ de poderem participar de decisões do Estado que estavam influenciando diretamente a sua reprodução. À luz da teoria da luta de classe, pode-se entender como o Estado torna-se o lugar onde este grupo social, embora fora do poder, busca conquistar espaço, apoiando-se nas forças aliadas.

Na pesquisa realizada, constatou-se que os camponeses lembram muito bem o apoio da CPT na sua luta, em especial da presença do Pe. Freddy Servais, um jesuíta belga, também ligado ao Centro de Estudo e Ação Social, em Salvador-Ba:

"Pe. Freddy ajudou muito nós abrir os olhos sobre o DNOCS. Nós não assinou mais nenhum documento..." (L. C., camponesa proprietária em terras irrigadas).

(95) Dados de documentos dos "Representantes dos Trabalhadores Rurais de Livramento e Dom Basílio" transcritos do trabalho do Grupo de Estudos Agrários-Salvador-Ba. A Questão Agrária na Bahia. Junho de 1980. A fonte de pesquisa deste grupo foi o "Jornal da Bahia" de 24/08/79.

(96) Os membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais são: - pequenos proprietários, parceiros e arrendatários, etc.

"Ele trouxe gente de outros Projetos do DNOCS que contou o que o DNOCS fez em outros lugares..." (D. A. S. camponês que trabalhava em regime de meação).

Os estudantes universitários e secundaristas, residentes fora de Livramento - grande parte na capital - também se unem às forças que se colocam contra o Projeto de Irrigação, denunciando a questão das desapropriações, problema que os atinge diretamente, pois são filhos, sobrinhos ou parentes de proprietários de terra:

"Nós, estudantes universitários e secundaristas, filhos do povo sofrido de Livramento de Nossa Senhora, não poderíamos deixar de reafirmar as arbitrariedades e injustiças cometidas pelo DNOCS, na execução do seu famigerado Projeto de Irrigação do Vale do Brumado, que resultou na depreciação de centenas de propriedades, agora entregues ao abandono - o que vem causando um enorme prejuízo à economia daquela cidade e muitos conflitos sociais..."

"...os estudantes fizeram um trabalho junto ao povo... destacamos a exibição de uma peça teatral, retratando todos os problemas enfrentados..."⁹⁷

A Ordem dos Advogados do Brasil, através de sua comissão especial sobre a problemática da terra também foi mobilizada e elaborou um documento entregue ao Ministério do Interior, denunciando "o drama das 1.400 famílias residentes nos

(97) Cf. "Carta aberta à população" escrita em 05/04/81 em Reunião Geral dos estudantes de Livramento em Salvador - Ba. Transcrição feita do arquivo particular do Sr. Francisco Tanajura Machado.

3 mil hectares de terra em Livramento de Nossa Senhora, ameaça das de desapropriação pelo DNOCS...".⁹⁸

Esta questão do desenraizamento das populações, um dos principais pontos negativos dos trabalhos executados pelo DNOCS na sua história de implantação de Projetos de Irrigação,⁹⁹ fez parte das preocupações da firma - Noronha - encarregada pelo DNOCS de indicar reformulações para o projeto: "a reformulação do projeto foi decidida pelo DNOCS face à necessidade de aumentar o número de unidades agrícolas de modo a oferecer a oportunidade de ocupação na qualidade de irrigantes proprietários à totalidades das famílias de pequenos agricultores da área".¹⁰⁰

Após reformulação da Noronha, que reduziu para 5 ha em média, o tamanho dos lotes, a capacidade de absorção foi ampliada para 959 famílias.¹⁰¹ Conforme levantamento feito pela EMATER/CEPA/DNOCS, em 1977, o número de famílias residentes na área, incluindo proprietários, parceiros e assalariados, era de 751 famílias. Tinham, pois fundamento, as denúncias iniciais de que o Perímetro Irrigado não teria capacidade para absorver todos os trabalhadores da área. Embora não faça parte do noticiário da imprensa escrita, outro sério problema é levantado no relatório da NORONHA: a implantação do Perímetro Irrigado constituía uma barreira natural à tendência de expansão horizontal da cidade de Livramento. Conforme declarações do Prefeito Municipal "a cidade cresceu sem pedir licença ao DNOCS..." "crescimento este que sofreu um enorme impulso com a chegada da energia elétrica, marcando um novo estágio

(98) Cf. "Jornal da Bahia", em 27/05/81.

(99) "Hall calcula que para acomodar 100 famílias o DNOCS teve que expulsar 500 a 600 famílias dos seus lares" (Hall apud PALMEIRA et alii, op. cit., p. 13).

(100) Antonio Noronha - Serviços de Engenharia, op. cit., p. 4.

(101) Ibid, p. 128.

no ritmo e na forma de urbanização da referida cidade..." "A partir da constatação de que a cidade já crescera por sobre as áreas anteriormente destinadas ao Projeto de Irrigação, foi feita... uma proposta de exclusão dos Umbrais Urbanos da área destinada ao Projeto".¹⁰²

3- O ESTADO E SUAS CONTRADIÇÕES

3.1 - O PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO JUNTO AOS CAMPONESES

Apesar de penalizar frações de classe, representadas pelos pequenos, médios e grandes proprietários da área, utilizando-se de medidas autoritárias, o Estado busca cumprir sua outra função fundamental de atender aos interesses de bem estar geral da população, dentro de um processo de legitimação. Para isto, fica decidido que a partir de 1979, todas as propriedades indenizadas deveriam ser entregues ao Estado, que iniciaria a preparação dos futuros irrigantes, com um trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural, feito em convênio com a EMATERBA. Na prática, isto significou que ficaram na terra somente aqueles proprietários que trabalhavam diretamente com seus familiares, sem o regime de meação. Aqueles proprietários que estabeleciam contratos com meeiros, foram afastados e estes últimos assumiram em grupos, a administração das propriedades, como irrigantes em terras públicas, sem o compromiso de dividir a produção com o Estado, como forma de pagamento pelo uso da terra. Com esta medida, o Estado visava preparar futuros irrigantes para trabalharem na área do sistema de aspersão. Tinha também como preocupação, a permanência dos produtores diretos na área, impedindo o seu êxodo para outras reg

(102) *Ibid*, p. 27.

giões, principal crítica feita ao Estado em outros projetos de Irrigação.

A medida tomada pelo DNOCS aumentou os conflitos da área, já que 90% dos proprietários¹⁰³ indenizados trabalhavam com o sistema de meação, alguns dependendo destas terras para sobrevivência. Todos contavam com a promessa feita pelo diretor da 4.^a Divisão Eldan Veloso - conforme afirmaram proprietários da área - de que o DNOCS pagaria as indenizações e os proprietários permaneceriam nos imóveis até que a construção das obras exigissem sua retirada. Uma das reações mais violentas registradas foi o comportamento do irmão do Prefeito Municipal, que apesar de haver recebido a indenização das terras de sua família, tentou expulsar, de revólver em punho os "irrigantes do DNOCS", reivindicando sua permanência na área.¹⁰⁴

Nesta época (1981), o Prefeito Municipal, representando a vontade dos proprietários da área do Projeto, exigiu e conseguiu o afastamento de dois técnicos¹⁰⁵ que executavam atividades junto aos camponeses irrigantes das terras públicas, técnicos esses que pertenciam aos quadros da EMATER-BA, órgão ligado à Secretaria de Agricultura do Estado. Ressalta-se que esta medida foi respaldada pelo relacionamento político da administração local e estadual. Em 1979, o MDB é substituído no Governo da Bahia pelo candidato Antonio Carlos Magalhães (1979/83) da ARENA, legenda a que pertencia a representação político-administrativa do município de Livramento.

Estes técnicos assessoravam os camponeses nas pres

(103) *Previsão feita por funcionários do DNOCS e confirmada por camponeses durante a pesquisa.*

(104) *O fato foi presenciado, na época, pela autora deste trabalho.*

(105) *A autora deste trabalho fala de sua pessoa e de seu companheiro.*

sões feitas junto ao DNOCS, no sentido de encontrar solução para os conflitos surgidos com os proprietários desapropriados e os apoiavam na luta pela permanência no espaço conquistado, graças à intervenção estatal. Pelos posicionamentos assumidos foram acusados de "comunistas"¹⁰⁶ e banidos da "sociedade" livramentense.

Apesar do Estado rotular de técnicas as soluções para os problemas sociais, e técnicas porque neutras, o que confere à sua tecnoburocracia um posicionamento a-político, fica evidente que os problemas criados para construir o complexo hidráulico em Livramento são políticos e só politicamente podem ser enfrentados.

Quando o projeto foi elaborado, nos moldes de Brasil-Grande, com base em sofisticada e moderna tecnologia, que trazia nas suas entranhas a possibilidade de ser gerada uma classe média rural, os efeitos gerais já poderiam ser previsíveis. As decisões e prioridades poderiam ser revistas, se fosse outra a lógica do Estado. Por isto, o "caos social" causado pelo Projeto, apesar de avaliações em contrário, não poderia ser evitado pelo "humanismo" ou eficiência de técnicos que interviam na área.¹⁰⁷

Os confrontos que se dão entre as frações de classe social no interior do Estado obrigam os técnicos a tomarem posições que, implícita ou explicitamente, revelam as suas opções ideológicas. O discurso comum dos "funcionários do Estado" - os intelectuais orgânicos a serviço da classe dominante na lin

(106) *Conforme declarações de proprietário de Livramento em relatório feito por técnicos do Escritório Central da EMATERBA, encarregados de fazer sindicância do caso.*

(107) *Sobre este assunto ver trabalho de Lygia Sigaud - Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos - Museu Nacional-UFRJ-1985.*

guagem gramsciana - sobre a neutralidade de suas ações, tem a função ideológica de escamotear o seu posicionamento ao lado da fração hegemônica, para conseguir legitimidade junto à classe subalterna.

O quadro das relações sociais na área sofre modificações com os novos confrontos estabelecidos: - patrões e ex-meeiros (os novos irrigantes) sentem romper as alianças firmadas nas lutas contra a intervenção estatal. Isto porque os camponeses começam a se sentir beneficiados. Estes ex-meeiros, que assumiram terras desapropriadas, apreciam a libertação da sujeição, que para eles representavam as relações de dependência patrão/empregado. Do total de 22 camponeses entrevistados, 20 afirmaram que melhoram as suas condições de reprodução, conforme os seguintes dados:

- . J. M., 34 anos plantava 0,5 ha de arroz e 1 ha de feijão/milho irrigados, com dinheiro emprestado pelo patrão. No final da safra entregava a metade da produção e mais o total correspondente ao empréstimo realizado. Nas terras do Estado fez financiamento pelo Banco e não dividiu a produção.
- . Sr. O, 49 anos, antes de plantar em terras públicas tinha uma parrelha de bois. Hoje possui nove cabeças. Graças ao fundo de reserva feito, pode ser levado à Vitória da Conquista de taxi (cerca de 220 km) por motivo de doença. Antes, certamente "teria morrido sem recursos".
- . Sr. J. M. 33 anos, trabalhava como meeiro em pequena quantidade de terra. A maior parte do tempo vendia a sua força de trabalho. Hoje planta 2 ha de arroz, 1 ha de feijão/milho, 1/4 de coentro, todos irrigados, e mais 4 ha de sequeiro. Conseguiu reformar sua casa, fazendo banheiro e caixa para água. Adquiriu eletrodomésticos como: televisão, ventilador, toca-discos, etc.

- . Sr. M., 47 anos, arrumou dinheiro suficiente para construir uma casa na área suburbana de Livramento. Considera que não fez grande fortuna plantando em terras do Estado, mas não ficou devendo.
- . S. J. L., 58 anos, afirmou que antes o patrão fornecia para fazer a feira e cobrava juros. O pagamento era feito com a produção e normalmente o meeiro ficava devendo. Hoje, com a carta de anuência fornecida pelo DNOCS, todos têm o direito ao crédito. Ele mesmo faz o seu controle: nem sempre tira todas as parcelas e não financia todas as culturas.
- . Sr. D. 47 anos explica que antes o patrão podia mandar colocar a água de rega no pasto, deixando a lavoura do meeiro "passando sede". Hoje, eles mesmos fazem o controle da água. Lembra também que os proprietários ganhavam muito com a comercialização de mangas e côcos. Atualmente, são os ex-meeiros que vendem estas frutas. Este ano ele recebeu Cz\$ 10.000 pelas mangas, o equivalente à venda de doze sacos de feijão.

O Estado favoreceu a estes camponeses em outros aspectos: contratou seis professores primários para dar cursos de alfabetização; fez exame de doença de chagas em todos camponeses e familiares; liberou terrenos no povoado da Barrinha para construção de casas (em setembro de 1987 haviam quinze residências em construção); assessorou a fundação da Cooperativa dos Irrigantes, oferecendo toda infra-estrutura; prestou assessoria a esta Cooperativa para comercialização, compra de insumos e defensivos, além de dar subsídios para a administração da mesma.

Os assalariados e meeiros de propriedades não indenizadas aspiram assumir os imóveis de seus patrões e fazem comparações com a situação dos camponeses de terras públicas:

"...não Senhora, eu não trabalho em terra do DNOCS não, eu ainda sou cativo do patrão. Com esta idade não tenho nem casa pra morar, vivo aqui encostado na casa de meu pai... Este ano todinho eu trabalhei e ainda fiquei devendo... Já tem três anos de seca e este ano está piô. (A. M. 56 anos).¹⁰⁸

Esta fração do campesinato das terras públicas, já não dão apoio irrestrito aos proprietários de terra, ao Sindicato dos Trabalhadores¹⁰⁸ aos representantes da Igreja, ao poder político-administrativo municipal, para denunciar as questões do Projeto, como poderiam ter feito anteriormente. São os camponeses proprietários (pobres, médios e ricos), descontentes com as indenizações ou ameaçados com as desapropriações, que se unem a estas forças.

A realidade social que se apresenta demonstra que a análise clássica de diferenciação de fortuna feita para determinar a participação política dos camponeses, não é decisiva neste momento. Como formula Moacir Palmeira, o fator fundamental para uma organização política é o "conjunto de contradições a que está submetida num determinado momento e o aparato institucional" e não o "ser de classe".¹⁰⁹

(108) Desde a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na década de 70 é a mesma diretoria que assume a sua direção, há quase 20 anos, havendo revezamento em cada gestão, do tesoureiro e do secretário, já que o presidente nunca aceitou um rodízio. Este último é pequeno proprietário na área do Projeto de Irrigação ainda não indenizado, possuindo também uma barbearia, onde exerce suas funções no centro urbano de Livramento. O secretário é camponês irrigante nas terras do Estado e também arrenda terras em parceria com proprietários não indenizados. O tesoureiro, que trabalhava em regime de meação, é hoje diretor da Cooperativa Mista de Livramento, fundada em 1941.

(109) PALMEIRA, M. *Diferenciação Social e Participação Política do Campesinato* (mimeo).

3.2 - A COERÇÃO NO REGIME MILITAR E A "PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA" NA NOVA REPÚBLICA

O fato do Estado deslocar das terras indenizadas, os ex-proprietários que não eram produtores diretos, causou profunda revolta entre os mesmos. Durante o período militar, as manifestações contra a medida estatal são reprimidas; na Nova República, proprietários indenizados são convidados a participarem das discussões sobre o encaminhamento do Projeto, num clima da "abertura política".

O final da década de 70 e o início dos anos 80 são marcados, como visto anteriormente, pela forte reação contra decisões tomadas pelo órgão executor. A fração de classe penalizada expressa-se através do poder público, na pessoa do Prefeito Municipal:

"...a situação está tão tensa e crítica que os produtores estão dispostos a retornar às terras que o DNOCS desapropriou e entregou a pessoas sem nenhum vínculo com a propriedade, tendo expulsado os verdadeiros donos..."

"...caso não haja uma decisão do DNOCS em fazer retornar os ex-proprietários à terra, nós o faremos por nossa conta, assumindo todas as consequências do ato".¹¹⁰

O mês de abril de 81 destaca-se por várias manifestações que culminaram com a concretização das declarações do Prefeito Municipal. Um ato público, para o qual foi convidada toda a população de Livramento, apoiado pelas lideranças políticas, religiosas, sociais e econômicas do município, simboliz

(110) Jornal "A Tarde" de 30/03/81.

zou o retorno de um proprietário indenizado a seu antigo imóvel, onde os ex-meeiros já plantavam sob orientação do convênio EMATER-DNOCS.

Diante deste fato, o DNOCS acionou a Justiça Federal, que determinou "a expulsão do invasor do lote nº 110¹¹¹ e mandou notificar aos demais ex-proprietários da pequena área em litígio, para que se abstenham da prática de atos ilegais contra o Perímetro Irrigado do Brumado, tendo em vista que a atitude das poucas pessoas envolvidas no caso é desrespeitosa à decisão judicial que legitimou o ingresso do DNOCS na área".¹¹² Esta expulsão teve o respaldo de agentes da polícia federal.

A "nota de esclarecimento" divulgada na imprensa escrita pelo DNOCS, informa que de acordo com levantamento realizado na área, foi identificada a presença de 806 famílias, das quais apenas 215 eram proprietárias, enquanto as demais, que representavam 75% do total, constituíam-se em meeiros, moradores e assalariados. A Nota repudia "a ação agressiva e arbitraria de grupos interessados em tumultuar o processo de transformação agrícola e confundir a opinião pública, com o objetivo de manter o "status quo" de uma minoria privilegiada frente a uma maioria de trabalhadores sem terra". E assegura "a permanência de 147 famílias atualmente em treinamento para futuros irrigantes, lotadas em áreas já expropriadas do Perímetro...".¹¹³

De forma autoritária, o Estado defende o processo de modernização em curso e os futuros produtores capitalizados, transformação que espera operar nos camponeses de Livramento.

(111) O Lote 110 está situado no bloco II .

(112) Cf. Jornal "A Tarde" de Salvador, em 10-04-81.

(113) Ibid.

No início da década de 80, o Projeto de Irrigação entra novamente numa fase de "ostracismo" com constante falta de verba. Paralizam-se as desapropriações, as obras caminham a passos lentos, o candidato indicado pelo prefeito perde as eleições,¹¹⁴ a CPT se afasta do município, a imprensa retrai a divulgação de fatos sobre Livramento e as relações sociais se localizam nos contornos geográficos do município.

Esta fase pode ser relacionada ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974/79) e suas prioridades às empresas agropecuárias. Dos 270.000 ha irrigados previstos para todo o Nordeste, 170.000 deveriam ser implantados no Vale do São Francisco, onde se instalavam as referidas empresas.

A situação não mudou muito sob a vigência do III PND que propôs metas mais modestas para irrigação: - "208.170 ha no período de sua duração (1980/85), repartindo-os mais uma vez de modo desigual entre o DNOCS (52.939 ha) e a CODEVASF (155.231 ha), ou seja, continuando a privilegiar a irrigação privada e os grandes grupos empresariais".¹¹⁵

Levanta-se a hipótese de que os recursos dos Estados foram encaminhados no sentido de atender a irrigação privada, deixando em plano secundário, os projetos públicos. Daí uma das possíveis causas da falta de verbas e paralizações no Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado.

O ano de 1985 marca o fim do governo militar no Brasil e o início da Nova República, quando a fração hegemônica, percebendo a sua ilegitimidade, tenta um pacto social com as

(114) *Após a derrota nas eleições de 1982, o ex-Prefeito Municipal, deixa a cidade para ocupar um cargo no Governo do Estado, já que o candidato de sua legenda, ganhara as eleições estaduais.*

(115) CARVALHO, Inaiã Maria Moreira. *Op. cit.*, p. 215.

diferentes frações de classes fora do poder. Para isto, inclui entre seus compromissos a prioridade pelo social e entre seus objetivos, a participação democrática.

A questão da irrigação foi encarada como um elemento fundamental para encaminhar solução à problemática da seca no Nordeste. Foi criado o Programa de Irrigação para o Nordeste (PROINE), sendo definido um conjunto de ações operacionalizáveis, alocado recursos financeiros e estabelecido a competência institucional de execução ao Ministério de Irrigação.

O DNOCS, como entidade autárquicas que se vincula ao Ministério:

"tem sua restrita ação à região denominada 'polígono das secas", que se estende desde o norte do Estado de Minas Gerais ao Estado do Piauí, situados à margem direita do Rio Parnaíba. São suas atribuições planejar, executar e operar, sob a coordenação da SUDENE, as obras de infra-estrutura física e social nas áreas destinadas à irrigação, bem como pleitear e promover, perante os órgãos competentes a implantação da infra-estrutura física e sócio-eco-nômica necessárias ao correto funcionamento do sistema de irrigação".¹¹⁶

A nível regional, vários programas foram concebidos sob a coordenação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e execução dos governos estaduais, voltados também para a irrigação: PROHIDRO, POLONORDESTE, PROJETO SERTANEJO, PROJETO TRÓPICO SEMI-ÁRIDO.

(116) BRAGA, Delton. *O Programa de Irrigação do Nordeste. Consultoria e Planejamento Ltda. Rio de Janeiro, 1986. 31 p. (mimeo).*

A nível estadual existem também uma quantidade enorme de organismos com a finalidade de implementar programas e projetos de irrigação, ora ligados diretamente à administração — como as Secretarias de Serviços Hídricos na Paraíba; Secretaria de Irrigação e Serviços Hídricos, na Bahia; Secretaria da Agricultura, no Ceará; Secretaria do Planejamento no Piauí — ora vinculados, como é o caso da CEPAs (Comissão Estadual de Planejamento Agrícola) em alguns casos, à Secretaria do Planejamento, e em outros, a Secretaria da Agricultura.

O PROINE traz as seguintes diretrizes básicas: estudo integrado do ponto de vista econômico e social, das bacias hidrográficas; a empresa familiar como unidade básica do desenvolvimento; a participação da sociedade civil; a utilização dos mecanismos de Reforma Agrária; a democratização dos serviços de apoio à produção (crédito, pesquisa, assistência técnica, comercialização, suprimento de insumos, formas de associação); a produção de alimentos, como meta prioritária.¹¹⁷

Na priorização da empresa familiar pela atual política de irrigação, pode-se reconhecer que a produção camponesa é um dos alvos da expansão capitalista na agricultura, que procura inserí-la e adequá-la ao movimento de acumulação.

Nas palavras de Graziano, "a reprodução camponesa não se prende a nenhuma lógica própria, nem a nenhuma superioridade técnica que lhe seja intrínseca, senão ao movimento do próprio capital, que a recria de acordo com seus interesses".¹¹⁸ O autor esclarece que esta concepção não significa uma análise funcional da produção camponesa, que exclua qualquer forma de contradição. "A produção camponesa subordinada ao capital ja

(117) BRAGA, Delton. *Op. cit.*, p. 26/27.

(118) SILVA, José Graziano. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 131.

mais significa apenas uma solução funcional, mas uma solução que gera novas contradições, como por exemplo, ao opor limites à expansão das forças produtivas, à generalização da dominação direta do capital a todos os ramos produtivos, ao constituir base para a hipertrofia da dominação do capital comercial e usuário, etc!"¹¹⁹ Pode-se entender a partir destas análises que, tomada da ótica sócio-política, mais geral, a produção camponesa apresenta reação à tendência de sua eliminação — pelo avanço do sistema capitalista — traduzida nas estratégias de resistência da fração subordinada para permanência em espaços conquistados, ocupação de novos ou reconquista dos espaços perdidos.

Com a Nova República, começam a surgir na imprensa escrita, reivindicações à respeito do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, em Livramento. Destaca-se a manchete de um dos mais importantes jornais do país, "O Estado de São Paulo": "Brumado, um apelo à Sarney". A mensagem refere-se à situação do Projeto:

"Aproveitando o incentivo que o governo vem dando aos projetos de irrigação no Nordeste, criando inclusive um Ministério para cuidar do problema, os agricultores do município de Livramento de Nossa Senhora... reivindicam o prosseguimento das obras do antigo Projeto do Vale do Rio Brumado, cuja conclusão se daria em 1979, mas que hoje se encontram inteiramente abandonadas..."¹²⁰

(119) *Ibid*, p. 131.

(120) *Jornal "O Estado de São Paulo"* de 30.03.86, p. 14.

Principalmente no jornal "A Tarde" de Salvador, começam a aparecer reportagens que informam sobre o estado de abandono do Projeto e as esperanças de continuidade: "Projeto de Irrigação é abandonado no meio da caatinga em Livramento" (em 12.03.86). "Livramento espera que ministério retome obra" (em 11.04.86).¹²¹

As notícias de reinício das obras começam a aparecer, ressaltando as atividades do recém-criado Ministério da Irrigação:

"iniciadas há cerca de 20 anos e várias vezes paralizadas, as obras do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado (...) serão reiniciadas dentro, no máximo 15 dias, com a presença do Ministro da Irrigação..."

"As sucessivas paralizações nas obras de implantação e o estado de semi-abandono em que o projeto se encontra se devem ã absoluta falta de recursos, problema que só veio a ser equacionado agora, com o Programa Nacional de Irrigação, que destinou Cz\$ 270 milhões para a conclusão da primeira fase do projeto, compreendendo 2 mil hectares".¹²²

A visita do Ministro da Irrigação e do Diretor Geral do DNOCS, em 1986, revela o discurso de transparência administrativa e participação democrática da Nova República, traduzida em discussão sobre o projeto com as lideranças políticas,

(121) O jornalista responsável por estas matérias é Raimundo Marinho, que desde 1977 tem divulgado notícias sobre sua terra natal, constituindo-se uma das forças em favor das reivindicações de Livramento.

(122) Cf. O Jornal "O Globo", de 07.04.86.

econômicas, sociais, religiosas do município, que tiveram oportunidade de expor suas dúvidas e questionar a nova administração.¹²³

Na mesma ótica pode ser registrada a realização do Seminário Regional de Irrigação - em 01 e 02.09.87, promovido pela Secretaria de Irrigação e Recursos Hídricos do Estado e DNOCS, com o objetivo de discutir com a "sociedade civil" as propostas de irrigação da região.

Em 1987, 150 hectares do bloco III foram colocados em funcionamento, com a instalação da rede móvel de irrigação, abrigando o total de 30 famílias camponesas transferidas das terras de irrigação tradicional, para esta área de irrigação por aspersão.

Com a preparação de outras áreas, não somente os camponeses, mas agrônomos e técnicos agrícolas poderão receber um lote irrigado, conforme as últimas decisões do órgão, "para que ensinem novas técnicas aos agricultores e os incentivem a plantar".¹²⁴

Segundo declarações do Engenheiro-Chefe do DNOCS de Livramento, durante a pesquisa para elaboração deste trabalho, foram escolhidos cinco projetos na Bahia, para uma nova experiência de emancipação administrativa, sendo um deles, o Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado : o DNOCS deverá entregar para a comunidade (prazos ainda não fixados) os benefícios implantados pelo Estado na área, deixando apenas um critério para manter os serviços de operação do sistema hidráulico. Todo trabalho de administração do Perímetro, desde o assentamento de irrigantes, ficará à cargo da Cooperativa dos Irrigantes já existente, que deverá receber os serviços de As

(123) *Dados sobre estes questionamentos no Jornal "A Tarde" de 18.05.86.*

(124) *Cf. entrevista com Ministro da Irrigação, fazendo avaliação do PROINE - Jornal "A Tarde" de 29.08.86.*

sistência Técnica e Extensão Rural da EMATERBA, Assistência Creditícia dos órgãos financiadores - Pesquisa Agropecuária da EMBRAPA... além de poder contratar serviços de profissionais ou instituições particulares.

A reação dos camponeses sem terra frente àqueles que se colocaram em oposição a sua permanência no espaço conquistado das propriedades indenizadas, como "produtores independentes" - sob a tutela do Estado - se fez notar nas eleições de 1986, para Governador do Estado: no povoado da Barrinha, local de maior concentração dos camponeses irrigantes de terras públicas, berço natal e reduto eleitoral do ex-prefeito, o partido da oposição - PMDB - vence as eleições.

No seminário de irrigação realizado em Livramento (01 e 02/09/87), os proprietários indenizados levantaram a proposta de permanência do sistema tradicional de irrigação nos blocos I e II, com retorno dos antigos donos às terras desapropriadas pelo Estado. O grupo representante dos camponeses que assumiram essas propriedades, reagiu, afirmando que se o sistema de irrigação não for alterado, muitos farão opção em permanecer no local. O engenheiro-chefe do DNOCS-escritório de Livramento, declarou que o órgão já tinha ultrapassado a fase de usar a força policial e obrigar a saída dos ex-meeiros, como fizera, no passado, com um ex-proprietário. Por não ter consenso, a proposta não foi votada.

3.3 - "ALIADO E Opositor", FACES DA MESMA MOEDA

As reflexões até agora realizadas visaram mostrar que o Estado exerce um de seus papéis fundamentais, como instrumento direto da acumulação capitalista, ao tempo em que se torna campo de conflito e contradições entre classes e fração de classes.

Ao assegurar a permanência dos camponeses na terra, participando do seu processo de autoconstrução, o Estado torna-se o "patrão não assumido", que concede certos favores, mas que também provoca a sujeição: - ora se apresenta como aliado, ora como opositor.

As intervenções que penalizam os camponeses, deixam evidente o caráter de Estado de classe, marcado por um reduzido espaço de autonomia.

Em Livramento, os camponeses que assumiram as terras públicas não foram obrigados a pagar renda em produção ou dinheiro ao Estado. Todavia, considerando que, dentro do processo de acumulação capitalista, o Estado é utilizado como instrumento que a viabiliza, supõe-se que uma parte do valor produzido pelos camponeses é absorvida pela compra de insumos, inseticidas, máquinas agrícolas, resultado da inovação tecnológica introduzida. Assim, o Estado torna-se o veículo que possibilita ao setor industrial (e também financeiro, através do crédito agrícola), a exploração da força de trabalho camponesa.

Alguns dados da pesquisa de campo realizada, apresentam esta realidade:

- . Sr. O., 49 anos, acha que a terra está fraca e precisa de adubo químico para produzir mais, porém seu preço está muito elevado. Afirmou que o técnico do DNOCS não libera o dinheiro para a roça de feijão e milho, se não constar no Projeto, a compra do adubo. Diz que o custo fica muito elevado com o adubo e o financiamento só cobre 50% dos gastos realizados.
- . Sr. J., 35 anos, afirmou que um técnico do DNOCS apresentou uma máquina manual para plantar feijão e adubar ao mesmo tempo, dispensando, pois, o uso do animal. A demonstração foi feita em terras planas da Estação Experimental do DNOCS.

Muitos camponeses se animaram e compraram a máquina, que na época custou o equivalente a meio saco de feijão. "Jogamos nosso dinheiro fora". As máquinas não podiam ser usadas nos terrenos irregulares da área de irrigação tradicional. Em algumas propriedades, é possível encontrá-las abandonadas.

- . Sr. D., 47 anos, lembra-se da proposta do DNOCS para que a Cooperativa comprasse uma policultor. Apesar das pressões dos técnicos, valorizando o uso do implemento, o conselho da cooperativa decidiu não adquirí-lo porque "o arado que usa mos serve para as terras de pedregulhos e tocos e o policultor não se presta para isto".
- . Sr. R., 42 anos conta que o feijão que plantou em março/87 a presentou uma praga de difícil controle. Foi orientado e usou cinco tipos de fungicidas e inseticidas.
- . Na área de irrigação por aspersão, o DNOCS fez o serviço de aração e gradeação com tratores e entregou a terra "pronta" para os camponeses. Observe-se que o uso do arado puxado ã boi é o implemento comumente usado pelos camponeses, para o preparo do solo, nas áreas de irrigação tradicional.
- . Os camponeses utilizavam o crédito agrícola para o custeio da cultura de feijão/86, mas "o dinheiro chegou quando o feijão já estava maduro".

A intervenção estatal pode desencadear um aprofundamento no processo de diferenciação vivido pelos camponeses. Por um lado, eles podem ser transformados em produtores capitalizados; por outro, em camponeses pauperizados. Neste último caso, é possível a volta ã condição de dependência ao patrão, em condições iguais ou piores ã anteriormente vivida.

Entre aqueles que plantam em terras públicas, em Livramento, localizou-se dois camponeses que tinham perdido o

direito de plantar, porque não conseguiram saldar a dívida bancária:

- . Sr. N. entregou seu lote para outro camponês, que pagou sua dívida na agência bancária. Ele plantava em área do sistema tradicional de irrigação. Hoje, é um assalariado rural.
- . Sr. I., pequeno proprietário não indenizado, dono de venda no povoado rural, conseguiu fazer sociedade com um camponês que plantava em terras públicas, dividindo o custo e a produção. Não podendo saldar sua dívida com o sócio, o camponês foi obrigado entregar a ele, a terra onde plantava, voltando a trabalhar como meeiro e a se assalariar.

Exemplos de sinais de melhoria das condições de reprodução foram mencionados no item 3.1- O processo de legitimação junto aos camponeses.

O processo de diferenciação é evidenciado no próprio fato do Estado proporcionar condições a um grupo limitado de camponeses, de se tornarem produtores "independentes" (isto é, livres da relação de dependência com o patrão). Eles foram transformados num grupo de privilegiados, frente àqueles que continuam mantendo relação de parceria com proprietários da área.

A política de seleção de irrigantes do PROINE também pode ser incluída neste processo de diferenciação. Entre outros critérios, a seleção estabelece prioridade aos chefes de família mais numerosa, aos alfabetizados, aos não portadores de doença contagiosa. Em Livramento, segundo os técnicos do DNOCS, estes critérios não foram rigidamente considerados. Os primeiros camponeses selecionados para área do sistema de aspersão pertenciam ao grupo que assumiu as terras indenizadas, após deslocamento dos ex-proprietários. Àqueles contemplados em sorteio, foi feita consulta a fim de se verificar o interesse sobre a transferência para a nova área. Participaram desta

seleção, representantes da Cooperativa dos Irrigantes, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Igreja Católica local.

Ainda na sua função de "patrão", o Estado desencadeia um processo de sujeição, marcado em todos os níveis de sua administração, desde os planejadores até os executores. Suas intervenções, em momentos diversos, traduzem a atitude de patrões prepotentes ou de "vencedores em terra conquistada".

A atitude dos primeiros técnicos que visitaram a área, fazendo buracos, entrando nas propriedades sem falar com os moradores; os tratoristas que abriram cercas e destruíram plantações; o controle exercido por parte dos técnicos; o consumo de frutas e produtos das terras indenizadas pelo Estado e cultivadas pelos camponeses, como se verá posteriormente; a apresentação do Projeto como uma benção... Estas e outras ações semelhantes servem para confirmar o posicionamento assumido por certos técnicos do Estado, normalmente os chamados "doutores", que aparentam pisar em terras cultivadas por escravos. Os camponeses os identificam logo, mas dificilmente os denunciam, porque as relações com o Estado estão fundamentadas na "troca de favores", semelhante às relações estabelecidas com os patrões tradicionais.

Desde a resposta à reivindicação inicial, em Livramento, sobre a regularização das águas do Rio Brumado, o reflorestamento na nascente deste rio e a questão da energia elétrica.¹²⁵ Pode-se observar a forma autoritária de intervenção. As frações de classe dominante e as subordinadas não foram consultadas sobre o Projeto de Irrigação elaborado. Ao contrário, apresentou-se o Projeto como uma dádiva, com muitos benefícios para toda população. Nem todas as informações dadas pela primeira administração foram confirmadas pelas posteriores. Obser

(125) Esta questão foi resolvida em 1979, quando houve inauguração no município, da energia elétrica vinda da cachoeira de Paulo Afonso.

va-se uma falta de continuidade de compromissos com as decisões tomadas pelo Estado: muito do que é escrito como normas, ou do que é falado, tem força de letra morta, pois pode não mais valer num futuro próximo, dependendo, por exemplo, de uma mudança na administração. Por outro lado, há um verdadeiro "muro de silêncio" à respeito dos Projetos em execução. A falta de informação torna pouco eficiente a aliança daqueles técnicos que, eventualmente, procuram apoiar os camponeses. E, muitas vezes, colaborar para uma administração transparente, onde os camponeses tenham acesso às informações, é a única opção possível para os referidos técnicos.

A forma como foram deslocados os ex-proprietários indenizados, após as primeiras promessas de que eles ficariam em suas terras até as mesmas serem utilizadas, para execução das obras, é outra consuatação das posições autoritárias do Estado. Capturado pelas frações hegemônicas (industrial/financeira) ele representa seus interesses na área e, para isto, penaliza frações subordinadas do bloco do poder (oligarquia local).

Estes conflitos entre frações da classe dominante, de um lado "beneficiam" os camponeses, que na área tiveram garantido o seu direito de acesso à terra. Por outro lado, provoca quebra de relações tradicionais, que traduzem a situação de troca entre frações de classe dominante e subalterna (patrão/empregado). Isto resulta em prejuízos para o camponês, na medida em que o Estado não assume as mesmas funções do patrão.

Segundo informações dos camponeses em Livramento, era comum os patrões - especialmente aqueles envolvidos com a política - fornecer a feira, socorrer no momento da doença, com transporte, consulta médica, remédio, resolver problemas com escola, com órgãos públicos e particulares em geral, socorrer nas questões de ordem pessoal... Em contrapartida, os campone

ses ofereciam seus filhos para batismo, "pagavam" os favores com o voto ou com outro favor, como deixar suas filhas trabalharem como empregadas domésticas.

. Sr. J. L., 58 anos explica, sobre suas relações com um ex-patrão: "eu devo um grande favor a ele, quando minha mãe ficou doente não faltou assistência. Meu voto vai ser sempre para ele ou para quem for candidato dele".

Quando o DNOCS desapropriou as terras e garantiu a permanência dos ex-meeiros, muitos proprietários se revoltaram e interromperam as relações de amizade e até de compadrio.

. Sr. L., 32 anos, recorda que o Sr. V. C. rompeu relações com seu ex-patrão, que era seu compadre.

. Sr. S. 50 anos, conta que o ex-patrão era muito bom e não rompeu a amizade. Porém, sua mulher ficou tão revoltada que até hoje "não dá um bom dia".

. Sr. J. A., 54 anos lembra que, no início, a maioria dos proprietários ficou muito revoltado com a ação do DNOCS. "Quando fui indenizado, meu patrão falou para todos nós que ia ficar tomando conta da propriedade, recebendo a meia como antes. Dois meses depois, o DNOCS botou ele para fora". Informou que os camponeses procuraram remediar a situação, oferecendo mangas, côcos, bananas, milho... para o ex-patrão, tentando manter as relações com eles.

Esta atitude, longe de significar sujeição, reflete relações de troca, ou seja, o fato de que os camponeses continuaram precisando dos ex-patrões, para socorrê-los nos momentos de necessidade. Os técnicos do Estado não emprestavam dinheiro, não atendiam na doença, não proporcionavam transporte, não vendiam fiado... Os ex-patrões continuavam a controlar o poder econômico, social e político, no município de Livramento.

Quando se trata da necessidade de mediar um conflito

to entre fração dominante e dominada, o Estado dificilmente toma partido e quando o faz, geralmente beneficia aqueles que têm poder.

. Por ocasião das desapropriações feitas de modo mais intensivo na área do Bloco II (50% indenizado até o presente), a Fazenda dos Coqueiros estava nas mãos de dois donos, sendo que apenas um deles foi indenizado. Isto significou que a casa-sede da Fazenda ficou dividida (trata-se de um casarão do período colonial), parte para o Estado — onde morava um camponês — e parte para o outro proprietário. As relações de vizinhança nestas condições, ficaram estremecidas, principalmente quando o referido proprietário resolveu elevar a tampa do tanque, para diminuir a água reservada e aumentar suas terras de plantio. Os ex-meeiros que assumiram as terras do Estado entraram em conflito com o proprietário e solicitaram intervenção do DNOCS. Até a época em que a pesquisa foi realizada — sete anos depois do fato ocorrido — nenhuma solução tinha sido tomada pelo órgão estatal.

. Na Fazenda Santa Cruz, o Estado pagou as benfeitorias, com exceção do tanque. Para que os ex-meeiros — total de doze — pudessem reservar água no mesmo, o DNOCS estabeleceu um 'acordo', que previa os seguintes direitos do proprietário: aos frutos (mangas, cocos), ao pasto e a 4 ha de terra irrigada da fazenda. Esta situação criou problemas, principalmente para aqueles que conseguiram adquirir mais animais, pois somente lhes era permitido colocar no pasto as parrelhas de boi usadas em serviço.

O processo de sujeição desencadeado pela intervenção estadual, pode ser verificado, na medida em que a administração local do órgão oficial, exerce controle sobre as atividades dos camponeses.

- . S. P., 47 anos, que planta na área de irrigação por aspe
são falou sobre o controle exercido pelos técnicos: "Eles
vivem controlando a gente, quando um não se encontra no lo-
te, ficam perguntando por ele".
- . Sr. O., 49 anos conta que um técnico do DNOCS mandou buscar
250 côcos na propriedade em que planta e mais 100 espigas
de milho verde de sua roça, o que correspondia a quase 1/3
da mesma. Nada foi pago. "Não são todos - afirmou - mas
muitos que vêm trabalhar aqui, sentem-se donos destas terras
que o DNOCS desapropriou".
- . O plantio de feijão nos meses de março/abril de 1987 foi rea-
lizado com muita dificuldade. O funcionamento da bomba foi
previsto para dezoito horas por dia, mas como o controle era
realizado por um funcionário do DNOCS, nem sempre se fazia o
bombeamento da água na hora esperada. Quando esta bomba a
presentava defeitos, levava mais de quinze dias para ser con-
sertada. "Os técnicos diziam que era preciso buscar peças
na capital..." Como consequência, "a planta ficava prejudica-
da".

As organizações camponesas podem receber benefícios da intervenção estatal, mas sentem o seu controle, traduzidos na restrição a sua autonomia.

A Cooperativa dos Irrigantes em Livramento, fundada sob a assessoria oficial, recebeu prédios, móveis, máquinas, ma-
terial, funcionários do Estado. Alguns fatos constatados reve-
lam a sujeição a que se encontram submetidos:

- . Segundo nota publicada no Jornal "A Tarde" de 27/11/84 um
agrônomo do DNOCS propôs que os camponeses entregassem 50%
da produção de culturas perenes (côco, manga) para a Coopera-
tiva. Mais de cem camponeses se reuniram e rejeitaram a pro-
posta, já que a renda dos frutos é um elemento importante na
sua reprodução. A notícia no jornal pode ser traduzida como

resistência dos camponeses, que a encaminharam ao ôrgão da imprensa, graças à colaboração de um jornalista, filho da terra, ligado a eles pela origem de classe. Mesmo com esta reação, o presidente da Cooperativa "espontaneamente" fez publicar uma nota no mesmo ôrgão de imprensa, afirmando que "em nenhum momento o Dr. R., nos iludiu ou nos convenceu a fundar uma Cooperativa dos Irrigantes... a proposição de estipular uma taxa de 50% ...reveste-se da mais absoluta honestidade".¹²⁶ Menos de um ano antes destes acontecimentos, os camponeses foram pressionados a entregar a safra de feijão para a Cooperativa que o comercializou por trinta mil cruzeiros o saco. O preço chegou a quarenta mil cruzeiros, no mercado, e os camponeses se sentiram prejudicados.¹²⁷

O planejamento estatal pode se revelar pouco cuidadoso, trazendo prejuízos às frações de classe, a qual se propõe beneficiar.

Em Livramento, o caso do lugar planejado anteriormente por passar o canal esquerdo resultou em destruição de casas e indenizações sem necessidade; a falta de previsão quanto à expansão do centro urbano, a falta de uma tabela com preços que traduzissem a realidade da área...são exemplos desta mesma problemática.

A intervenção estatal pode se constituir em campo de tensões, onde novos conflitos são criados ou contradições são aprofundadas:

. Sr. M., 56 anos, representante de um grupo de ex-meeiros¹²⁸ fez muitas inimizades. Antes era o administrador da Fazenda e resolvia tudo sozinho. Depois que ficou responsável pelo

(126) *Jornal "A Tarde"*, 17/12/84.

(127) *Jornal "A Tarde"*, 02/01/85.

(128) *Cada fazenda desapropriada foi assumida por um grupo de ex-meeiros que elegeram seus representantes.*

grupo, muitos conflitos foram criados. "Por tudo o povo faz confusão e vai reclamar ao DNOCS".

- . Sr. O., 45 anos, informou que um proprietário já indenizado tentou comprar o direito de posse de um camponês que foi transferido para o bloco III, "O grupo que fica na propriedade não aceitou, porque sabia que ele ia entrar lá para fazer confusão". "Ele é grande, não dá para ficar no meio de pequenos".
- . O Sr. V., provocou um corte na cabeça do Sr. V. usando uma enxada, devido a uma discussão sobre a utilização da água. Ambos plantam em terras públicas da área de irrigação tradicional.
- . O Sr. R. C., 50 anos, informou que J. M., 33 anos, vendeu o "direito de posse" a um agricultor da cidade de Guanambi por Cr\$ 15.000,00, com aquiescência do Chefe de Exploração do DNOCS, em Livramento. "Agora inventaram este "direito de posse", mas dizem que os chefes maiores do DNOCS proibem. Mas se um fez, eu tenho o direito de fazer".

A necessidade de legitimação, através de Projetos Especiais, pode levar os mais altos escalões da administração do órgão estatal a forçar o término de uma obra, ou etapas da mesma, sem que haja condições locais para isto. As consequências são traduzidas pelas ações improvisadas e tumultuadas, que penalizam a fração subordinada "beneficiada" pelo Projeto, que não dispõe de nenhum controle da situação.

- . Sr. M., 47 anos contou, e outros camponeses confirmaram, que foi anunciada a vinda do Presidente da República para inaugurar o bloco III, por isto tudo foi feito de modo muito apressado. Informou ainda, que os técnicos do DNOCS avisaram que a partir de setembro de 86, todos os selecionados seriam assentados e poderiam plantar, cada um na sua área de 5 ha.¹²⁹

(129) *A partir de agosto/setembro os camponeses iniciam o plan*ti*o do arroz, principal atividade agrícola do município.*

Em agosto de 86 a área foi inaugurada, não pelo Presidente, mas pelo Ministro da Irrigação, sem que o sistema de aspersão estivesse pronto. O DNOCS prometeu instalar uma motobomba no rio Brumado e levar água até os lotes dos camponeses. "Passou setembro, passou outubro, passou novembro, entrou de zembro e nós esperando". A instalação da bomba só ficou pronta em março de 87, quando foi possível plantar feijão com utilização do sistema de regos, que possibilitava a irrigação por infiltração. Vários depoimentos dão conta da situação.

- . Sr. C. S., 45 anos, "Eu perdi a safra de arroz do ano passado, porque o DNOCS mandou entregar as terras que nós plantãvamos, para vir plantar aqui. Durante 7 meses eu fiquei trabalhando de volante aqui e ali", mexendo, mexendo e bebendo sem doce".¹³⁰
- . Sr. S., 50 anos: "Quando o DNOCS impediu de plantar eu tinha quatro parselhas de boi. Neste tempo que fiquei parado precisei vender três para comer". Os filhos ajudaram, trabalhando alugado e plantando em regime de parceria com um proprietário da área. Outro recurso utilizado foi dar dois sacos de feijão para outra pessoa plantar, com o acerto de receber quatro sacos após a colheita.
- . Sr. R., 43 anos - "Eu fui para D. Basílio plantar feijão e cebola na meia". Eu tinha um alho e cebola de reserva, fui vendendo e fui comendo. "Muita gente não tinha saída; o jeito foi meter o machado no mato do DNOCS, tirar estocador e ir vendendo para comer".
- . Sr. R., 42 anos - "Meus filhos (dois) pegaram empreita na tubulação do DNOCS" "As meninas sempre trabalhando na limpa de arroz, para os outros". "Tudo isto ajudou".

(130) A expressão significa que o trabalho como volante (diarista) não tinha resultado.

Os serviços de consumo coletivo - nos aspectos da habitação, saúde, educação, transporte... - são desprezados pelo Estado, que aparenta desconhecer que eles constituem elementos primordiais para favorecer as condições de reprodução camponesa. Fica claro que seus reais objetivos, não estão voltados para esta fração de classe. Por outro lado, os camponeses não consideram que estes serviços constituem direitos que lhes são negados, mas "favores" a serem concedidos.

Em Livramento, a área de 150 ha onde foram assentados 30 camponeses, com lotes de 5 ha cada um, não possui uma infra-estrutura básica para a permanência das famílias. Até setembro de 1987, data da pesquisa, nenhuma casa tinha sido construída. Apenas dois camponeses haviam conseguido fazer uma pequena construção de alvenaria em seus lotes, para guardar ferramentas. Outros fizeram ranchos de madeira e alguns, apenas uma cobertura de palha.

A organização espacial autoritária do Estado não respeita a organização tradicional dos camponeses, onde casa e roçado ocupam os mesmos espaços. O aumento da distância entre o lugar de trabalho e o local de moradia resulta em rompimento de laços familiares, além de dificultar o emprego de toda mão de obra disponível.

A maioria dos camponeses precisavam caminhar entre 3 a 6 km para ir e voltar ao lote. Não havia sistema de transporte, a não ser as "caronas" com os caminhões das firmas empreiteiras e os ônibus que fazem o percurso Livramento/Brumado (66 km), passando em frente ao bloco III. Isto significa que torna-se difícil a colaboração da mulher e dos filhos menores - e também daqueles maiores que estudam - nas atividades agrícolas. Antes, quando casa e roçado eram próximos, a mulher cuidava dos afazeres domésticos e ajudava na roça; os filhos trabalhavam uma parte do dia e, na outra, iam para a escola.

. Sr. C. S., 45 anos explica: "Eu levanto todos os dias às 5 horas da manhã e venho para cá. Passo o dia todo sozinho, a qui faço a comida, faço tudo... Vou para casa dormir... Vejo pouco os meninos".

Muitas decisões do Estado não têm efeito imediato sobre a vida dos camponeses, mas os seus resultados ou os pro blemas que poderão criar, são plenamente previsíveis. Toda via, esta previsão de questões técnicas, não significa que so luções técnicas sejam assumidas. Elas dependem da correlação de forças entre as frações de classes sociais, no jogo por seus interesses.

Na pesquisa realizada, um técnico da EMATER-Ba, re sidente na área, indicou uma questão ecológica sobre o Projeto, ao afirmar que duas firmas de terraplanagem, ao fazer o desma tamento em parte no bloco III, não seguiram normas técnicas e retiraram a camada agricultável, sendo necessário um serviço de correção dos solos. Um camponês confirma este problema, ao declarar que foram usados tratores de esteira acorrentados, pa ra fazer o desmatamento de mais de 1.000 hectares da área. Tra ta-se de meios utilizados por firmas empreiteiras para dimi nuir os gastos e aumentar os lucros, embora estas medidas re presentem um crime contra os solos, que se tornam improdutivos, facilmente destruídos pela erosão.¹³¹

(131) *Outros aspectos desta questão, focalizada por Delton Braga (O Programa de Irrigação no Nordeste. Consultoria e Planejamento Ltda., Rio de Janeiro, 1986, 31 p., (mimeo), considera que é subestimada pelos órgãos executores, a ameaça para o equilíbrio ecológico - em especial nos aspectos de veiculação de doenças e salinização - nas regiões onde são realizados projetos de irrigação pública de caráter intensivo. No Nordeste, já se conhece os grandes problemas de salinização em projetos instalados pelo DNOCS ou CODEVASF, e as dificuldades para recuperar os solos. Os dados da FAO dão conta da questão em nível de diversos países do mundo: - "mais de 50% das terras irrigadas do mundo sofrem processo de salinização. No Paquistão, 10 milhões dos 15 milhões irrigados estão salinizados. No Iraque, 50% dos 3,6 milhões de ha irrigados, também estão salinizados. Na Síria atingem 50%,*

Os camponeses cujos lotes se localizarem dentro desta área desmatada, possivelmente sofrerão as consequências desta ação autorizada pelo Estado, enfrentando problemas de produção e produtividade.

Dependendo das conjunturas políticas, os Projetos do Estado podem ser alterados em partes ou no todo. Tudo dependerá das relações de forças estabelecidas pelas frações de classe.

A Nova República revelou a necessidade de legitimação do Estado, onde a "participação democrática" se tornou um dos seus aspectos principais. Em Livramento, a pressão dos proprietários junto ao Ministério da Irrigação já apresenta como resultado, a possível integração da área de irrigação tradicional, à área do atual Projeto. Isto significaria, segundo a atual administração do DNOCS, que não haveria mais indenização a não ser por interesse dos proprietários. Também dependendo deste interesse, seria feita a substituição do antigo sistema para o novo, sem modificar a estrutura fundiária.

Fica evidente para qual lado pende a balança do Estado na atual situação. Levanta-se a hipótese que, não havendo intervenção na estrutura fundiária, as relações de parceria deverão permanecer na área do sistema tradicional de irrigação, que estiver nas mãos de seus proprietários. Em outras palavras isto quer dizer, que há uma tendência do Estado não ser mais o instrumento que viabiliza o processo de autoconstrução camponesa na área.

cont...

*no Irã 15%, na Índia 25% e nos EUA entre 25% e 35%. Sa-
be-se, por outro lado, que não há ainda solução técnico-
econômica satisfatória para o problema da salinização..."
Sobre os problemas de doença, ressalta-se a proliferação
de malária, esquistossomose e leishmaniose nos locais
de irrigação intensiva, revelando que na África, a FAO
constatou a ampliação da malária em níveis que chegam a
100% da população residente em áreas irrigadas. (ID.
p. 12).*

4 - OS LIMITES DA CONSTRUÇÃO CAMPONESA EM LIVRAMENTO

A análise de como os camponeses são penalizados e so frem as consequências da ação estatal, encaminha o questionamento sobre suas formas explícitas de resistência. Estas formas seriam caracterizadas por movimentos em favor do acesso aos be nefícios do desenvolvimento econômico e de ampliação dos espaços de participação nas decisões do Estado.

O que se constata em Livramento, é que não existe um movimento organizado destes camponeses e nem forças que os apoiam, visando, de fato, a defesa de seus interesses.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que oficialmente os representa, na prática, não tem assumido posições traduzidas em pressões, que resultam na diminuição das consequências negativas da intervenção estatal. Também sua atuação não é mar cada por reivindicações de melhores condições de produção, que garanta a reprodução da força de trabalho camponesa.

A Igreja Católica local, uma aliada em potencial, apesar das denúncias feitas em relação aos direitos humanos, não tem suas ações respaldadas por um trabalho de organização. Os seus representantes e os do Sindicato dos Trabalhadores Rurais são chamados pelo órgão estatal, mais para oficializar as metas de "participação da sociedade civil", prioridade estabelecida pela prioridade social da Nova República. Suas assinaturas constam na seleção dos irrigantes, suas presenças são sol icitadas nas reuniões e seminários promovidos pelo Estado. Isto revela que Igreja e Sindicato se prestam mais a uma "caricatura" de participação.

As lideranças políticas do município, que giram em torno do PDS e PMDB, não estão sensibilizadas com a questão

camponesa, já que seus interesses se relacionam mais às frações de classe que mantêm o domínio do poder.

Os agentes técnicos que trabalham nos órgãos estatais encontram-se numa situação de contradição: ao mesmo tempo que vivenciam os problemas que prejudicam os camponeses que cultivam em terras públicas, sentem-se impedidos de assessorar a organização dos mesmos, apoiando um movimento de denúncias e reivindicações. Muitos, há tempos residindo na cidade, estabeleceram relações com a fração de classe dominante, as quais seriam estremecidas com posicionamentos que ferissem seus interesses.

Os técnicos do Estado, especialmente aqueles que moram em cidades pequenas, às vezes, mantêm relação de parentes - ou seu cônjuge - com famílias que têm o controle do poder econômico, social e político no município; dependem de membros destas famílias, que dominam o setor agro-pecuário, o comércio e serviços, para "favores" ou solução de alguma questão pessoal; participam de um clube social, de uma associação recreativa, cultural, religiosa; são candidatos à eleição, por um partido político. Suas posições políticas têm consequências nestas relações. Recordar-se aqui, o constrangimento dos funcionários do DNOCS, na década de 70, ao participarem das missas na Catedral de Livramento, quando os sermões eram marcados pelas pesadas críticas à ação do órgão estatal, em relação às decisões que penalizavam a população, especialmente os proprietários indenizados.

São por estas razões que o técnico apresenta o Estado a-político, como se no seu interior não houvesse a luta pelos interesses próprios, entre as diversas frações de classe. Mistificar o seu posicionamento, resulta em manter, sem prejuízos, as relações estabelecidas com as frações dominantes, e

as conquistas pessoais, como o "emprego" no Estado, a permanência na cidade, a "segurança" de um salário mensal. Torna-se muito difícil assumir as consequências de uma opção pelas frações de classe subalternas, exercendo atividades dentro do Estado.

A possibilidade de pressão e resistência dos camponeses de terras desapropriadas pelo Estado, em Livramento, encontra restrições no apoio daqueles que se dizem seus aliados. Por outro lado, a sua organização fica limitada pelo aprofundamento da diferenciação social que a intervenção estatal provoca. Há de se ressaltar, também, a forte influência da tradição dominante, que leva o camponês a trocar favores e apoio com aqueles que pertencem ao bloco do poder, ou que a eles estão ligados. No caso do Estado, ele se torna o "patrão" que "oferece" Projetos Especiais, os quais "privilegiam" a fração subordinada. Uma organização camponesa que o denuncie, corre o risco de ver interrompidas as relações que a beneficia. Por isto acredita-se ser difícil uma organização "assessorada" pelo Estado, que represente o símbolo de luta e resistência, para construir ou manter a identidade camponesa.

Até que forças mais avançadas em favor destes camponeses - e também dos outros camponeses de Livramento - consigam colaborar com a sua organização e apoiá-los, visando a sua auto-construção, eles ganharão poucos espaços na correlação de forças com as frações dominantes e seus representantes.

CONCLUSÕES

O presente trabalho teve como objetivo central analisar o processo de autoconstrução do campesinato num contexto de intervenção estatal. Três questões constituíram o arcabouço que permitiram delinear os enfoques nele contidos: 1) a presença do campesinato na história agrária brasileira - cujo traço de união é caracterizado por "aspirações efetivas de acesso estável e independente à terra, por parte de quem nela trabalha". O processo de construção do campesinato é gerado, de forma dialética, dentro das entranhas da estrutura social vigente; 2) a política estatal que possibilitou esta auto-construção cumpre uma função bem definida, no quadro do desenvolvimento da agricultura brasileira, que é o de integrar a produção camponesa ao complexo agro-industrial e financeiro, colaborando com a crescente penetração do capitalismo no processo produtivo agrícola; 3) nas relações dos camponeses e o Estado configura-se, de forma contraditória, situações de aliança e de oposição, que se realizam, isolada ou simultaneamente, de acordo com as conjunturas históricas.

O camponês irrigante de terras públicas focalizado neste estudo é aquele que dentro da ótica da estrutura de classes, se localiza "ao lado dos trabalhadores que fornecem sobretrabalho". Possuindo uma lógica específica, eles estão inseridos no modo de produção que domina a sociedade, o modo de produção capitalista. Por outro lado, ao se considerar suas relações com os controladores externos do poder - aqui representados pelo Estado - o que se observa é que em todos os aspectos (religioso, econômico, social, jurídico...), o camponês "tem pouco controle sobre as condições que governam suas vidas".

O Estado, como aparato institucional e relação social, foi considerado a partir das condições históricas concretas da sociedade onde está inserido. No seu interior se realiza a luta de classes, caracterizada pela correlação de forças entre as frações sociais e possibilitada pela relativa e contraditória autonomia que o mesmo goza frente às diversas classes sociais. Relativa, porque suas ações têm como objetivo preservar e reproduzir a fração que domina o sistema social, que lhe dá forma. Contraditória, porque ao mesmo tempo em que as frações dominantes tentam exercer seu controle, as forças dominadas pressionam e questionam em favor de seus interesses próprios. Nestas perspectivas, as ações estatais que têm no campo nês o seu público-meta, não podem significar um simples encaminhamento administrativo de problemas e necessidades, resolvidos de forma racional, neutra e despolitizada. Estas ações são políticas e apresentam o Estado, ora como "aliado" do campesinato, na medida que busca um processo de legitimação e consenso, ora como "opositor", quando coloca como prioridade atender ao processo de acumulação capitalista, ou quando a sua administração desenvolve um processo de dominação. A partir destas considerações, pode-se aceitar a afirmação de que o PROINE, apesar de ter como proposta básica a "valorização econômica do trabalhador agrícola da região", ao estabelecer as características básicas do seu programa, o que realmente enfatiza não é o homem, mas "a melhoria da produtividade e a expansão da produção agrícola regional". Também estimula a "criação de condições para o aumento da oferta de matérias primas requeridas pelo processo de desenvolvimento agro-industrial..."(132)

(132) PALMEIRA, Moacir et alii, *op. cit.*, p. 13.

A análise de um estudo local, apresentando experiências coletivas e mesmo individuais dos camponeses, representa um esforço de compreensão da participação dos mesmos, neste processo de autoconstrução. Além disto, representa a convicção de que é a partir destas "vivências do cotidiano", que se pode encontrar o potencial responsável pela geração de mudanças, que permite refazer a história dos povos. A utilização desta "metodologia do local" encontra limites, na impossibilidade de generalizar-se certas experiências vividas pelos camponeses, cuja história se apresenta de modo muito diverso e variado, segundo a época ou região analisadas. Neste estudo, o geral considerado é o tipo de abordagem e a análise das questões teóricas e práticas que dela derivam.

Ao se constatar que a estrutura fundiária do país, ao longo da história, sempre se constituiu em forte obstáculo - com o respaldo do Estado, através de suas leis e instituições - para a ocupação do espaço pelos camponeses, é importante ressaltar uma questão específica, referente aos antagonismos entre as frações do bloco dominante e seus interesses convergentes, nas várias etapas do desenvolvimento capitalista no Brasil. A partir da década de 30, começou a ser deslocada a posição hegemônica no seio do Estado, dos interesses agrários tradicionais, que passam a participar de modo subordinado no bloco do poder, centralizado no setor urbano-industrial. Nos anos 60/70, a agricultura brasileira é redefinida, com o processo de internacionalização do capital agro-industrial, cujo complexo se consolida, criando uma fração nova do capital, que vai estabelecer mudanças dentro da correlação de forças no bloco dominante. Porém, na questão da estrutura fundiária, os interesses agrários tradicionais não entram em conflito com os interesses representantes da fração industrial e financeira, porque as propriedades rurais constituem-se num dos maiores in-

vestimentos do setor agro-industrial.

A mediação do Estado, no contexto da estrutura fundiária, pode, no entanto, representar uma intervenção contraditória, quando faz valer os interesses da fração hegemônica da classe dominante. Esta aparece sob a capa da modernização agropecuária - penalizando frações subordinadas do bloco dominante, para atender aos objetivos de acumulação capitalista, transformando o setor rural num mercado interno para a acumulação industrial. Ao lado destes interesses, cabe notificar as preocupações - em especial de grupos estrangeiros interessados na estabilidade social do país - com a grande maioria faminta do nordeste, alijada do processo de distribuição de renda e marginalizada do PODER, vivendo em condições mínimas de reprodução, o que poderia constituir-se num terreno fértil para o desencadeamento de um processo revolucionário.

Em Livramento de Nossa Senhora-Ba, a política de Irrigação estatal, representada pela implantação do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado - planejado no período dos projetos de impacto do início dos anos 70 é caracterizado por um alto padrão tecnológico e elevados custos - trouxe para o interior do Estado, o conflito das frações de classe. Isto se deu através da reação do grupo social que representava as oligarquias rurais arcaicas locais, com as quais estabeleceram alianças a fração da classe subalterna, também penalizada com a intervenção estatal, incluindo-se entre estes, os camponeses proprietários. É a fase em que as relações sociais se ampliam para fora dos contornos geográficos do município, com a participação da sociedade civil, representada por organização sindical, Igreja, partidos políticos, associações profissionais, além do poder executivo e legislativo municipal.

Nas decisões tomadas pelo poder executivo federal, priorizando a execução de um projeto onde a irrigação se faria por aspersão, estavam imbutidos os problemas resultantes da substituição, através da destruição total, do sistema de irrigação secular feito por infiltração e inundação, com consequente modificação na estrutura fundiária e deslocamento da população residente. As avaliações que responsabilizam o DNOCS e outras instituições executoras, que atuaram na área por todos impactos negativos do Projeto, tendem a ficar relativizadas com estas conclusões, apesar de que alguns problemas poderiam ter sido minimizados, por exemplo, com uma política de indenização que atendesse aos interesses dos proprietários.

O "caos social" criado pelo Projeto de Irrigação do Estado, em Livramento, era político e somente por vias políticas poderia ser enfrentado. Este estudo revela que ainda no período do regime militar, o Estado usa de seu poder autoritário e coercitivo e penaliza frações de classes do bloco dominante e da classe subalterna, em favor daquelas que mantinham a hegemonia na sociedade, ligadas ao setor industrial-financeiro. É neste momento que se estabeleceram as alianças entre as frações prejudicadas, mas a fragilidade de sua organização impediu a curto prazo, a opção por alternativas em seu benefício.

O Estado apresentou dois posicionamentos que dentro da visão teórica do Estado de classes que norteia este trabalho, vão atender aos interesses da fração hegemônica. Primeiro, legitima-se junto a um grupo de camponeses sem terra residentes na área do Projeto, garantindo sua permanência nas propriedades desapropriadas, sem exigir pagamento de parte da produção, pela utilização das terras públicas. Esta medida, que a nível do discurso estatal fundamentava-se nas necessidades de bem-estar social dos "trabalhadores sem terra", transformando-

os em "futuros irrigantes", na realidade servem para escamotear os reais objetivos da política do Estado, de transformar este grupo restrito de camponeses, em produtores capitalizados.

Por outro lado, ainda no período da ditadura que dominou o país por 20 anos, o Estado utiliza-se de medidas repressivas e autoritárias para fazer calar as forças em contrário, que reagem principalmente contra a política de desapropriação realizada e à "desorganização social", resultante da intervenção estatal. Portanto, o Estado não penaliza frações da classe dominante em favor de frações subordinadas, mas em função da própria acumulação capitalista, atendendo ao interesse das frações hegemônicas.

Na Nova República, pós-84, quando se estabeleceu a "priorização do social" como elemento básico do pacto de classes que sustentam o novo governo, traduzido pelo compromisso de "participação democrática", o Estado inicia um processo de legitimação, Abre para a sociedade civil e para o poder executivo e legislativo municipal, a discussão sobre questões referentes ao projeto de irrigação, e vai mais além, ao propor a emancipação do mesmo.

Em Livramento de Nossa Senhora, o Estado tem como meta passar toda a administração do perímetro à Cooperativa dos Irrigantes, que deverá responsabilizar-se pelo processo de produção, comercialização e distribuição, além de assumir os conflitos e as contradições resultantes da intervenção estatal. Percebe-se que há uma preocupação de afastar do interior do Estado, a luta que se realiza entre as frações sociais em conflito, Também se notifica uma tendência de apresentar o princípio de emancipação administrativa, como solução aos problemas de aparelhamento administrativo e técnico das instituições, fundamentados na descentralização e na transparência de-

cisória. A participação de organizações populares deve ser fundamental na identificação e priorização das suas necessidades vitais. Porém, o envolvimento das mesmas em estratégias operacionais, sem um mecanismo de informações ou um sistema de controle e avaliação dos serviços que as influenciam diretamente, pode significar uma omissão das tarefas específicas dos órgãos públicos, que encobre uma faceta do Estado autoritário, sob a proteção de um escudo democratizante. Entregar a responsabilidade administrativa do Perímetro irrigado à Cooperativa, que hoje funciona sob a tutela do DNOCS, sem o respaldo de uma forte organização, pode resolver os problemas do órgão estatal, mas certamente exporá os camponeses aos riscos de perda do espaço conquistado.

As alternativas atuais de encaminhamento do Projeto de Irrigação não dependem de princípios ético-humanitários, nem da racionalidade tecnocrática, mas de escolhas políticas, resultado de uma correlação de forças entre interesses divergentes das frações de classes sociais. Os camponeses, em Livramento, não estão organizados de forma a estabelecer pressões em favor de suas demandas e interesses. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Igreja, os técnicos, e mesmo os partidos políticos, não significam apoio a uma firme e sólida organização camponesa.

O processo de construção do campesinato, através da mediação estatal, significando apenas a propriedade ou posse da terra e dos meios de produção, apresenta a tendência de diferenciar os camponeses, que se colocam em dois polos opostos: ou se tornam produtores capitalizados, ou entram num processo de pauperização (grave, quando voltam a estabelecer com patrões, as relações de parceria; doloroso, quando não há outra opção a não ser o assalariamento).

A simples distribuição de terra e os assentamentos significam a integração dos trabalhadores na passividade do pacto social. Esta política não pode ser aceita como solução para a questão camponesa e para a questão agrária em geral. O fato dos camponeses das terras desapropriadas de Livramento terem à disposição cinco hectares de terra irrigada, não simboliza a sua inclusão no bloco do poder. Não significa que eles ganharam espaços na luta, para conseguir atendimento de suas necessidades básicas de consumo coletivo: até a data da pesquisa realizada, não lhes havia sido assegurado as condições para moradia, transporte, saúde, educação, emprego de toda a força de trabalho familiar... Não quer dizer, inclusive, que eles poderão continuar contando com a mediação do Estado no seu processo de auto construção.

Portanto, as contradições e conflitos oriundos do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado terão prosseguimento, apresentando-se com outras facetas somente, pois eles decorrem do enfrentamento entre as frações de classe.

Aceitar esta realidade e colocar-se numa postura de opção pelos camponeses, significa apoiar a legitimidade contida nas lutas sociais, em geral, e colaborar para o enfraquecimento dos mecanismos que sustentam o conservadorismo antiparticipativo e impedem as transformações políticas, que poderão fazer ruir as estruturas de explorações do poder vigente.

HOMEM COMUM

Sou um homem comum
de carne e de memória
de osso e esquecimento.
Ando a pé, de ônibus, de táxi, de avião
e a vida sopra dentro de mim
pânica
feito a chama de um maçarico
e pode
subitamente
cessar

Sou como você
feito de coisas lembradas
e esquecidas
rostos e
mãos, o guarda-sol vermelho ao meio dia
em Pastos-Bons,
defuntas alegrias flores passarinhos
facho de tarde luminosa
nomes que já nem sei
bocas bafos bacias
bandejas bandeiras bananeiras
tudo
misturado
essa lenha perfumada
que se acende
e me faz caminhar.

Sou um homem comum
brasileiro, maior, casado, reservista,
e não vejo na vida, amigo,
nenhum sentido, senão
lutarmos juntos por um mundo melhor.

Poeta fui de rápido destino
Mas a poesia é rara e não comove
nem move o pau-de-arara.
Quero, por isso, falar com você,
de homem para homem,
apoiar-me em você
oferecer-lhe o meu braço
que o tempo é pouco
e o latifúndio está aí, matando.

Que o tempo é pouco
e aí estão o Chase Bank,
a IT e T, a Bond and Share,
a Wilson, a Hanna, a Anderson Clayton,
e sabe-se lá quantos outros
braços do polvo a nos sugar a vida
e a bolsa

Homem comum, igual
a você,
cruzo a Avenida sob a pressão do imperialismo.
A sombra do latifúndio
mancha a paisagem,
turva as águas do mar
e a infância nos volta
à boca, amarga,
suja de lama e de fome.
Mas somos muitos milhões de homens
comuns
e podemos formar uma muralha
com nossos corpos de sonho e margaridas

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Neuma et alii, Hierarquias em Classes. Rio de Janeiro Ed. Zahar, 1974.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. Abrindo o Pacote Tecnológico. Estado e Pesquisa Agropecuária no Brasil. São Paulo. Ed. Polis/CNPR, 1986.
- AMIN, Samir e Vergopoulos, Kostas. A Questão Agrária e o Capitalismo. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977, 179p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Poder Político e Produção do Espaço. Recife (Pe), Ed. Massangana, 1984.
- _____. As Alternativas do Nordeste. Recife (Pe) Ed. Universitária, 1983
- _____. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973, 249p.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982, 145p.
- CABRAL, Benedita E. da S. Lima - De trabalhadores a Aposentados do PRORURAL: as Condições de Política Social e a Concessão Tardia. Mestrado de Sociologia Rural da UFPb. Campina Grande, 1986.
- CAVALCANTI, J. SALETE BARBOSA. A Preservação do Campesinato na Área do Brejo Paraibano in Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília EMBRAPA, Jan/abr., 1984.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis Editora Vozes, 1982, 210p.
- CARDOSO, Fernando Henrique, et alii. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

- CARVALHO, Inaiã Maria Moreira. O Nordeste e o Regime Autoritário São Paulo, Ed. Hucitec, SUDENE, 1987.
- CARVALHO, Abdias Villar de. A Questão Nordeste no Estado Nacional. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1980.
- CARNOY, Martin. O Estado e a Teoria Política. Equipe de Trad. PUCAMP, Campinas/SP, PAPIRUS, 1986.
- COSTA, Antonieta Patricio. Cooperativismo e Estado. O caso do Projeto de São Gonçalo. Souza/Pb - Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais UFPb - João Pessoa/Pb 1984.
- CIGNOLLI, Alberto. Estado e Força de Trabalho. São Paulo. Ed. Brasileira, 1985.
- DUQUÊ, Ghishaine. Estado, Poder Local e Diferenciação Camponesa: O Caso do "São Vicente" UFPb/Campina Grande: 07/10/86.
- _____. A Experiência de Sobradinho: Problemas Judiciários colocados pelas grandes barragens. Cadernos do CEAS/91.
- ENGELS. F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado in Marx/Engels - História, org. Florestan Fernandes. São Paulo, Ed. Ática, 1984.
- FORMAN, Shepard. Camponeses: Sua participação no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979. 340p.
- GERMER, Claus Magno. Análise História das Relações entre o Desenvolvimento Econômico e Estrutura Fundiária - Dissertação de Mestrado - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz Piracicaba, 1986.

GRAZIANO DA SILVA, José (Coord.) *Estutura Agrária e Produção*. S. Paulo, Hucitec, 1980. 240p.

_____. *A Modernização Dolorosa*, Rio de Janeiro Zahar Editores, 1982. 192p.

GRAZIANO DA SILVA et alii (org.) *A Questão Agrária*, Editora Brasileira, 1981, 185p.

Grupo de Estudos Agrários. *A Questão Agrária na Bahia*. Salvador, 1980, 59p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1981, 255p.

HAGUETE, Tereza Maria Frota. *Metodologias Quantitativas na Sociologia*. Petrópolis (R.J.) Ed. Vozes, 1987.

HENFREY, Colin. *Poço Encantado, a Formação dos Campesinatos Brasileiros*, Caderno do CEAS, Nº 110, Julho/Agosto, 1987.

HOBSBAWN, Eric. J. *Os Camponeses e a Política*. In: *Cadernos de Opinião*, Rio, 1978.

IANNI, Octavio. *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*. R. Janeiro Ed Civilização Brasileira.

JOLLIVET, Marcel. *O Lugar dos Camponeses na Estrutura de Classes*. In *Rev. Raízes*. C.Grande (Pb) UFPb, 1982.

LENINE, V.I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo, Hucitec, 1979.

LINHARES, Maria Yeda et alii. *História da Agricultura Brasileira*. S. Paulo. Estudos CEBRAP. 1976. 170p.

MARTINS, José de Souza. A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na Nova República. S. Paulo, Ed. Hucitec, 1986.

_____. Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis. Ed. Vozes, 1986.

_____. O Cativo da Terra. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979, 156p.

Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis. Ed. Vozes, 1983, 185p.

MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política in Marx/Engels - História. Org. Florestan Fernandes, S. Paulo, Ed. Ática, 1984.

_____. A Ideologia Alemã. S. Paulo. Livraria Editora. 1982, 138p.

MARX/ENGELS. Manifesto do Partido Comunista, in Marx/Engels - História. S. Paulo, Ed. Ática, 1984.

MILIBRAND, Relph. O Estado na Sociedade Capitalista. Rio, Zahar, Ed. 1982.

MOURA, Gerson e Margarida Maria. A Modernização dos anos 40. Trabalho apresentado no VII Encontro Nacional da ANPOCS - Águas S. Pedro/ S.P.

MOURA, Margarida Maria. Os herdeiros da Terra. São Paulo, Hucitec, 1978, 100p.

NORONHA, Antonio. Serviços. Engenharia. Concepção Geral do Perímetro Irrigado do Brumado e sua Implantação. 1980.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1977, 132p.

OLIVIERA, Ildes F. A Luta pela Autonomia e Participação Política dos Camponeses Campina Grande - Pb. Dissertação de Mestrado. UFPb, 1987.

PALMEIRA, Moacir et alii. O Combate à Seca. Acentuação das Desigualdades Sociais, 1981 (mimeo).

_____ Diferenciação Social e Participação Política do Campesinato - Primeiras Questões (mimeo).

PASCHOAL, Adilson D. O Onus do Modelo da Agricultura Industrial. Revista Tecnológica. Brasília, Janeiro/Fevereiro/83.

POULANTZAS, Nicos. Estado, Poder e Socialismo. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1980.

PRADO Júnior, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1969, 339p.

_____. A Questão Agrária. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979, 188p.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O Modernismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios. S. Paulo, Editora Alfa Omega, 1976, 230p.

SALES, Teresa. Agreste, Agrestes. S. Paulo, Editora Paz e Terra, 1982, 196p.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. In: Trabalho e Dominação. Petrópolis, Editora Vozes, 1980.

SANTOS FILHO, Lycurgo. História de uma Comunidade no Sertão Baiano. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956.

SOARES, Luiz Eduardo. Campesinato: Ideologia e Política. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, 230 p.

SORJ, Bernardo. Estado, Classes Sociais e Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980. 152 p.

VELHO, Otávio Guilherme et alii (org.). Estrutura de Classes e Estratificação Social. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Bandel et alii. Reflexões sobre a Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.

DOCUMENTOS

Anuário Estatístico do IBGE, 1980.

Caderno do CEAS/ Nº 94 novembro/dezembro/84.

Concepção Geral do Perímetro Irrigado do Brumado e sua implantação. Antonio Noronha Serviços de Engenharia. 1980.

Documentos do Arquivo Particular do Livramentense Mario do Carmo Tanajura.

Estudo da Viabilidade Técnico-Econômica de Aproveitamento Hidroenergético de Bacia do Rio de Contas. COBA/ERN/DNOCS. 1973.

História de Rio de Contas. Prefeitura Municipal Revista VIVER/Ba. nº 17 (mimeo).

O município de Livramento - documento do Colégio Vilas Boas (sem data). Livramento/Ba

O PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO DO NORDESTE. DELTON BRAGA CONSULTORIA e PLANEJAMENTO LTDA. Rio, 1986 (mimeo).